



Plano Estratégico 2015-2016

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP

Plano Estratégico 2015-2016

Lisboa, 2015

© Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP 2015

Título

Plano Estratégico 2015-2016

Conselho Diretivo

Fernando de Almeida (*Presidente*)

José Maria Albuquerque (*Vogal*)

Compilação, elaboração e revisão

Ângela Correia, Marcelo Cardeira (*Área de Planeamento*)

Edição

Ministério da Saúde

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP

Avenida Padre Cruz, 1649-016 Lisboa, Portugal

Telef.: (+351) 217 519 200

Fax: (+351) 217 526 400

info@insa.min-saude.pt

www.insa.pt

Coordenação técnica editorial

Elvira Silvestre

Design gráfico e paginação

Francisco Tellechea

Impressão

Seleprinter, sociedade gráfica, lda

ISBN: 978-989-8794-11-6

Depósito legal: 399935/15

Lisboa, outubro 2015

Índice

1.	NOTA INTRODUTÓRIA	7
1.1.	Enquadramento organizacional	8
1.2.	Missão, atribuições, valores e visão	9
1.3.	Estrutura orgânica	14
1.4.	Participação em programas nacionais	17
1.5.	Participação em grupos de trabalho	21
1.6.	Parcerias	25
1.7.	Metodologia de elaboração do plano	30
1.7.1.	Enquadramento com planos superiores institucionais	30
1.7.2.	Análise estratégica	31
2.	OBJETIVOS E ESTRATÉGIA	35
2.1.	Linhas de orientação estratégica	35
2.2.	Objetivos estratégicos	35
2.2.1.	Formulação e análise dos objetivos estratégicos	36
2.3.	Objetivos específicos, indicadores e metas	39
2.4.	Objetivos operacionais	40
2.5.	Mecanismos de coordenação e monitorização do plano	42
2.6.	Contribuição para as orientações estratégicas do Ministério da Saúde	42
3.	PARÂMETROS RELEVANTES NA ATUAÇÃO DO INSTITUTO RICARDO JORGE	45
3.1.	Recursos humanos	45
3.2.	Formação	47
3.3.	Situação económica e financeira	48
3.3.1.	Desempenho económico dos últimos três anos	48
3.4.	Investigação e desenvolvimento	50
3.5.	Prestação de serviços	53
3.6.	Cooperação internacional	53
3.7.	Oferta formativa	54
3.8.	Difusão da cultura científica	56
4.	OBJETIVOS OPERACIONAIS POR UNIDADE ORGÂNICA	59
4.1.	Departamento de Alimentação e Nutrição	59
4.1.1.	Atribuições	59
4.1.2.	Objetivos operacionais	60
4.1.3.	Recursos humanos	61
4.2.	Departamento de Doenças Infecciosas	61
4.2.1.	Atribuições	61
4.2.2.	Objetivos operacionais	62
4.2.3.	Recursos humanos	63

4.3.	Departamento de Epidemiologia	64
4.3.1.	Atribuições	64
4.3.2.	Objetivos operacionais	64
4.3.3.	Recursos humanos	65
4.4.	Departamento de Genética Humana	66
4.4.1.	Atribuições	66
4.4.2.	Objetivos operacionais	66
4.4.3.	Recursos humanos	67
4.5.	Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis	68
4.5.1.	Atribuições	68
4.5.2.	Objetivos operacionais	68
4.5.3.	Recursos humanos	69
4.6.	Departamento de Saúde Ambiental	70
4.6.1.	Atribuições	70
4.6.2.	Objetivos operacionais	70
4.6.3.	Recursos humanos	70
4.7.	Museu da Saúde	72
4.7.1.	Atribuições	72
4.7.2.	Objetivos operacionais	72
4.7.3.	Recursos humanos	22
4.8.	Direção de Gestão De Recursos Humanos	73
4.8.1.	Atribuições	73
4.8.2.	Objetivos operacionais	74
4.8.3.	Recursos humanos	74
4.9.	Direção de Gestão de Recursos Financeiros	75
4.9.1.	Atribuições	75
4.9.2.	Objetivos operacionais	76
4.9.3.	Recursos humanos	77
4.10.	Direção de Gestão de Recursos Técnicos	78
4.10.1.	Atribuições	79
4.10.2.	Objetivos operacionais	80
4.10.3.	Recursos humanos	80
4.11.	Área da Qualidade	81
4.11.1.	Atribuições	81
4.11.2.	Atividade	81
4.11.3.	Objetivos operacionais	82
4.11.4.	Recursos humanos	83
5.	CONCLUSÃO	85
6.	QUAR	87

7.	ANEXOS	91
7.1.	Lista de siglas e acrónimos	91
7.2.	Objetivos operacionais	93
7.2.1.	Departamento de Alimentação e Nutrição	93
7.2.2.	Departamento de Doenças Infeciosas	99
7.2.3.	Departamento de Epidemiologia	103
7.2.4.	Departamento de Genética Humana	115
7.2.5.	Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis	119
7.2.6.	Departamento de Saúde Ambiental	124
7.2.7.	Museu da Saúde	128
7.2.8.	Direção de Gestão de Recursos Humanos	129
7.2.9.	Direção de Gestão de Recursos Financeiros	132
7.2.10.	Direção de Gestão de Recursos Técnicos	136
7.2.11.	Área da Qualidade	142
7.3.	Mapa de pessoal	143

1. Nota introdutória

O presente Plano Estratégico (PE) pretende constituir-se como um referencial que oriente as atividades a desenvolver pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (Instituto Ricardo Jorge) no biénio 2015-2016.

Tem como finalidade apresentar a estratégia institucional preconizada pelo novo Conselho Diretivo, que assumiu funções em agosto de 2014, passando, necessariamente, por uma reflexão sobre: a Visão para o caminho a percorrer, tendo por base a posição que o Instituto Ricardo Jorge ocupa atualmente, onde se afirma como entidade de referência no setor da saúde; os valores institucionais pelos quais o Instituto pretende ser reconhecido; e as linhas estratégicas a adotar. O PE tem como instrumentos enquadramentos desta estratégia: as Grandes Opções do Plano, o Plano Nacional de Saúde e a Missão do Instituto definida na sua Lei Orgânica.

A estratégia delineada para os próximos dois anos, teve por base uma análise, dos desenvolvimentos do ambiente externo, bem como, do contexto específico em que os Departamentos do Instituto Ricardo Jorge têm de desenvolver a sua atividade, e encontra-se alinhada com as reformas em curso na Administração Pública e no Ministério da Saúde. Baseia-se, assim, numa cultura de compromisso e exigência, investindo, numa gestão racional e criteriosa dos recursos, humanos, financeiros e organizacionais e apostando no desenvolvimento do seu capital humano. São as pessoas que sustentam o capital de conhecimento da organização e colocam as suas competências ao dispor das atividades e projetos que se pretendem levar a cabo, de modo a reafirmar a imagem do Instituto Ricardo Jorge, enquanto instituição de excelência ao serviço da Saúde Pública, e a reforçar o seu papel, no sistema de saúde, na luta contra os principais riscos para a saúde da população, bem como as relações e o seu posicionamento na União Europeia (UE)

e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Este plano foi concebido com base no documento de Orientação para elaboração de Plano Estratégico bienal 2015-2016, Planos de Atividades e Quadros de Avaliação e Responsabilização dos Serviços do Ministério da Saúde, proveniente do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, emitido em 2015, no sentido de existir um alinhamento com o modelo geral, desta entidade. No entanto, é necessário o respetivo enquadramento do Instituto Ricardo Jorge no âmbito do Ministério da Saúde devido à natureza específica deste Instituto.

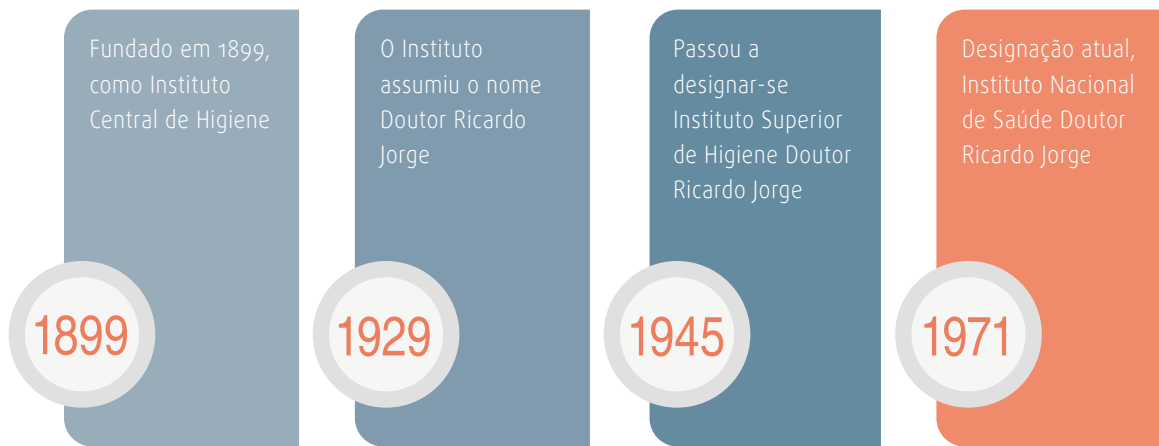
O presente referencial assegura o enquadramento necessário à tomada de decisões sustentadas e baseadas nas estratégias, objetivos e metas institucionalmente consensualizados e perspetiva um desenvolvimento a médio prazo que se afigura inteiramente viável. Todavia, ele deverá ser dinâmico, ajustando-se às circunstâncias e aos desafios que ocorram durante este período, não perdendo de vista que o objetivo último não é tanto o seu estrito cumprimento, mas sim, a obtenção e reconhecimento do nível de excelência a que nos propomos e do contributo efetivo para manter, melhorar e promover a saúde dos portugueses.

É, assim, fundamental para o Instituto investir na melhoria contínua do seu desempenho, potenciando o impacto social das suas funções essenciais, adotando, para tal, uma postura proactiva antecipando a mudança, seja ela uma oportunidade ou uma ameaça.

Este documento será revisto em finais de 2015, avaliando-se a capacidade para atingir os objetivos referenciados, adaptando a sua implementação, em função dos fatores internos e externos que possam vir a condicionar a estratégia delineada e de acordo com os níveis de execução atingidos.

1.1. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL

A evolução do Instituto:



O Instituto Ricardo Jorge foi fundado em 1899, pelo médico e humanista Ricardo Jorge (Porto, 1858 – Lisboa, 1939), como Instituto Central de Higiene, designação que viria a manter até 1945, ano em que passou a designar-se Instituto Superior de Higiene. A partir de 1929, pelo Decreto n.º 16 861, de 11 de maio, foi dado ao Instituto o nome do Doutor Ricardo Jorge. Em 1971, depois de uma importante reforma global dos serviços de saúde, o Instituto Ricardo Jorge assumiu múltiplas competências e novas atribuições, destacando-se a investigação aplicada, a formação pós-graduada e os serviços à comunidade, como laboratório nacional de referência, recebendo a designação que atualmente detém, de Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

Ao longo da sua já longa história, o Instituto Ricardo Jorge tem vindo a acompanhar e a intervir ativamente no desenvolvimento científico e tecnológico que se vem registando no domínio da saúde a nível nacional e internacional.

A aprovação do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC), a par do compromisso Eficiência, veio definir as bases para uma nova orgânica do Instituto Ricardo Jorge.

A atual Lei Orgânica do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro define para o Instituto Ricardo Jorge, numa perspetiva de reestruturação a implementar, a missão, as atribuições e o quadro de dirigentes deste Instituto.

A 8 de fevereiro de 2012, é aprovada pelo Decreto-Lei n.º 27/2012, a Lei Orgânica do Instituto Ricardo Jorge, definindo-o, quanto à sua natureza, como um instituto público, dotado de autonomia científica, administrativa e financeira, com património próprio, que integra os serviços do Ministério da Saúde sob administração indireta do Estado estando sujeito à superintendência e tutela do Ministro da Saúde. A atual Lei Orgânica classifica o Instituto Ricardo Jorge como Laboratório de interesse estratégico nacional, Laboratório do Estado no setor da saúde, Laboratório nacional de referência e Observatório nacional de saúde.

O estatuto de Laboratório do Estado confere-lhe um papel predominante na investigação científica e desenvolvimento científico e técnico em ciências da saúde, destacando-se em particular as ciências biomédicas e as ciências da saúde pública, incluindo a investigação epidemiológica, do estado de saúde da população,

dos determinantes da saúde, e das suas consequências, incluindo a avaliação da qualidade dos serviços de saúde pública. Paralelamente, o Instituto deve prosseguir o desenvolvimento das outras atribuições, com semelhante importância, nomeadamente, as de formação, de difusão da cultura científica, laboratório nacional de referência, de observatório nacional de saúde e de prestador de serviços à comunidade.

A Portaria n.º 162/2012, de 22 de maio aprovou os Estatutos que determinam a organização interna do Instituto Ricardo Jorge, identificando, designadamente, os órgãos diretivos e estruturas de consulta e fiscalização, seis departa-

mentos técnico-científicos e três direções de serviços de apoio.

A 28 de agosto de 2013 foi publicado o Regulamento Interno (Regulamento n.º 329/2013), que define a atual organização, funcionamento e disciplina do trabalho no Instituto Ricardo Jorge.

O Instituto Ricardo Jorge é uma instituição que desenvolve a sua atividade em várias áreas científicas, com a finalidade de promover a saúde e prevenir a doença, no âmbito da sua missão, sendo constituído por profissionais de várias carreiras designadamente, de investigação e técnico-científicas.

1.2. MISSÃO, ATRIBUIÇÕES, VALORES E VISÃO

Missão

O Instituto Ricardo Jorge tem como missão, contribuir para ganhos em saúde pública através de atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, atividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e ainda assegurar a prestação de serviços diferenciados, nos referidos domínios.

Atribuições

O Instituto Ricardo Jorge tem como atribuições:

- a) Promover e desenvolver a atividade de investigação científica orientada para as necessidades em saúde pública, procedendo à gestão científica, operacional e financeira dos programas de investigação do setor da saúde pública;
- b) Promover a capacitação de investigadores e técnicos, bem como realizar ações de divulgação da cultura científica, numa perspetiva de saúde em todas as políticas;
- c) Promover, organizar e coordenar programas de avaliação, no âmbito das suas atribuições, nomeadamente na avaliação externa da qualidade laboratorial e colaborar na avaliação da instalação e funcionamento dos laboratórios que exerçam atividade no setor da saúde;
- d) Promover, organizar e coordenar programas de observação em saúde através, nomeadamente, de estudos de monitorização ambiental e biológica (biovigilância) de substâncias potencialmente tóxicas, tendo em vista avaliar a exposição da população ou de grupos populacionais específicos a estas substâncias, realizados para fins de desenvolvimento de planos de prevenção e controlo da doença;
- e) Assegurar o apoio técnico-normativo aos laboratórios de saúde pública;
- f) Prestar assistência diferenciada em genética médica para prevenção e diagnóstico, em serviços laboratoriais;
- g) Planear e executar o programa nacional de diagnóstico precoce;

- h) Colaborar na realização de atividades de vigilância epidemiológica de doenças, transmissíveis e não transmissíveis, e desenvolver ou validar instrumentos de observação em saúde, nomeadamente através de dados laboratoriais, no âmbito de sistemas de informação, designadamente garantindo a produção e divulgação de estatísticas de saúde pública, e promovendo os estudos técnicos necessários, sem prejuízo das atribuições da Direção-Geral da Saúde e da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., nesta matéria;
- i) Assegurar a resposta laboratorial em caso de emergência biológica, de origem natural, acidental ou deliberada, sem prejuízo da coordenação da Direção-Geral da Saúde em matéria de resposta apropriada a emergências de saúde pública;
- j) Proceder à monitorização do consumo de aditivos e da exposição da população a contaminantes e outras substâncias potencialmente nocivas presentes nos alimentos, incluindo os ingredientes alimentares cujo nível de ingestão possa colocar em risco a saúde dos consumidores;
- k) Assegurar a recolha, compilação e transmissão à Direção-Geral de Agricultura e Veterinária para efeitos de comunicação à Autoridade Europeia de Segurança Alimentar dos dados analíticos relativos à composição, incluindo contaminantes e outras substâncias químicas, dos géneros alimentícios e alimentos para animais;
- l) Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde e programas de saúde do Ministério da Saúde;
- m) Desenvolver ações de cooperação nacional e internacional, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições que prossegue, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em articulação com a Direção-Geral da Saúde enquanto entidade responsável pela coordenação das relações internacionais do Ministério da Saúde;
- n) Prestar serviços remunerados, nomeadamente de assessoria científica e técnica, a entidades dos setores público, privado e social, a nível nacional e internacional, nas áreas das suas atribuições;
- o) Instituir prémios científicos e bolsas para a execução de atividades de I&D, como incentivo à formação científica e técnica;
- p) Assegurar a gestão e promoção do Museu da Saúde;
- q) Colaborar, em matéria de investigação científica e laboratorial, com a Direção-Geral da Saúde na definição e desenvolvimento de programas de saúde;
- r) Garantir a articulação com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P., na promoção e apoio à investigação nos domínios da ciência e tecnologia das áreas da medicina transfusional, transplantação e medicina regenerativa.

Funções essenciais

As atribuições do Instituto Ricardo Jorge podem ser agrupadas pela respetiva função essencial preconizada na sua missão.



No quadro que se segue apresentam-se as atividades atinentes a cada uma das funções essenciais:

Função essencial	Atividades
Investigação e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação científica orientada para as necessidades em saúde pública • Gestão científica, operacional e financeira dos programas de I&D do setor da saúde pública • Instituição de prémios científicos e bolsas para a execução de atividades de I&D, como incentivo à formação científica e técnica • Colaboração em matéria de investigação científica e laboratorial com a DGS na definição e desenvolvimento de programas de saúde • Articulação com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P. (IPST) na promoção e apoio à I&D nas áreas da medicina transfusional, transplantação e medicina regenerativa
Formação	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da capacitação de investigadores e técnicos com vista a melhorar as competências socioprofissionais dos recursos humanos do Instituto Ricardo Jorge (formação interna) e de outros profissionais de saúde (oferta formativa), em áreas da especialidade e responsabilidade do Instituto Ricardo Jorge
Difusão da Cultura Científica	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de ações de divulgação da cultura científica, numa perspetiva de saúde em todas as políticas • Gestão e promoção do Museu da Saúde • Desenvolvimento de ações de cooperação nacional e internacional
Avaliação Externa da Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação externa da qualidade laboratorial • Colaborar na avaliação da instalação e funcionamento dos laboratórios que exerçam atividade no setor da saúde
Observação em Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Promover, organizar e coordenar programas de observação em saúde, nomeadamente, estudos de monitorização ambiental e biológica (biovigilância) de substâncias potencialmente tóxicas, tendo em vista avaliar a exposição da população ou de grupos populacionais específicos a estas substâncias, realizados para fins de desenvolvimento de planos de prevenção e controlo da doença • Colaborar na realização de atividades de vigilância epidemiológica de doenças, transmissíveis e não transmissíveis, e desenvolver ou validar instrumentos de observação em saúde • Proceder à monitorização do consumo de aditivos e da exposição da população a contaminantes e outras substâncias potencialmente nocivas presentes nos alimentos • Assegurar a recolha, compilação e transmissão dos dados analíticos relativos à composição, dos géneros alimentícios e alimentos para animais • Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde e programas de saúde do Ministério da Saúde • Planear e executar o programa nacional de diagnóstico precoce
Prestação de Serviços Diferenciados	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar serviços remunerados, nomeadamente de assessoria científica e técnica • Prestar assistência diferenciada em genética médica para prevenção e diagnóstico, em serviços laboratoriais
Atividade Laboratorial de Referência	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o apoio técnico-normativo aos laboratórios de saúde pública • Assegurar a resposta laboratorial em caso de emergência biológica, de origem natural, acidental ou deliberada.

Valores

Os valores institucionais que o Instituto Ricardo Jorge preconiza, no sentido de fortalecer e dar um significado objetivo aos princípios, pelos quais, pretende ser reconhecido, são os seguintes:



Visão

Tendo em consideração o reconhecimento da competência do Instituto Ricardo Jorge como entidade de referência no sistema da saúde, pretende-se reforçar esta imagem, investindo numa procura sistemática da excelência.

EXCELÊNCIA

1.3. ESTRUTURA ORGÂNICA

O atual Estatuto estabelece um dispositivo organizativo que contempla um conjunto de órgãos executivos, de aconselhamento e fiscalização.

ÓRGÃOS

São órgãos do Instituto Ricardo Jorge:

- a) O Conselho Diretivo, órgão responsável pela gestão, planeamento, coordenação e avaliação da atividade do Instituto Ricardo Jorge, bem como pela direção dos respetivos serviços, em conformidade com a lei e com as orientações governamentais.
- b) O Fiscal Único, que é designado e que tem as competências previstas na lei-quadro dos institutos públicos.
- c) O Conselho de Orientação, órgão responsável por assegurar a eficaz articulação de vários departamentos governamentais, da comunidade científica e dos setores económicos e sociais, na atividade do Instituto Ricardo Jorge.
- d) O Conselho Científico, órgão responsável pela apreciação e acompanhamento das atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico do Instituto Ricardo Jorge.
- e) A Unidade de Acompanhamento, que exerce funções de avaliação e de aconselhamento interno, de acordo com os parâmetros definidos pelo conselho diretivo do Instituto Ricardo Jorge.
- f) A Comissão Paritária, que se pronuncia, a título consultivo, sobre o plano e o relatório anual de atividades do Instituto Ricardo Jorge, bem como sobre questões de natureza laboral, designadamente de organização e segurança do trabalho e formação profissional, higiene e segurança no trabalho e ação social.

ESTRUTURA INTERNA

O Instituto dispõe de unidades operativas na sede, em Lisboa, um centro no Porto (Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira) e um em Águas de Moura (Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infeciosas Doutor Francisco Cambournac) que faz parte integrante do Departamento de Doenças Infeciosas.

O Instituto Ricardo Jorge está organizado em:

Departamentos técnico-científicos:

Estes departamentos concretizam as atribuições do Instituto Ricardo Jorge, através da realização de atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico em ciências da saúde, atividades laboratoriais de referência, de apoio técnico-normativo aos laboratórios de saúde pública, de avaliação externa da qualidade e de organização e gestão do biobanco, observação do estado da saúde da população e vigilância epidemiológica, difusão da cultura científica, capacitação e formação de recursos humanos e prestação de serviços diferenciados.

Departamento de Alimentação e Nutrição

Desenvolve atividades nas áreas da segurança alimentar, toxicologia e avaliação do risco, composição de alimentos, alimentação e nutrição, estilos de vida e impacto na saúde, através de investigação e desenvolvimento, vigilância, referência, prestação de serviços diferenciados, formação, informação e consultoria.

Departamento de Doenças Infeciosas

Desenvolve atividades nas áreas dos diversos agentes microbiológicos e da respetiva imunologia, assegura a resposta laboratorial em

emergências de origem biológica e efetua estudos de vetores e doenças infecciosas, integrando o Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infecciosas Doutor Francisco Camournac.

Departamento de Epidemiologia

Desenvolve atividades nos domínios da epidemiologia e bioestatística aplicadas, incluindo a vigilância epidemiológica e a investigação em cuidados de saúde.

Departamento de Genética Humana

Desenvolve atividades no domínio dos determinantes genéticos da saúde e da doença, designadamente através de abordagens de índole epidemiológica, clínica, citogenética, bioquímica ou de genética molecular, e garante o planeamento e a execução do programa nacional de diagnóstico precoce.

Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis

Desenvolve atividades de investigação e monitorização dos determinantes da saúde e dos fatores de risco e proteção de doenças não transmissíveis bem como de capacitação e literacia em saúde.

Departamento de Saúde Ambiental

Desenvolve atividades na área de interação entre a saúde e o ambiente, nomeadamente através da realização de estudos de monitorização ambiental e biológica (biovigilância) de substâncias potencialmente tóxicas, tendo em vista avaliar a exposição da população ou de grupos populacionais específicos a estas substâncias.

Serviços de apoio à investigação, gestão e administração:

Direção de Gestão de Recursos Humanos

Assegura os procedimentos relativos aos setores: de gestão de recursos humanos, que compreende as áreas, administrativa, de planeamento, de avaliação de desempenho, de segurança higiene e saúde no trabalho, de arquivo geral e expediente, e o setor de desenvolvimento de recursos humanos, que compreende as áreas, da formação interna e de bolsas.

Direção de Gestão de Recursos Financeiros

Assegura os procedimentos relativos ao setor jurídico, ao setor de gestão financeira e contabilidade, que compreende a área da tesouraria e a da contabilidade, ao setor do aprovisionamento, património e logística, ao setor de planeamento e apoio à investigação e ao setor de gestão e apoio laboratorial.

Direção de Gestão de Recursos Técnicos

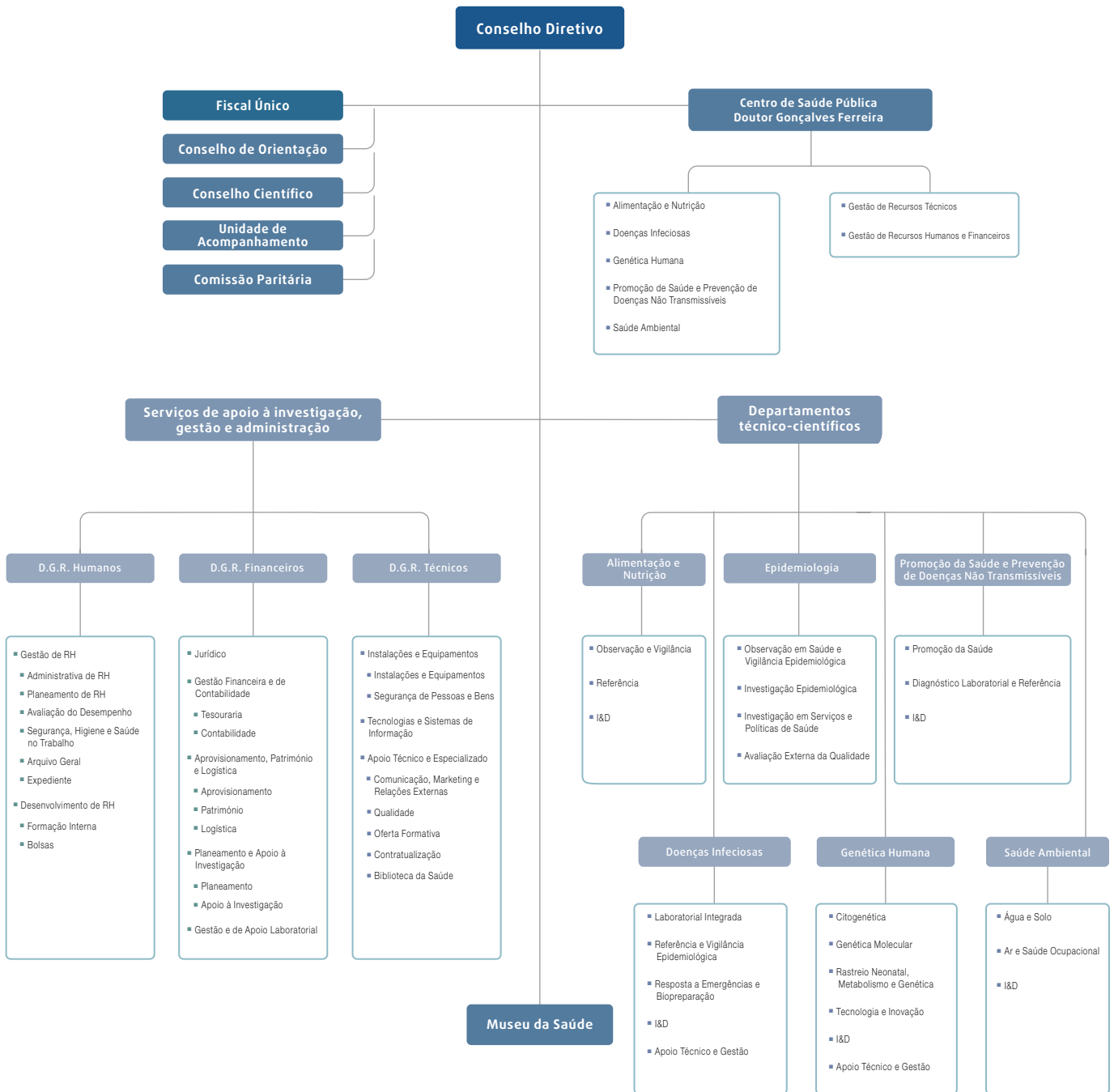
Assegura os procedimentos relativos ao setor de instalações e equipamentos, que compreende as áreas de instalações e equipamentos e a área de segurança de pessoas e bens, o setor de tecnologias e sistemas de informação, o setor de apoio técnico especializado, que compreende as áreas, da comunicação *marketing* e relações externas, da qualidade, da oferta formativa, da contratualização e da Biblioteca da Saúde.

Museu da Saúde:

Visa preservar a memória dos serviços de saúde, assegurando o registo, inventariação, classificação, conservação, exposição e divulgação do acervo museológico.

ORGANOGRAMA DO INSTITUTO RICARDO JORGE

Conforme o Decreto-Lei n.º 27/2012 de 8 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica, a Portaria n.º 162/2012 de 22 de maio, que publica os seus Estatutos e o Regulamento n.º 329/2013 de 28 de agosto.



1.4. PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS NACIONAIS

O Instituto Ricardo Jorge desempenha as atividades que lhe estão incumbidas, enquanto entidade coordenadora ou colaboradora, no âmbito do Plano Nacional de Saúde 2012-2020.

Tabela 1 - Participação em Programas Nacionais

COORDENAÇÃO	Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial Programa Nacional de Diagnóstico Precoce/Rastreamento Neonatal Programa Nacional de Vigilância Clínica e Laboratorial da Gripe
COLABORAÇÃO	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA Programa Nacional de Prevenção e Controlo de Infecção e Resistência aos Antimicrobianos Programa Nacional para as Doenças Respiratórias Programa Nacional para as Doenças Oncológicas Programa Nacional de Eliminação do Sarampo e Rubéola Programa Nacional de Erradicação da Poliomielite fase de pós-eliminação Programa Nacional de Acidentes Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo Programa Nacional de Saúde Reprodutiva Programa Nacional das Doenças Raras Programa Nacional para a Diabetes Programa Nacional para a Saúde Mental Programa Nacional para as Doenças Cérebro – Cardiovasculares Programa Nacional de Controlo das Hemoglobinopatias

Para além da coordenação direta dos programas elencados na primeira parte da tabela 1 (bege), o Instituto contribuiu ainda para outros 16 programas nacionais de saúde.

Dos programas nacionais em que o Instituto Ricardo Jorge participa, 9 são programas de saúde prioritários (assinalados a azul), coordena-

nados pela DGS. Já no ano de 2012, participava em 5 programas de saúde prioritários, o que indicia o papel cada vez mais participativo e fundamental do Instituto no âmbito da Saúde. De salientar, ainda, que em alguns destes programas estão envolvidos vários departamentos deste Instituto.



Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial (PNAEQ)

O Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) coordena e implementa desde 1978, ensaios interlaboratoriais destinados a laboratórios nacionais públicos e privados, assim como internacionais, da área clínica, genética, ambiental, microbiologia de alimentos, microbiologia de águas, anatomia patológica, farmácias, entre outros. Em 2014, o PNAEQ disponibilizou 157 programas diferentes, o que representa um aumento significativo em relação aos anos anteriores.

Conta com a colaboração de peritos de reconhecida competência de diferentes hospitais, instituições e entidades nacionais e internacionais, nas suas áreas de especialidade com pareceres técnico-científicos e/ou seleção e de preparação de amostras, na avaliação do desempenho dos laboratórios participantes e das metodologias utilizadas.

A participação em programas de avaliação externa permite diagnosticar, avaliar e orientar, as ações corretivas e respetivas melhorias, contribuindo, assim, para melhorar o desempenho e a qualidade do serviço prestado, beneficiando diretamente o doente e o público em geral. De acordo com os requisitos da NP EN ISO/IEC 17025 e NP EN ISO 15189 a garantia da qualidade dos resultados impõe que todos os laboratórios acreditados participem em programas de comparação interlaboratorial. Esta participação obrigatória constitui um dos elementos

que permitem demonstrar a competência em cada ensaio, acreditado ou a acreditar, constituindo uma ferramenta imprescindível no Controlo da Qualidade Analítica, na medida em que a avaliação de desempenho de cada laboratório é efetuada por uma entidade independente. A introdução na rotina laboratorial de amostras de conteúdo conhecido do organizador do Programa, mas não revelado aos participantes, é a única forma de deteção de erros sistemáticos através da comparação dos seus resultados com um padrão e com os resultados de outros laboratórios.

Tem sido contemplado o aumento da diversidade dos programas divulgados de modo a ir ao encontro das necessidades dos participantes. Um envolvimento mais ativo dos participantes foi conseguido com a solicitação de resposta a questionários e participação em estudos piloto ao longo dos últimos anos.

Os objetivos para os anos seguintes são: a divulgação e participação em diferentes grupos de trabalho, nacionais e internacionais, e a cooperação com entidades como o Infarmed, ACSS, DGS, entre outras, conduzindo ao desenvolvimento de um trabalho mais abrangente nas diferentes áreas de atividade; fomentar a cooperação dentro da comunidade lusófona na implementação de programas de avaliação externa da qualidade, tendo em conta as prioridades e realidades de cada país; a participação com ações formativas em colaboração com diferentes instituições de ensino; iniciar o processo de acreditação do programa nacional de avaliação externa da qualidade e organização de reuniões científicas no âmbito da AEQ.



Programa Nacional de Diagnóstico Precoce / Rastreio Neonatal

O Programa Nacional de Diagnóstico Precoce (PNDP) teve início em 1979, por iniciativa do Instituto de Genética Médica, tendo por objetivo diagnosticar, nas primeiras semanas de vida, doenças que, uma vez identificadas, permitam o tratamento precoce que evite a ocorrência de atraso mental, doença grave irreversível ou a morte da criança (Despacho n.º 752/2010. D.R. n.º 7).

A Unidade de Rastreio Neonatal, Metabolismo e Genética do Departamento de Genética Humana, no âmbito das suas atividades de suporte ao Programa Nacional de Diagnóstico Precoce, iniciou um estudo piloto para o rastreio neonatal da Fibrose Quística em 80.000 recém-nascidos. A Fibrose Quística é a doença genética mais frequente nas populações caucasianas caracterizando-se por problemas nutricionais e afetando progressivamente o sistema pulmonar, grandemente responsáveis pela sua gravidade. Como o diagnóstico clínico é difícil e muitas vezes tardio, com graves prejuízos para a criança afetada, o rastreio neonatal reveste-se de particular importância. Um acompanhamento clínico precoce e rigoroso permite reduzir consideravelmente a frequência das complicações, assegurando ao doente uma melhor qualidade de vida, apesar da inexistência de um tratamento específico para a cura da doença.

A estratégia utilizada no rastreio neonatal baseia-se na determinação da IRT - tripsina imuno-reactiva e da PAP – proteína associada à pancreatite, no sangue colhido em papel para o Diagnóstico Precoce.



Programa Nacional de Vigilância Clínica e Laboratorial da Gripe

O Programa Nacional de Vigilância Clínica e Laboratorial da Gripe (PNVCLG) tem como objetivo a recolha, análise e disseminação da informação sobre a atividade gripal, identificando e caracterizando de forma precoce os vírus da gripe em circulação em cada época, bem como, a identificação de vírus emergentes com potencial pandémico e que constituam um risco para a saúde pública, procurando contribuir, desta forma, para a diminuição da morbilidade e mortalidade associada à infeção e suas complicações. As informações resultantes da vigilância permitem ainda a orientação de medidas de prevenção e controlo da doença de forma precisa. O Instituto Ricardo Jorge emite um relatório que pretende sintetizar e divulgar os resultados obtidos pelo Programa Nacional de Vigilância da Gripe (PNVG), em Portugal.



1.5. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO

A participação em grupos de trabalho é parte essencial do trabalho nas áreas, da Referência, Vigilância Epidemiológica e Investigação em Saúde, desenvolvido pelos Departamentos Técnico-Científicos (DTC) do Instituto Ricardo Jorge. De seguida, são elencados os grupos de trabalho, bem como as entidades coordenadoras em que os departamentos participaram no ano de 2014.

Tabela 2 – Participação em Grupos de Trabalho Nacionais

Grupo de Trabalho	Entidade Coordenadora	DTC
Peritos das Bolsas Ricardo Jorge	Instituto Ricardo Jorge	DTC
Grupo de trabalho - Rede de Laboratórios de Saúde Pública	Instituto Ricardo Jorge	DTC
Comissão técnica de normalização - Produtos da Pesca e da Aquicultura (CT25)	Assoc. da Indústria Alimentar pelo Frio	DAN
Comissão técnica RELACRE - Metrologia (CTR04) / Volume (GT7)	Assoc. Lab. Acreditados de Portugal	DAN
PortFIR/Ocorrência microbiológica na cadeia alimentar-GTOMCA; Informação microbiológica de alimentos-RPIMA	Instituto Ricardo Jorge	DAN
PortFIR/Toxinfeções alimentares-GTTA; Informação microbiológica de alimentos-RPIMA	Instituto Ricardo Jorge	DAN
PortFIR/Amostragem-GTA; Rede portuguesa sobre composição de alimentos-RPCA	Instituto Ricardo Jorge	DAN
PortFIR-Plataforma Portuguesa de Informação Alimentar/Porções-GTP	Fed. Indústrias Port. Agro-Alimentares	DAN
PortFIR-Plataforma Portuguesa de Informação Alimentar/Utilizadores-GTU	Instituto Ricardo Jorge	DAN
Grupo de trabalho - Resposta a solicitações relacionadas com organismos (incluindo microrganismos) geneticamente modificados e tecnologias conexas	Instituto Ricardo Jorge	DAN
Task Force Ébola	Instituto Ricardo Jorge	DDI
Associação Portuguesa de Micologia Médica	ASPOMM	DDI
Grupo de trabalho - Diagnóstico pré-natal da Sociedade Portuguesa de Virologia	Sociedade Portuguesa de Virologia	DDI
Grupo de trabalho - Alterações Climáticas e Saúde Humana	Direção-Geral da Saúde	DDI
Grupo de trabalho - Biotérios	Instituto Ricardo Jorge	DDI
Grupo de trabalho - PARERE - Preliminary Assessment of Regulatory Relevance	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária	DDI
GripeNet	Instituto Ricardo Jorge	DEP
INFOTABAC - Avaliação do impacto resultante da aplicação da Lei do Tabaco	Instituto Ricardo Jorge/DGS	DEP
Sistema de vigilância de ondas de calor e seus impactos na mortalidade	Instituto Ricardo Jorge	DEP
RENAC - Registo Nacional de Anomalias Congénitas	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Associação Portuguesa para a Promoção da Saúde Pública	APPSP	DEP
Rede de Médicos-Sentinela	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho - Estatísticas da Saúde: Estatísticas	Conselho Superior de Estatística	DEP
Grupos de trabalho - Estatísticas da Saúde: Conceitos	Conselho Superior de Estatística	DEP
Grupo de trabalho - Estatísticas da Saúde no Ministério da Saúde	Direção-Geral da Saúde	DEP

Tabela 2 – Participação em Grupos de Trabalho Nacionais – *Continuação*

Grupo de Trabalho	Entidade Coordenadora	DTC
Grupo de trabalho - INS - Inquérito Nacional de Saúde	INE/ Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de acompanhamento da Gripe	Direção-Geral da Saúde	DEP
Grupo de trabalho - Registo das Doenças Lisossomais de Sobrecarga	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho - Hematologia: Morfologia de Sangue Periférico	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho - Hematologia: Hemoglobinopatias	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho - Parasitologia	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho - Anatomia Patológica	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho - Endocrinologia	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho - HPV- Human Papiloma Virus	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo Biobanco.pt	Instituto de Medicina Molecular	DEP
Centro Nacional Coordenador Diagnóstico, Tratamento de Doenças Lisossomais	Instituto Ricardo Jorge	DGH
Comissão de Genética Médica da DGS	Direção-Geral da Saúde	DGH
Comissão técnica nacional de Diagnóstico Pré-natal	Direção-Geral da Saúde	DGH
Conselho de coordenação de estágios dos Técnicos Superiores de Saúde	Adm. Central do Sistema de Saúde	DGH
Comissão de acompanhamento de estudantes de Doutoramento	Universidade do Algarve	DGH
Comissão de acompanhamento de estudantes de Doutoramento	Instituto de Medicina Molecular	DGH
Comissão executiva do PNDP - Programa Nacional de Diagnóstico Precoce	Instituto Ricardo Jorge	DGH
Comissão técnica nacional do PNDP - Programa Nacional de Diagnóstico Precoce	Instituto Ricardo Jorge	DGH
Grupo de trabalho - Revisão de portarias de licenciamento - Genética Médica, Anatomia Patológica e Patologia Clínica/ Análises Clínicas	Adm. Central do Sistema de Saúde	DGH
Grupo de trabalho - Registo Doenças Lisossomais de Sobrecarga	Instituto Ricardo Jorge	DGH
Grupo de peritos - Elaboração das tabelas SNS: Área da genética	Adm. Central do Sistema de Saúde	DGH
Grupo de trabalho do ACSS - Revisão portarias de licenciamento	Adm. Central do Sistema de Saúde	DGH, DEP
Comissão das Políticas Públicas e Educação da Genética da SPGH	Soc. Port. de Genética Humana	DPS
Peritos das Bolsas Ricardo Jorge	Instituto Ricardo Jorge	DPS
Comissão coordenadora do Conselho Científico	Instituto Ricardo Jorge	DPS
Grupo de trabalho - Biobancos	Instituto Ricardo Jorge	DPS
Comissão técnica - CT 87 - Tecnologias para a saúde, SC7 Laboratórios Clínicos e de Patologia	Soc. Port. das Empresas de Dispositivos Médicos	DPS, DEP
Iniciativa para a implementação da Análise de Impactes na Saúde de Políticas de outros Setores - colaboração MS/OMS	Ministério da Saúde	DPS
Grupo de trabalho - Hematologia do PNAEQ	Instituto Ricardo Jorge	DPS
Task Force Amianto	Instituto Ricardo Jorge	DSA

Tabela 2 – Participação em Grupos de Trabalho Nacionais – *Continuação*

Grupo de Trabalho	Entidade Coordenadora	DTC
Comissão técnica de normalização - Segurança e Saúde do Trabalhador (CT42)	CERTITECNICA	DSA
Comissão técnica - Vibrações e Choques (CT28-SC4)	Lab. Nacional de Engenharia Civil	DSA
Comissão técnica - RELACRE Qualidade nos laboratórios	Assoc. Lab. Acreditados de Portugal	DSA
Comissão Setorial para a Água (CS04)	Instituto Português da Qualidade	DSA
Grupo de trabalho - Microrganismos/Organismos geneticamente modificados	Instituto Ricardo Jorge	DSA, DAN
Comissão técnica - Qualidade do ar/Ar ambiente fora dos locais de trabalho (CT71-SC3)	Agência Portuguesa do Ambiente	DSA
Grupo de trabalho - Vigilância da saúde dos trabalhadores expostos a radiação ionizante (VSRad)	Direção-Geral da Saúde	DSA
Comissão técnica - Metrologia (CT04) - Química (GT05)	Assoc. Lab. Acreditados de Portugal	DSA

Tabela 3 – Participação em Grupos de Trabalho Internacionais

Grupo de Trabalho	Entidade Coordenadora	DTC
Comissão técnica - International Measurement Confederation (TC23)	IMEKO	DAN
Expert Group on Chemical Occurrence Data	Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar	DAN
Expert Group on Food Consumption	Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar	DAN
INFOGEST-Improving Health Properties of Food by Sharing our Knowledge on the Digestive Process, COST Action	Institut National de la Recherche Agronomique	DAN
Childhood Obesity Surveillance Initiative	World Health Organisation /Europe	DAN
European Paediatric Task Force on Helicobacter pylori	European Helicobacter Study Group	DDI
ERINHA - European Research Infrastructure on Highly Pathogenic Agents	Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale	DDI
Quandhip - Quality Assurance Exercises and Networking on the Detection of Highly Infectious Pathogens	Robert Koch Institut	DDI
EQUATOX - Establishment of Quality Assurances for the Detection of Biological Toxins of Potential Bioterrorism Risk	Robert Koch Institut	DDI
ECMM - Confederação Europeia de Micologia Médica	ECMM	DDI
Task Force Angola	Cooperação com Instituto Nacional de Saúde Pública da República de Angola	DDI
WHO Expert Group of GISRS Surveillance on Antiviral Susceptibility	World Health Organisation	DDI
Antiviral Task Group for ERLI-NET - European Laboratory Network for Human Influenza	European Centre for Disease Prevention and Control	DDI

Tabela 3 – Participação em Grupos de Trabalho Internacionais – *Continuação*

Grupo de Trabalho	Entidade Coordenadora	DTC
Global Health Security Agenda	GHSA	DDI
+Projeto Europeu Registo Europeu de Anomalias Congénitas	EUROCAT/EU	DEP
European Influenza Surveillance Network	EISN	DEP
Joint Action on Monitoring Injury in Europe - JAMIE	EU Injury Data Base	DEP
Influenza Monitoring Vaccine Effectiveness - IMOVE	ECDC	DEP
Integrated Monitoring of Vaccines Effects in Europe: a platform to measure and compare effectiveness and impact of influenza and pneumococcal vaccines and vaccination strategies in the elderly - IMOVE+	Epiconcept	DEP
Health Inequalities in Europe	EUROHEALTHNET	DEP
European Health and Life Expectancy Information System - EHLEIS	Departamento de Demografia e Saúde da Universidade de Montpellier	DEP
Grupo de trabalho - Pós Analítica	EFLM/EQALM	DEP
Grupo de trabalho - Microscopia Virtual	EQALM	DEP
Grupo de trabalho - Hematologia	EQALM	DEP
Grupo de trabalho - Coagulação	EQALM	DEP
Grupo de trabalho - Frequência	EQALM	DEP
Grupo de trabalho - Microbiologia	EQALM	DEP
Grupo de trabalho - Microbiologia de Alimentos	Instituto Ricardo Jorge /PHE	DEP, DAN
Grupo de trabalho - Microbiologia de Águas	Instituto Ricardo Jorge /PHE	DEP, DAN, DSA
Grupo de trabalho - FluMOMO	EUROMOMO	DEP
EuroMOMO	Statens Serum Institut	DEP
Influenzanet	Institute for Scientific Interchange	DEP
Public Health Policies and Services	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Comissão de diagnóstico perinatal	Sociedade Espanhola de bioquímica clínica	DGH
European Cytogenetics Association	ECA	DGH
European Chemicals Agency	European Chemicals Agency	DGH
Senior Investigators Committee	Autism Genome Project	DPS
Joint Action CHRODIS	Instituto Carlos III (Madrid)	DPS
ASDEU - Autism Spectrum Disorders in Europe	Instituto Carlos III (Madrid)	DPS
Knowledge and Innovation Communities (KICs) – EIT HEALTH	Faculdade de Ciências/Univ. Lisboa	DPS
Projeto Portugal-Harvard Early beginnings	Escola Nacional de Saúde Pública	DPS

1.6. PARCERIAS

Tabela 4 – Parcerias Nacionais

Parcerias Nacionais	DTC
Direção-Geral de Alimentação e Veterinária	DAN
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	DAN
Instituto Português do Mar e da Atmosfera	DAN
GS1	DAN
Instituto Politécnico de Leiria	DAN
Josef Stefan Institute	DAN
Associação Nacional da Indústria de Alimentação Infantil e Nutrição Especial	DAN
Associação Nacional de Farmácias	DAN
Escola Nacional de Saúde Pública	DAN
Instituto de Tecnologia Química e Biológica	DAN
Centro de Estudos do Ambiente e do Mar	DAN
Faculdade de Ciências de Universidade de Lisboa	DAN
Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra	DAN
Departamento de Engenharia dos Polímeros, Universidade do Minho	DAN
REQUIMTE - Rede de Química e Tecnologia	DAN
Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa	DAN
Cooperação com a Universidade Atlântica	DAN
Unidade de Saúde Familiar Cidadela, Cascais	DAN
Instituto Superior de Agronomia	DAN
Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve	DAN
Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto	DAN
Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa	DAN
Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa	DAN
Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	DAN
Universidade de Aveiro	DAN
Cooperativa de Ensino Superior – Egas Moniz	DAN
Instituto Superior Técnico	DAN
PORTFIR - Plataforma Portuguesa de Informação Alimentar	DAN
Regiões de Saúde e Regiões Autónomas no âmbito do Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF)	DEP

Tabela 4 – Parcerias Nacionais – *Continuação*

Parcerias Nacionais	DTC
Faculdade de Farmácia de Lisboa (nanotecnologias e nanotoxicologia)	DGH
Instituto da Soldadura e Qualidade (nanotecnologias)	DGH
Direção Geral da Saúde (avaliação de risco)	DGH
Universidade de Aveiro (toxicologia de misturas)	DGH
Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa (toxicologia ambiental/ecotoxicologia)	DGH
Universidade Aberta (biomarcadores e integração)	DGH
Instituto Superior Técnico/Campus de Sacavém	DGH
Centro de Diagnóstico Pré-Natal do Centro Hospitalar Lisboa Central	DGH
Centro de Diagnóstico Pré-Natal do Centro Hospitalar Lisboa Norte	DGH
Centro de Diagnóstico Pré-Natal do Centro Hospitalar Algarve: Centro de DPN de Faro e Centro de DPN de Portimão	DGH
Serviço de Genética do Centro Hospitalar Lisboa Central	DGH
Serviço de Genética do Centro Hospitalar Lisboa Central	DGH
Serviço de Genética do Centro Hospitalar de Coimbra	DGH
Serviço de Genética do Centro Hospitalar do Porto	DGH
Laboratório de doenças Metabólicas da Faculdade de Farmácia	DGH
Instituto de Biologia Molecular e Celular	DGH
Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto	DGH
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Papel das cinases WNK e Syk no tráfego da proteína CFTR	DGH
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Regulação do splicing alternativo dos genes Rac1 e SMN2	DGH
Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - predisposição genética à osteoporose e hipertensão arterial	DGH
Centro de Medicina Reprodutiva da Maternidade Alfredo da Costa	DGH
Universidade de Aveiro	DGH
Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar	DGH
Instituto de Ciências da Saúde da Universidade do Minho	DGH
Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra	DGH
Faculdade de Medicina da Universidade do Porto	DGH
Centro Hospitalar de São João	DGH
Clínica Universitária de Pneumologia, Centro Hospitalar Lisboa Norte	DGH
Laboratório de Genética da Faculdade de Medicina de Lisboa	DGH
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	DPS
Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal	DPS
Instituto Gulbenkian de Ciência	DPS
Instituto de Imagem Biomédica e Ciências da Vida	DPS

Tabela 4 – Parcerias Nacionais – *Continuação*

Parcerias Nacionais	DTC
Laboratório de Citogenética, Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra	DPS
Unidade Neurológica de Investigação Clínica, Instituto de Medicina Molecular	DPS
Departamento de Neurologia, Hospital Fernando da Fonseca	DPS
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra	DPS
Hospital Pediátrico do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra	DPS
Centro Hospitalar do Porto	DPS
Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga	DPS
Centro Hospitalar de São João	DPS
Centro Hospitalar de Setúbal	DPS
Hospital de Santa Maria Maior	DPS
Centro Hospitalar de Lisboa Central	DPS
Centro Hospitalar de Lisboa Norte	DPS
Centro de Estudos de Doenças Crónicas da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa	DPS
Universidade de Aveiro	DSA
Universidade do Porto	DSA
Universidade Nova de Lisboa	DSA
Laboratório Nacional de Engenharia Civil	DSA
Universidade de Trás os Montes e Alto Douro	DSA

Tabela 5 – Parcerias Internacionais

Parcerias Internacionais	DTC
EFESA - Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar	DAN
EuroFIR - European Food Information Resource Network, AISBL	DAN
Instituto Superior de Investigaciones Biológicas da Universidade Argentina de Tucuman	DAN
Instituto de Metrologia Australiano para a Metrologia da Alimentação e Nutrição	DAN
Faculdade de Zootecnia e Engenharia dos Alimentos, Universidade de S. Paulo, Brasil	DAN
IMEKO TC 23 Food and Nutrition Metrology	DAN
Universidade de South Wales, Sydney	DAN
Universidade Complutense de Madrid	DAN
Centro de Investigação em Saúde de Manhica, Moçambique	DAN

Tabela 5 – Parcerias Internacionais – *Continuação*

Parcerias Internacionais	DTC
Council of National Research (CNR), Itália	DAN
Faculdade de Farmacia da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha	DAN
Norwegian University of Life Sciences, Oslo, Norway	DAN
CYTED/IBERCAROT- Red iberoamericana para el estudio de carotenoides como ingredientes de alimentos	DAN
MoniQA AISBL	DAN
INASA – Instituto Nacional de Saúde Publica da Guiné Bissau	DDI
Instituto Norueguês de Saúde Pública (FHI) (no âmbito do Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico - INSEF).	DEP
Instituto Carlos III (elaboração de um atlas Ibérico de Mortalidade por Doenças Neoplásicas)	DEP
Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais	DGH
Norwegian Institute for Air Research (NILU), Noruega	DGH
Universidade Estadual de Maringá, Brasil.	DGH
INSERM U 773, Centre de Recherche Biomédicale Bichat Beaujon CRB3, 75018 Paris, França – modelos de ratinhos no estudo da inflamação do cólon	DGH
Imperial College School of Medicine at Hammersmith Hospital, London – técnica de ChIP para o estudo do papel de Rac1 na regulação da expressão génica via BCL-6.	DGH
Ghent University, Belgium- role of CAFs (Carcinoma-associated fibroblasts) on Rac1b expression in co-cultured colorectal cells	DGH
Hospital de Barretos, Brasil– papel de WNK2 em gliomas	DGH
Hospital de Clínicas de Porto Alegre – Brasil	DGH
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil	DGH
Hospital Universitário de Belo Horizonte – Brasil	DGH
Hospital Infantil Joana de Gusmão – Florianópolis - Brasil	DGH
Istituto di Ricerca e Cura a Carattere Scientifico, Fondazione Stella Maris, Pisa – Itália	DGH
Ospedale Pediatrico Bambino Gesù – Roma – Itália	DGH
Hospital S. Joan de Déu – Barcelona – Espanha	DGH
University Hospital Amsterdam, Academic Medical Center – Amsterdam – Holanda	DGH
University Nijmegen Medical Center – Nijmegen – Holanda	DGH
Centro de investigação Biomédica em Rede de Doenças Raras, CIBERER, Barcelona, Alemanha	DGH
Department of Biochemistry, University Medical Center Hamburg-Eppendorf, Alemanha	DGH
Centro de Biología Molecular Severo Ochoa Nicolas Cabrera, Universidad Autónoma de Madrid, Espanha	DGH
Laboratoire de Biochimie au CHU Farhat Hached- Faculté de Pharmacie de Monastir/Université de Monastir, Tunisia	DGH
Faculdade de Medicina, Universidade de Monreal, Canadá	DGH
Garvan Institute of Medical Research; Darlinghurst, Australia	DGH
Department of Pediatrics, Semmelweis University, Budapest, Hungary	DGH
Department of Biology and Biotechnology "L. Spallanzani" University of Pavia, Pavia, Italy	DGH
Departments of a Medical Genetics, University of Pécs, Pécs , Hungary	DGH

Tabela 5 – Parcerias Internacionais – *Continuação*

Parcerias Internacionais	DTC
Department of Surgery-Universit, Munich, Germany	DGH
Centro de Investigação em Saúde em Angola, Caxito	DGH
Hospital Pediátrico Luís Bernardino, Luanda	DGH
Université Paris Diderot, Sorbonne Paris Cité ; laboratoire d'excellence sur le globule rouge (GR-Ex), hôpital Robert Debré et Institut national de la transfusion sanguine, Paris, France	DGH
VU University Medical Center – Amsterdam – Holanda	DGH
University of Lund, Sweden	DGH
Biodesing Institute, State University of Arizona, USA	DGH
Rockefeller University Proteomics Resource Center, NY, USA	DGH
Proteomics Platform, Unidad de Biología Estructural – Vizcaya, Spain	DGH
Universidade Federal de São Paulo, Brasil	DGH
HMS & UC San Diego Health System's Division of Pulmonary and Critical Care, California	DGH
Universidade Federal de São Carlos, Brasil	DGH
Departamento de Patologia Clínica; Universidade de Campinas – Brasil	DGH
Weatherall Institute, Oxford – Reino Unido	DGH
BioISI - Biosystems and Integrative Sciences Institute	DPS
Trinity College, Dublin, Ireland	DPS
Goethe-Universität Frankfurt am Main, Frankfurt, Germany	DPS
Institut Pasteur, Paris France	DPS
University of California Los Angeles, USA	DPS
Hospital for Sick Children and University of Toronto, Ontario, Canada	DPS
Institute of Rare Diseases Research Instituto de Salud Carlos III	DPS
Fundação Hipercolesterolemia Familiar de Espanha	DPS
National Center of Medical Genetics, Buenos Aires, Argentina	DPS
University of Salamanca	DPS
Edinburgh University	DPS
Institute of Cardiovascular and Metabolic diseases, INSERM, Toulouse, França	DPS
INSERM U1043-CPTP, Toulouse, França	DPS
Faculté de Médecine, Nantes, França	DPS
InCor Universidade de Medicina de S Paulo, Brasil	DPS
Faculty of Pharmacy and Biochemistry University of Buenos Aires, Lab of Lipids and Atherosclerosis, Argentina	DPS
Facultad de Medicina Universidad Autónoma de Guadalajara, Mexico	DPS
Universidade da Corunha	DSA
Universidade Santa Catarinaense/ Brasil	DSA
Universidade de Ribeirão Preto/ S.Paulo/ Brasil	DSA
Universidade de Malange/ Angola	DSA

1.7. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

A conceção deste documento teve subjacente um exercício de reflexão conjunta com os dirigentes das várias áreas funcionais, que vão assegurar a sua implementação, o que leva a que, por um lado, se sintam mais comprometidos e incentivados a alcançar as metas consensualizadas e por outro, que haja uma maior sintonia e articulação das várias atividades a assegurar pelo Instituto Ricardo Jorge.

Para além de se constituir como um instrumento chave no controlo de gestão, dado que o seu enfoque privilegia as dimensões estratégicas da atuação do Instituto, este documento tem como desígnio congregar os esforços de todos e de gerar consensos para a sua gestão.

O Instituto Ricardo Jorge confronta-se com a incerteza associada aos eventos imprevisíveis do seu próprio ambiente de atuação, isto é, os fenómenos de saúde/doença, por exemplo Ébola e Legionella, as modificações inerentes aos próprios atores de risco determinantes do nível de saúde das populações, em suma, com a variabilidade própria dos acontecimentos em saúde pública.

Ao desenvolver estratégias para potenciar as oportunidades disponíveis, no sentido de fazer face às ameaças, os objetivos para a consecução deste plano, projetam-se envolvendo a instituição como um todo, tendo em linha de conta os recursos disponíveis, as capacidades existentes e as potencialidades a desenvolver, procurando um efeito sinérgico de todos esses parâmetros.

1.7.1 Enquadramento com planos superiores institucionais

A elaboração deste plano teve em conta condicionantes e oportunidades decorrentes da estratégia do governo e, em particular, da reforma proposta para Saúde que assenta em quatro pilares essenciais:

1. Melhorar a qualidade global, incluindo a eficiência do sistema de saúde;
2. Progredir na redução das iniquidades de acesso ao sistema de saúde;
3. Assegurar uma crescente transparência do sistema;
4. Promover a capacitação e responsabilização dos cidadãos no desenvolvimento e aplicação de políticas saudáveis.

De acordo com o Programa do Governo e com as Grandes Opções do Plano (Grandes Opções do Plano para 2012-2015, aprovadas pela Lei nº 64-A/2011, de 30 de dezembro e Grandes Opções do Plano para 2013), os principais eixos de atuação e objetivos estratégicos para a saúde são:

- Utilização mais racional e eficiente dos recursos disponíveis;
- Reforçar os princípios da responsabilização pelos resultados, da transparência da gestão dos dinheiros públicos e o da imparcialidade objetiva e eficaz das decisões de política de saúde;
- Continuar a melhorar a qualidade e o acesso efetivo dos cidadãos aos cuidados de saúde, quer ao nível da organização quer ao nível da prestação;
- Fomentar um maior protagonismo dos cidadãos na utilização e gestão ativa do sistema;
- Aprofundar a cooperação no domínio da saúde com a CPLP e a UE.

Estas linhas de orientação estratégica traduzem-se nas seguintes medidas:

Qualidade e acesso efetivo aos cuidados de saúde

- Implementar o Plano Nacional de Saúde 2011-2020.

Regulação do setor

- Regulamentação e desenvolvimento do setor da saúde pública, com especial enfoque na atuação das autoridades de saúde e da aplicação de sistemas de vigilância epidemiológica;
- Promover condições que possibilitem e maximizem a investigação em saúde em Portugal, com especial enfoque para a investigação clínica.

Acreditação dos serviços do SNS

- Garantir estruturas e mecanismos de acreditação em saúde com vista à certificação e ao reconhecimento público do nível de qualidade atingida nos serviços prestadores de cuidados de saúde, de acordo com padrões predefinidos.

Um maior protagonismo dos cidadãos na utilização e gestão ativa do sistema

- Intensificar programas integrados de promoção da saúde e de prevenção da doença mediante iniciativas de base intersectorial, designadamente com a educação, segurança social, ambiente e autarquias, com maior proximidade à população.

Melhorar a informação e o conhecimento do sistema de saúde

- Assegurar uma política de investimento em sistemas de informação que permita a otimização das fontes de dados existentes em informação útil para gestão e melhoria das

condições de acesso dos cidadãos ao sistema de saúde.

Melhorar a transparência da informação em saúde

- A transparência na saúde enquadra-se no dever que o Estado assume de informar os cidadãos acerca dos serviços que prestam cuidados de saúde com qualidade e segurança, incluindo a prestação pública de contas, bem como divulgação de informação simples, objetiva e descodificada.

Aprofundar a cooperação no domínio da saúde com a CPLP e a UE

- Intensificar a cooperação com a CPLP, facilitando a transferência de conhecimentos e a criação de uma agenda de cooperação em saúde, nos domínios técnico e científico, bem como promover o intercâmbio de profissionais do SNS com os serviços de saúde da CPLP;
- Manter e aprofundar a cooperação na área da saúde com a União Europeia a fim de criar as condições para a aplicação da Diretiva de Mobilidade Transfronteiriça de Doentes no Sistema de Saúde em Portugal.

1.7.2 Análise estratégica

Tendo em consideração a missão e as competências atribuídas ao Instituto Ricardo Jorge foi promovida uma reflexão estratégica utilizando a metodologia da análise *SWOT*, onde se relacionaram os pontos fortes e fracos do Instituto, com as principais tendências do seu meio envolvente.

O resultado desta reflexão foi posteriormente trabalhado numa matriz *SWOT* que serviu de base para realinhar as prioridades estratégicas do Instituto Ricardo Jorge. A matriz serve, no essencial, para focar a atenção sobre a capa-

cidade de resposta, face aos fatores do meio ambiente interno e externo que afetam o Instituto. Este instrumento estratégico pretende, de igual modo, identificar de uma forma estruturada as decisões estratégicas tendo em atenção as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

De referir que esta metodologia deve ser alvo de análise, com regularidade, para que a estratégia esteja inserida na missão do Instituto Ricardo Jorge e não coloque em causa as atribuições conferidas. De uma forma sintética, as conclusões da matriz *SWOT* são as seguintes:

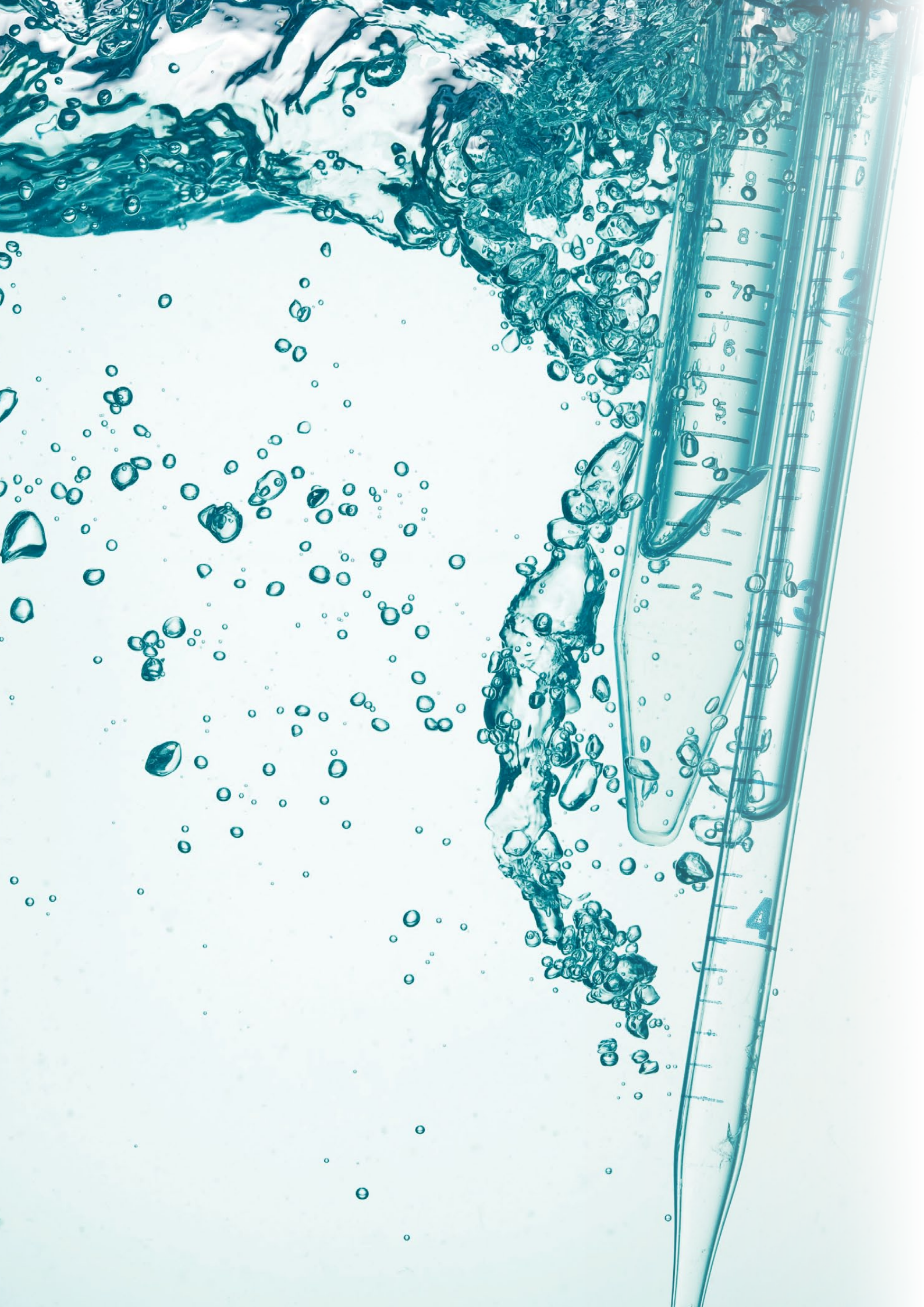
Análise *SWOT*

Fatores internos	<p>Pontos fortes (S)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Produção científica de relevo 2) Recursos humanos altamente qualificados 3) Acreditação das atividades laboratoriais 4) Forte cultura de apoio a atividades de I&D 5) Envolvimento em projetos e atividades internacionais 6) Capacidade instalada e <i>know-how</i> na orientação de formação conducente a graus académicos (Mestrados/Doutoramentos) 7) Grande entendimento por parte da Tutela do papel estratégico do Instituto Ricardo Jorge no Ministério da Saúde 8) Adaptabilidade face a situações novas 9) Cultura institucional de candidatura a financiamentos de investigação 10) Existência de uma Comissão de Ética para a Saúde 11) Existência de um Conselho Científico que desempenha as funções de aconselhamento da Direção no estabelecimento de padrões e políticas institucionais 	<p>Pontos Fracos (W)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) GAP de competências de recursos humanos mais diferenciados 2) Deficiente integração entre os diversos SI (Sistemas Informáticos) 3) Inadequação da plataforma informática da área clínica 4) Insuficiente <i>Benchmark</i> interno e externo 5) Constringimentos financeiros 6) Procedimentos administrativos complexos e burocráticos para a aquisição de bens e serviços 7) Insuficiente articulação interserviços/departamentos 8) Deficiente sistema de gestão, sem indicadores em tempo real, pouco investimento no planeamento, na monitorização e nas decisões estratégicas estruturais 9) Ausência de contabilidade analítica 10) Descontinuidade de opções estratégicas de médio e longo prazo 11) Ausência de uma agenda de investigação relevante para o Ministério da Saúde e por ele financiada 12) Comunicação interna 13) Divulgação dos resultados de I&D junto da população em geral
Fatores externos	<p>Oportunidades (O)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Articulação com os Institutos Congéneres Europeus 2) Estabelecimento e consolidação de parcerias estratégicas 3) Constantes avanços na área de I&D 4) Reconhecimento do Instituto Ricardo Jorge, de uma forma global, como laboratório de referência 5) Reforço da missão do Instituto Ricardo Jorge no âmbito da reestruturação dos Laboratórios de Saúde Pública 6) Relações internacionais / CPLP 7) Criar centros de Excelência no Instituto Ricardo Jorge – “selo ou marca” Instituto Ricardo Jorge 8) Surgimento de novos atores na área da saúde 9) Interesse reemergente da sociedade pela Saúde Pública 10) Interesse da tutela pela informação epidemiológica de apoio à decisão 11) Necessidade de criação de equipas de epidemiologia de campo no seio do MS 	<p>Ameaças (T)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Sustentabilidade do SNS 2) Enquadramento dos diplomas legais da A.P que condiciona a gestão dos recursos humanos e financeiros 3) Concorrência no recrutamento de RH 4) Perda de <i>know-how</i> por ausência de mecanismos que assegurem a transferência do conhecimento na área de I&D aquando da saída dos investigadores 5) Forte concorrência de entidades nacionais e internacionais 6) Dispersão de informação relevante em saúde pública resultado da repartição e/ou complementaridade de competências, previstas pelo atual enquadramento legal 7) Sobreposição de áreas de competência entre instituições dentro do MS 8) Descontinuidade no alargamento das áreas temáticas desenvolvidas pelo Instituto Ricardo Jorge 9) Falta de reconhecimento do Instituto Ricardo Jorge enquanto Laboratório de Interesse Estratégico Nacional no Setor da Saúde 10) Indefinição e anquiose das representações Nacionais em organismos internacionais 11) Fragilidade no fluxo e troca de informação entre organismos do MS que o representam em fóruns internacionais e os organismos do MS que trabalham nas respetivas áreas temáticas

A análise dos *stakeholders* tem como objetivo avaliar o ambiente onde se insere o Instituto, sendo esta análise essencial para a definição da estratégia permitindo avaliar a influência e a maneira como os outros intervenientes podem interferir na atividade.

Tabela 6 – *Stakeholders*

Orgão da Administração Central	Clientes de âmbito geográfico	Parceiros Nacionais	Parceiros Internacionais	Outros
Estado (Governo)	Hospitais Públicos e Privados	Direção-Geral da Saúde	OMS - Organização Mundial de Saúde	Profissionais de Saúde
Ministério da Saúde	ARS (ACES - Agrupamentos de Centros de Saúde, USF - Unidades de Saúde Familiar, UCSP - Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados); Unidades Locais de Saúde e Delegados de Saúde Regionais	Instituto Nacional de Estatística	ECDC - European Centre for Disease Control	Estudantes
DGS - Direção-Geral da Saúde		Fundação para Ciência e a Tecnologia	IANPHI - International Association of National Public Health Institutes	Colaboradores/ Bolsistas do Instituto Ricardo Jorge
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde		Agência Portuguesa do Ambiente	Organizações Europeias Congéneres (Espanha, Países Baixos, Finlândia)	Fornecedores
SPMS	Empresas Privadas	Laboratórios do Estado e outras instituições públicas de I&D	Organizações Internacionais Congéneres (Brasil e Angola)	Sindicatos
INFARMED		Fundação Calouste Gulbenkian	IMEKO	
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	Outros Organismos do Estado (Escolas, Universidades, Tribunais, Estabelecimentos Prisionais e Câmaras Municipais)	Escola Nacional de Saúde Pública	CYTED/IBERCAROT	
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, IP		Instituto de Higiene e Medicina Tropical	EuroFIR AISBL	
Ministério dos Negócios Estrangeiros - Instituto Camões	Cidadãos (utentes do SNS e outros particulares)	Agência Nacional de Inovação	MoniQA AISBL	
Ministério da Justiça	Laboratórios Privados de Análises	Universidades	Universidades	
Ministério da Agricultura e do Mar	Consultórios médicos privados	IPQ	Robert KOCH Institut	
Ministério da Economia		RELACRE	Fiocruz	
		PorFIR	Instituto Nacional de Saúde Pública de Angola	
		DGAV	Instituto Carlos III	
		GS1 Portugal	Norwegian Institute for Public Health (NIPH)	
		ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	Fiocruz	
		Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP	National Institute for Health and Welfare (THL)	
			RINSP - Rede de Institutos de Saúde Pública CPLP	
			CDC - Centers for disease Control and Prevention - USA	



2. Objetivos e estratégia

2.1. LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

O Plano Estratégico que define os objetivos do Instituto Ricardo Jorge para o biénio 2015-16 reflete a sua missão, os seus valores e a sua visão e tem em conta os desenvolvimentos no contexto nacional e internacional.

As Linhas Gerais de Orientação Estratégica, ou vetores estratégicos estão intrinsecamente ligadas à Missão e aos propósitos estratégicos e consubstanciam-se na perspetiva de alargamento da presença do Instituto Ricardo Jorge junto dos clientes/parceiros a nível nacional e internacional, assim como na melhoria da capacidade C&T disponível e das práticas associadas, sem descurar a segurança, a qualidade, a eficácia e a eficiência.



2.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos que constam neste Plano foram definidos com base numa perspetiva global envolvendo todo o Instituto, procurando a desejável sinergia entre os recursos disponíveis, as capacidades existentes e as potencialidades a incrementar.

Encontram-se estruturados numa cadeia lógica, em que os objetivos estratégicos se desdobram em objetivos operacionais, a implementar pelos vários departamentos para promover a sincronia dos vários esforços e reforçar a unidade organizacional.

Tendo por base a referida estratégia, foram propostos para o ciclo de gestão que se inicia os Objetivos Estratégicos enumerados de seguida:

- OE1 Responder às necessidades em saúde
- OE2 Desenvolver a investigação em saúde
- OE3 Afirmar o papel do Instituto Ricardo Jorge na saúde global
- OE4 Implementar um novo modelo de gestão
- OE5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços

2.2.1. Formulação e análise dos objetivos estratégicos

OE1 Responder às necessidades em saúde

O Instituto Ricardo Jorge está inserido num contexto muito específico no âmbito da Saúde. No entanto, as prioridades do Instituto devem estar alinhadas com as políticas nacionais de saúde, científica e tecnológica em cumprimento da sua missão e atribuições de Laboratório do Estado no setor da saúde. A definição destas políticas assenta em documentos estratégicos como o Programa do Governo, as Grandes Opções do Plano, e o Plano Nacional da Saúde.

Pontos chave:

- Alinhar o Instituto Ricardo Jorge com as políticas de saúde, científica e tecnológica
- Alinhar o Instituto Ricardo Jorge com o Plano Nacional de Saúde
- Obter evidência para a decisão em saúde
- Reforçar as funções essenciais
- Garantir os compromissos nacionais e internacionais
- Promover a articulação com os serviços e organismos do Ministério da Saúde e de outros ministérios que tutelam áreas de interesse para o Instituto Ricardo Jorge realizando, assim, o princípio da saúde em todas as políticas.

OE2 Desenvolver a investigação em saúde

As políticas saudáveis são construídas e analisadas sobre uma base robusta de evidência científica, tendo prioridade as intervenções sobre as quais existe evidência de uma favo-

rável relação benefício/custo. A investigação em saúde é uma das funções essenciais do Instituto Ricardo Jorge e deve estar de acordo com os eixos estratégicos e com os objetivos para o sistema de saúde definidos no Plano Nacional de Saúde.

Pontos chave:

- Relançar a elaboração da Agenda de Investigação no Ministério da Saúde
- Criar o Fórum Nacional de investigação em Saúde
- Desenvolver o Plano de Investigação estratégica do Instituto Ricardo Jorge
- Desenvolver investigação em ciências da saúde em todas as modalidades relevantes, nomeadamente, investigação epidemiológica, etiopatogénica, clínica e em serviços de saúde
- Promover a transferência de tecnologias e *Know how*
- Fomentar sistemas de informação para a investigação e redes de I&D
- Reforçar o apoio à investigação e adequar a gestão em I&D

OE3 Afirmar o papel do Instituto Ricardo Jorge na Saúde Global

Este objetivo encontra-se alinhado com o objetivo 1.8 do Sistema de saúde “Reforçar a participação de Portugal na saúde global”. Estudos da União Europeia demonstram a relevância deste objetivo; a Saúde Global é um conceito abrangente que engloba o estado de saúde, os seus determinantes e intervenções na população mundial, que se sobrepõe aos interesses e perspetivas individuais dos países.

A liberalização dos fluxos internacionais de comércio, capitais, tecnologias e informação evoluiu de forma progressiva para uma rede de interdependência social, política e económica.

Este fenómeno, conhecido como globalização, configura uma nova forma de desenvolvimento de ações conjuntas, organização de movimentos sociais transnacionais e é uma oportunidade de intervenção nacional na agenda global.

Assim, a nível de orientação política as organizações devem realizar a planificação estratégica e operacional, responsabilização, monitorização e avaliação dos compromissos internacionais, incluindo, por exemplo, a vigilância epidemiológica, planos, programa e projetos. Devem ainda, desenvolver e executar simulações de planos de ação para situações de ameaças de saúde internacionais, quer próprios, quer integrados em estratégias de ação internacional e analisar e monitorizar o impacto da mobilidade bidirecional de pessoas e doentes: estrangeiros e migrantes quanto ao acesso, qualidade e impacto na sustentabilidade do Sistema de Saúde, bem como quanto à satisfação de necessidades de saúde específicas.

Como Laboratório do Estado, a sua vasta experiência estende-se por vários domínios, como a proteção e promoção da saúde em sentido lato, a vigilância epidemiológica, as atividades de referência, a oferta formativa e a produção e divulgação do conhecimento científico, entre outros. Assim, o Instituto Ricardo Jorge dispõe de capacidades que lhe permitem partilhar com instituições congéneres a sua experiência e saber, contribuindo para o reforço de uma mútua capacitação. Igualmente, o Instituto Ricardo Jorge desempenha e deve reforçar a sua participação na definição de políticas

européias e globais através da sua presença em organizações internacionais, e da troca de conhecimento com institutos internacionais congéneres.

Pontos chave:

- Identificar e incorporar modelos internacionais de funcionamento nas instituições, incluindo conceitos, boas práticas, processos e indicadores
- Procurar modelos e promover a participação em processos de acreditação internacional, desenvolver formação, de forma a facilitar o reconhecimento de centros de excelência e a captação de profissionais em formação de outros países
- Promover as discussões estratégicas e operacionais a nível internacional e a nível nacional sobre a participação portuguesa na Saúde Global

OE4

Implementar um novo modelo de gestão

Os ganhos de eficácia e eficiência só serão possíveis numa cultura de compromisso e exigência, investindo, numa gestão racional e criteriosa dos recursos, humanos, financeiros e organizacionais. Aqui assume particular relevância a aposta no desenvolvimento do capital humano e na modernização e simplificação administrativa do Instituto. Torna-se imperativa, uma gestão administrativa centrada na simplificação, agilidade, inovação e automatização/desmaterialização dos processos e sistemas de uma forma integrada, que promova a eficácia, a otimização dos recursos e a redução de custos.

Este objetivo induzirá o aumento da qualidade e o aperfeiçoamento dos serviços prestados

internamente (entre as várias unidades orgânicas) e externamente pelo Instituto Ricardo Jorge.

Pontos chave:

- Avaliar e simplificar os processos críticos
- Melhorar os sistemas de informação de suporte à decisão
- Aperfeiçoar os sistemas de avaliação do desempenho da organização
- Implementar a contabilidade analítica
- Desenvolver processos de contratualização interna
- Desenvolver competências comerciais e de *marketing*
- Desenvolver um modelo integrado de Gestão de Recursos Humanos por competências

OE5

Reforçar a capacidade instalada apostando na oferta de novos serviços

Numa sociedade em constante mudança, importa que o Instituto Ricardo Jorge proceda a uma reflexão consequente sobre o seu papel

na Saúde em Portugal, no âmbito da sua missão e atribuições. Neste contexto, importa repensar e definir qual a carteira de serviços que melhor serve a população e os objetivos do Sistema Nacional de Saúde. Esta definição permitirá reorientar a atividade do Instituto, de modo que o Instituto Ricardo Jorge possa prestar um melhor e mais adequado serviço. Um dos instrumentos que deverá instrumentalizar esta definição será o estabelecimento de contratos-programa com a Tutela.

Pontos chave:

- Responder a novas atribuições e exigências
- Investir em novos equipamentos e garantir a sua manutenção e calibração
- Maximizar a acreditação dos ensaios laboratoriais do Instituto Ricardo Jorge de acordo com os referenciais normativos ISO/IEC 17025 e ISSO 15189
- Iniciar o processo de certificação de alguns serviços, do Instituto Ricardo Jorge de acordo com os referenciais normativos ISO 9001 (qualidade), ISO 14001 (ambiente) e OHSAS 18001 (segurança)
- Melhorar as instalações



2.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS, INDICADORES E METAS

A partir dos Objetivos Estratégicos, que pela sua conceção têm um carácter mais universal, são definidos objetivos específicos para o ciclo de gestão, que concretizam e clarificam os Objetivos Estratégicos.

De seguida apresenta-se um quadro que relaciona os objetivos estratégicos, os objetivos específicos, os indicadores e as metas:



OE	Objetivo Específico	Indicador	Meta 2014	Meta 2015	Meta 2016	Responsável
1 Responder às necessidades em Saúde	Avaliar o Plano Nacional de Saúde 2012-2020	Desenvolvimento e apresentação da metodologia de avaliação		100%		DPS/DEP
		Relatórios de monitorização do desempenho do PNS		1	1	DPS/DEP
	Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica	Implementação do Sistema de Vigilância Laboratorial das Doenças de Declaração Obrigatória		40%	30%	DDI
		Desenvolvimento de um instrumento de vigilância epidemiológica de doenças não transmissíveis (na área da Hipercolesterolemia Familiar) incluindo registo clínico e biobanco		100%		DPS
		Desenvolvimento de um sistema de monitorização ambiental de substâncias potencialmente tóxicas e/ou microrganismos (potencialmente) patogénicos		40%	60%	DSA
	Desenvolver uma rede de laboratórios de saúde pública	Laboratórios envolvidos na rede		5		CD/DEP
		Laboratórios com participação no PNAEQ		5		DEP
	Certificar o Instituto Ricardo Jorge	Cumprimento de requisito da norma de referência numa Unidade orgânica/área (%)		20%	20%	Qualidade
2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver a agenda de I&D do Ministério da Saúde	Versão atualizada da agenda de I&D do Ministério da Saúde		1	1	CD
		Concursos visando áreas prioritárias		1	1	CD/GAI
	Melhorar os indicadores (outputs) de I&D	Artigos publicados (aumento %)		5%	5%	DTC
		Projetos em curso (aumento %)		5%	10%	DTC
		Bolseiros N.º		15	20	DTC
Contribuir para uma maior captação de financiamento para I&D	Financiamento externo (gestão direta) obtida para projetos de I&D (aumento %)		5%	5%	GAI/CD	

OE	Objetivo Específico	Indicador	Meta 2014	Meta 2015	Meta 2016	Responsável
3 Afirmar o papel do Instituto Ricardo Jorge na saúde global	Apoiar os países da CPLP	Novas parcerias		2	2	CD/REL INTERN
	Colaborar com institutos congéneres europeus e OMS	Novas colaborações com Institutos Nacionais de Saúde europeus		2	2	CD/REL INTERN
		Centros de colaboração da OMS		1	1	CD/REL INTERN
4 Implementar um novo modelo de gestão	Implementar um sistema de custeio ajustado às necessidades do Instituto	Implementação de Contabilidade Analítica – apuramento correto dos custos diretos		50%	50%	DRF
	Melhorar os sistemas de informação de suporte à decisão	Apresentação do documento de requisitos técnicos e funcionais do sistema de informação e gestão de análises e serviços		1	1	DRF/DRT/DRH
	Redefinir os processos internos, assegurando a uniformização das unidades orgânicas	Processos redefinidos		2	2	DRT/Qualidade
	Contribuir para a redefinição do financiamento do Instituto Ricardo Jorge	Apresentação de relatório preliminar sobre os trabalhos para a celebração de um contrato-programa para o Instituto Ricardo Jorge		1		DRF
5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da Oferta Formativa	Ações de oferta formativa (aumento %)		5%	5%	Oferta Formativa
	Investir no Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ)	Programas de AEQ (aumento %)		5%	5%	DEP/PNAEQ
		Cobertura dos serviços públicos e privados (aumento %)		5%	5%	DEP/PNAEQ
	Reorganizar a prestação de serviços focando a atividade em áreas que permitam a autossustentabilidade	Realização um estudo global sobre a atual prestação de serviços e atividades do Instituto Ricardo Jorge		100%		Planeamento
		Apresentação de proposta para as reformas necessárias para a reorganização da atividade		100%		Planeamento
Melhorar as instalações do Instituto Ricardo Jorge	Reabilitação de laboratórios		2	2	DRT	

2.4. OBJETIVOS OPERACIONAIS

A partir dos objetivos estratégicos foram identificados e determinados os objetivos operacionais (OOp) das diversas Unidades Orgânicas (UO) e selecionados aqueles que melhor refletem as linhas prioritárias do Instituto Ricardo Jorge.

No quadro abaixo apresenta-se a articulação dos objetivos estratégicos com os 21 objetivos operacionais que integram o QUAR:

Objetivos Operacionais	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	Departamento	Parâmetro
00p1 Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias aplicadas às áreas de diagnóstico, terapêutica, saúde ambiental, registo de doenças raras ou de aplicação geral em investigação biomédica					x	DGH	EFICÁCIA
00p2 Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC)	x					DEP	
00p3 Obter evidência para a decisão em saúde pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas "Em casa Observamos Saúde", ECOS	x					DEP	
00p4 Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares	x					DAN	
00p5 Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica	x					DPS	
00p6 Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras					x	DSA	
00p7 Desenvolver a investigação estratégica		x				DRF(GAI)	
00p8 Fomentar a produção de documentação técnico-científica e o apoio à edição através e desenvolvimento da política de publicações institucional, reforçando a qualidade e a divulgação das edições	x					DRT	
00p9 Promover a formação				x		DRH	
00p10 Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde	x					Museu	
00p11 Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da Oferta Formativa					x	Oferta Formativa	
00p12 Assegurar as redes nacionais de referência/vigilância laboratorial	x					DDI	EFICIÊNCIA
00p13 Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos (INSA/DGS)	x					DDI	
00p14 Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA	x					DDI	
00p15 Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos	x					DAN	
00p16 Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos			x			DPS	QUALIDADE
00p17 Promover e divulgar o acervo museológico do Museu da Saúde através de ações de divulgação dirigidas à comunidade científica e à população em geral	x					Museu	
00p18 Melhorar o desempenho económico e financeiro				x		DRF	
00p19 Promover a satisfação dos profissionais e clientes					x	DRT	
00p20 Melhoria da qualidade das instalações do INSA - Sede					x	DRT	
00p21 Desenvolver projetos de investigação em consórcio internacional			x			DPS	

2.5. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO

O processo de monitorização visa uma gestão dinâmica da estratégia que permita uma atuação oportuna.

Neste processo os elementos a monitorizar são:

- Mapa da Estratégia através do QUAR (SIADAP 1)
- Objetivos das Unidades Orgânicas
- Projetos das Unidades Orgânicas
- Indicadores de desempenho das funções essenciais e das áreas de Suporte
- Objetivos dos Dirigentes (SIADAP 2)
- Objetivos dos trabalhadores (SIADAP 3)

O Instituto Ricardo Jorge utiliza dois mecanismos de coordenação e monitorização para um adequado acompanhamento da execução da estratégia definida para este Instituto:

- Monitorização semestral da execução do Plano de Atividades, QUAR e dos indicadores de desempenho das funções essenciais e das áreas de Suporte, na qual é recolhida a informação relativa ao nível de concretização das metas estabelecidas, bem como são apura-

dos desvios e estabelecidas medidas corretivas a adotar;

- Reuniões de coordenação entre o Conselho Diretivo, Diretores de Serviço e Coordenadores de Departamentos, onde são comunicados os resultados da monitorização, e discutidas possíveis abordagens futuras que visem um melhor desempenho da instituição.

Face à necessidade de dar resposta ao Plano de Atividades, Relatório de Atividades, Objetivos Estratégicos e Operacionais, e fornecer ao Conselho Diretivo informação que apoie as suas decisões, foram criados sistemas de recolha e tratamento da informação. Os materiais para a monitorização são preparados e distribuídos pelo Gabinete de Planeamento às várias unidades orgânicas.

O processo de monitorização é suportado por uma ferramenta de Excel que garante a recolha e tratamento da informação que fica em arquivo.

2.6. CONTRIBUIÇÃO PARA AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Durante a elaboração do presente plano o Instituto Ricardo Jorge dedicou especial atenção ao alinhamento dos seus objetivos operacionais (OOp) com as orientações estratégicas do Ministério da Saúde, facto que se encontra refletido nos programas de saúde prioritários em que está envolvido, bem como nas fichas de atividade, em anexo, onde se encontram descritos os OOp de todas as unidades orgânicas do Instituto.

Assim, os OOp do Instituto Ricardo Jorge encontram-se alinhados com as orientações do Ministério da Saúde que se encontram no quadro abaixo:

Nº	Orientações Estratégica do Ministério da Saúde
1	Orientações do Plano Nacional de Saúde 2012-2016 tendo por base os eixos estratégicos e os objetivos para o sistema de saúde, designadamente:
1.1	Eixos Estratégicos - Cidadania em Saúde
1.3	Eixos Estratégicos - Qualidade em Saúde
1.4	Eixos Estratégicos - Políticas Saudáveis
1.5	Objetivo para o Sistema de Saúde - Obter mais valor em saúde
1.6	Promover contextos saudáveis ao longo da vida
1.8	Objetivo para o Sistema de Saúde - Reforçar a participação de Portugal na saúde Global
1.9	Indicadores e Metas do PNS
2	Orientações Programáticas dos Programas de Saúde Prioritários e demais programas nacionais - articulação com os Programas Nacionais da DGS ou de outras instituições do MS, em vigor
2.1	Programa Nacional para a Diabetes
2.2	Programa Nacional para a Saúde Mental
2.3	Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA
2.4	Programa Nacional para as Doenças Oncológicas
2.5	Programa Nacional para as Doenças Respiratórias
2.6	Programa Nacional para as Doenças Cérebro- Cardiovasculares
2.7	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável
2.8	Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo
2.11	Outros
3	Programa do XIX Governo Constitucional - O Programa do Governo e prioridades assumidas nas Grandes Opções de 2015 e Orçamento do Estado de 2015, bem como as medidas previstas nas suas seções:
3.6	Objetivo estratégico - Internacionalizar o setor da saúde contribuindo para o desenvolvimento da economia nacional.
3.7	Seção - Qualidade e acesso efetivo aos cuidados de saúde
3.9	Seção - Melhorar a informação e o conhecimento do Sistema de Saúde
3.10	Seção - Recursos humanos capacitados
3.11	Seção - Excelência no conhecimento e na inovação
3.13	Seção - Aumentar a eficiência, sem diminuição da efetividade
3.14	Seção - Internacionalizar a saúde e aprofundar a cooperação no domínio da saúde com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a União Europeia
7	Avaliação de Impacte na Saúde - cada instituição deve indicar pelo menos 2 avaliações de impacte na saúde decorrentes das suas políticas e atividades, retrospectivas ou prospetivas, a realizar individualmente ou em colaboração com outras instituições do MS ou de outros ministérios.
8	Avaliação Satisfação - avaliação da satisfação dos profissionais e a avaliação da satisfação do utente/cliente
9	Divulgação Informação - disponibilização pública e regular de indicadores de resposta e desempenho das instituições, no âmbito do SIADAP 1



3. Parâmetros relevantes na atuação do Instituto Ricardo Jorge

Nesta secção serão apresentados os vários parâmetros considerados relevantes na atuação do Instituto.

3.1. RECURSOS HUMANOS

Para a concretização das atividades, o Instituto Ricardo Jorge dispunha em dezembro de 2014 de 460 elementos, menos 1 do que em 2013. A proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2015 contempla 506 postos de trabalho.

Grupo profissional

Em 2014 o grupo dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica é o que apresenta o maior número de trabalhadores, 97, logo

seguido do grupo dos Assistentes Técnicos e dos Técnicos Superiores de Saúde com 93 e 90 trabalhadores, respetivamente.

Nível de escolaridade

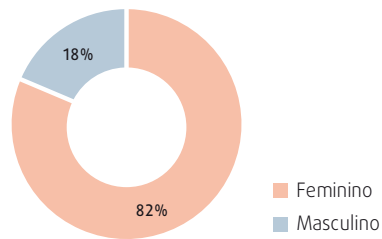
Sobre o nível de escolaridade dos recursos humanos do Instituto Ricardo Jorge, salientam-se os 281 elementos com habilitações superiores (licenciatura, mestrado e doutoramento), que em 2014 representavam 61% dos recursos humanos.

Tabela 8 – Recursos humanos por grupo profissional

Grupo profissional	Ano económico			
	2012	2013	2014	2015 PT(s) Aprovados
Dirig. superior de 1º grau - Presidente do CD	1	1	1	1
Dir. superior de 2º grau - Vogal do CD	1	1	1	1
Dirig. intermédios de 1º grau - Dir.de serviço	4	4	4	4
Investigadores	49	49	46	50
Médicos	11	6	6	7
Enfermeiros	2	2	2	2
Técnicos superiores de saúde	102	87	90	93
Técnicos superiores	50	49	62	79
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	121	103	97	106
Informáticos	3	2	2	2
Assistentes técnicos	105	95	93	97
Pessoal assistente operacional	66	62	56	64
Total	515	461	460	506

Tabela 9 – Recursos humanos por nível de escolaridade 2013/2014

	Nº de RH		Varição
	2012	2013	2013/2014
Até 12º Ano	159	146	-13
Bacharelato	22	20	-2
Licenciatura	194	199	5
Mestrado	29	38	9
Doutoramento	57	57	0
Total	461	460	-1

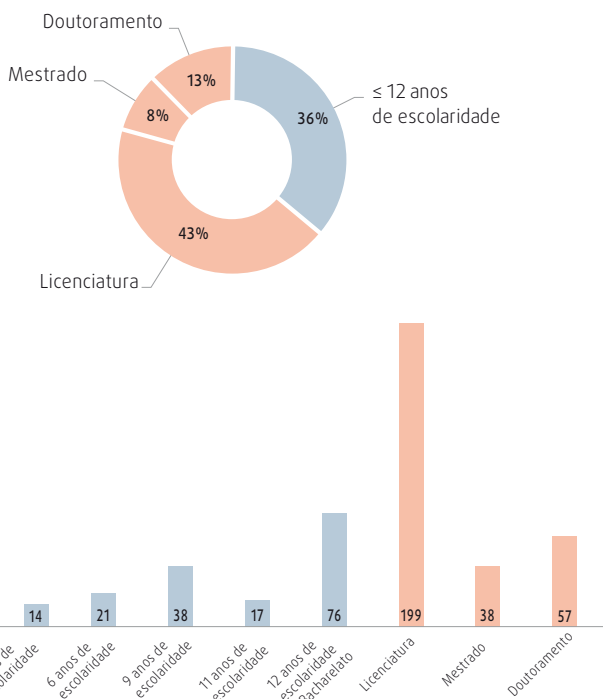


Escalão etário

A maioria dos trabalhadores do Instituto Ricardo Jorge tem mais de 40 anos, representando 81% da população. Sendo o escalão etário dos 40 aos 44 anos o que tem maior expressão, concentrando, aproximadamente, 1/4 dos trabalhadores.

Tabela 11 – Recursos humanos por escalão etário

	Nº de RH
	2014
25 a 29	4
30 a 34	23
35 a 39	60
40 a 44	108
45 a 49	86
50 a 54	91
55 a 59	62
60 a 64	24
65 a 69	2
Total	460

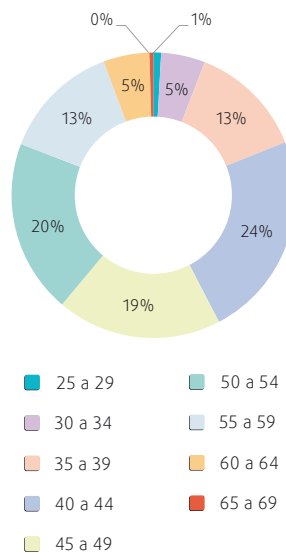


Género

O género feminino, representa 82% da população dos trabalhadores do Instituto Ricardo Jorge.

Tabela 10 – Recursos humanos por género

	Nº de RH
	2014
Feminino	375
Masculino	85
Total	460



3.2. FORMAÇÃO

Para os próximos dois anos, à semelhança do ocorrido em anos anteriores a elaboração dos Planos de Formação é concretizada numa perspetiva de otimização dos recursos, de modo a possibilitar o investimento nos recursos humanos salvaguardando a necessária contenção orçamental. As linhas orientadoras prioritárias para a formação do Instituto Ricardo Jorge são as seguintes:

- Adequar a formação ministrada às necessidades dos serviços e trabalhadores - identificar as competências lacunares dos trabalhadores e respetivas necessidades formativas, em concordância com as competências requeridas para o desempenho no posto de trabalho;
- Reforçar a capacidade instalada – no que respeita ao sistema integrado de qualidade implementado no Instituto Ricardo Jorge, consolidando competências na aplicação dos referenciais normativos e dos procedimentos existentes;
- Apoiar a investigação científica – promovendo o desenvolvimento de competências técnicas na área científica, no âmbito das metodologias de investigação em Saúde e de tecnologias emergentes (bioinformática, ómicas, imagiologia);
- Assegurar o acesso à formação profissional a todos os trabalhadores em funções públicas do Instituto - garantir o cumprimento da formação inicial, de carácter obrigatório, destinada aos trabalhadores que iniciam funções públicas e prosseguir o investimento na formação contínua transversal, com especial incidência para as TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), competências comunicacionais e aprendizagem da organização e metodologias de trabalho adequadas ao serviço;
- Promover a difusão do conhecimento dentro do Instituto Ricardo Jorge – através da partilha entre os colaboradores de experiência e conhecimentos adquiridos, quer em contexto de investigação e formação, quer no contexto administrativo e de organização;
- Reforçar a utilização das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) no âmbito da formação - promover a utilização das novas metodologias de formação, como seja o caso do *e-learning* e *b-learning* (formação à distância e mista) e conseqüentemente reduzir os custos associados, agilizando e generalizando o acesso ao conhecimento;
- Avaliar o impacto da formação na qualidade dos serviços prestados – melhorar a metodologia de avaliação do impacto da formação na produtividade do trabalhador e do serviço, prevenindo a transferência das aprendizagens para o posto de trabalho e incidindo na formação de retorno, de modo a promover o aumento da produtividade dos trabalhadores.

3.3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.3.1 Desempenho económico dos últimos três anos

Da análise económica do Instituto Ricardo Jorge nos últimos três anos, 2012 a 2014 (os valores relativos ao ano de 2014 são provisórios), verifica-se que a estrutura dos custos diminuíram ao longo deste período, enquanto a estrutura dos proveitos recuperou da tendência negativa no ano de 2014. Os custos tiveram uma taxa de crescimento negativa de 8,5% em 2013 e de 1,5% em 2014. Passaram de um valor de 25.970€ em 2012 para 23.409€ em 2014. A componente mais significativa dos custos são as despesas com o pessoal que têm uma parti-

cipação de 55% do total dos custos. Em seguida, são os fornecimentos e serviços externos com uma participação de 16,3% do total dos custos. Relativamente aos proveitos, verifica-se uma taxa de crescimento negativa de 7,3% em 2013 e uma taxa de crescimento positiva de 4,3%. Passaram de um valor de 25.216€ em 2012 para 24.395€ em 2014. A componente mais significativa dos proveitos são as transferências correntes obtidas, que têm uma participação de 79% do total dos proveitos. Em seguida, são as vendas e prestações de serviços com uma participação de 18,5% do total dos proveitos.

Tabela 12 – Demonstração de resultados do Instituto Ricardo Jorge 2011-2014

Descrição	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
61 - Custo das Mercadorias Vendidas e Materiais Consumidos	4.918	18,0%	5.000	19,3%	3.573	15,0%	4.144	17,7%
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	4.233	15,5%	4.395	16,9%	3.870	16,3%	3.808	16,3%
64 - Custos com o Pessoal	13.569	49,6%	12.940	49,8%	13.169	55,4%	12.996	55,5%
66 - Amortizações do Exercício	3.854	14,1%	2.287	8,8%	1.956	8,2%	1.528	6,5%
Outros custos	794	2,9%	1.348	5,2%	1.194	5,0%	933	4,0%
Total de Custos	27.368	100,0%	25.970	100,0%	23.762	100,0%	23.409	100,0%

Descrição	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
71 - Vendas e Prestações de Serviços	7.310	24,7%	5.167	20,5%	4.391	18,8%	4.515	18,5%
74 - Transferências correntes obtidas	19.859	67,1%	18.669	74,0%	17.478	74,8%	19.268	79,0%
79 - Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.039	6,9%	1.213	4,8%	611	2,6%	255	1,0%
Outros proveitos	391	1,3%	167	0,7%	892	3,8%	357	1,5%
Total de Proveitos	29.599	100,0%	25.216	100,0%	23.372	100,0%	24.395	100,0%

Fonte: Relatório de Gestão

Relativamente ao Orçamento do Instituto Ricardo Jorge nos últimos três anos, verifica-se um decréscimo de 10,14% em 2014 que corresponde a uma diminuição de 2.720.675€ e um decréscimo de 1,22% em 2015 que corresponde a uma diminuição de 295.081€.

Em relação às fontes de financiamento, dado que a organização do orçamento do Instituto Ricardo Jorge sofreu alterações em 2014, as receitas gerais mantem-se constantes em re-

lação a 2015. Verifica-se uma redução de 3,3% nas Receitas Próprias no valor de 224.648€ que não é compensado pelas outras fontes de financiamento.

Tabela 13 – Dotações orçamentais do Instituto Ricardo Jorge

Fonte de Financiamento	2013	2014	2015
Receitas Gerais	0	16.584.275	16.584.275
Receitas Próprias	0	7.112.308	6.887.660
Transferências AP	0	422.422	201.572
Outras	26.839.680	0	150.417
Total	26.839.680	24.119.005	23.823.924



3.4. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O Instituto Ricardo Jorge, no seguimento das suas atividades de investigação, é desde 1999, o Laboratório do Estado da saúde. Como Laboratório do Estado, tem o propósito explícito de prosseguir objetivos da política científica e tecnológica adotada pelo Governo, mediante a prossecução de atividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, bem como apoiar o Governo sobre a definição dos programas e instrumentos da política científica e tecnológica nacional (Decreto-Lei 125/99, DR 1ª Série, 20 de abril)

Simultaneamente, será dada continuidade a orientações estratégicas e intervenções iniciadas com o Plano de Desenvolvimento Estratégico 2008-2012, nomeadamente:

- Relançar a elaboração da Agenda de Investigação do Ministério da Saúde;
- Promover o III Fórum Nacional de Investigação em Saúde;
- Desenvolver investigação em saúde pública, em clínica e em serviços de saúde;
- Promover a transferência de tecnologias e *know-how*;
- Reforçar e estabelecer redes de I&D.

A **Agenda de Investigação em Saúde do Ministério da Saúde** deverá contemplar cinco dimensões distintas: identificação das necessidades de investigação, definição das prioridades nacionais, diagnóstico das capacidades instaladas ou a desenvolver, mobilização de fontes de financiamento e fixação de objetivos a atingir.

→ Quanto às necessidades de investigação e tipos de I&D – áreas tradicionais de investigação tais como a investigação epidemiológica, etiopatogénica, clínica (incluindo a avaliação de tecnologias de saúde), em ser-

viços de saúde (hospitalares e comunitários) e economia da saúde.

→ Quanto aos problemas de saúde e minimização de riscos – de acordo com o PNS e ulterior decisão política, são considerados problemas prioritários as doenças cardiovasculares, as doenças oncológicas, as doenças infecciosas, em particular a infeção VIH/SIDA, a saúde mental, a diabetes, a prevenção e controlo do tabagismo, doenças respiratórias, promoção da alimentação saudável.

→ Quanto a capacidades instaladas ou a desenvolver – infraestruturas físicas (incluindo as destinadas a experimentação animal), equipamento, recursos humanos (formação e recrutamento), acesso à literatura científica, a biobancos e outras coleções ou a infraestruturas de análise de dados, gestão de ciência e tecnologia, entre outras.

→ Quanto à mobilização de fontes de financiamento – tal exige a sua permanente inventariação e caracterização tanto a nível nacional como internacional, assim como claras definições de acesso às mesmas.

→ Quanto aos objetivos a atingir – a fixar de acordo com as necessidades identificadas, a priorização efetuada e os recursos disponíveis.

O Instituto Ricardo Jorge deverá apresentar ao Ministério da Saúde uma proposta de linhas estratégicas de investigação em saúde, com o objetivo primário de realizar investigação em áreas que sejam reconhecidamente prioritárias pelo Ministério da Saúde para a definição de políticas e programas, bem como em outras áreas

estratégicas da saúde que se apresentem importantes, quer a nível nacional quer europeu, no presente e futuro. Assim, prevê-se um compromisso de financiamento das áreas prioritárias por parte do Ministério da Saúde, através de um contrato-programa ou num outro formato; este será cofinanciado externamente, nomeadamente, através do atual programa quadro da União Europeia, o Horizonte 2020, bem como por outras entidades financiadoras nacionais e internacionais.

Relativamente à captação de financiamentos externos, o Instituto Ricardo Jorge proporcionará melhores condições a todas as áreas relacionadas com a gestão interna de projetos, tanto para a obtenção de novos financiamentos, como para a sua melhor execução.

O Instituto Ricardo Jorge deve promover um encontro em I&D onde evidenciará o seu papel de relevo no SCTN e a sua contribuição para ganhos em saúde na população, realçando ainda a colaboração que detém com outros Laboratórios de I&D.

Considerando a importância das atividades de investigação em saúde realizadas por jovens investigadores, e tendo em vista a sua valorização e incentivo, o Instituto Ricardo Jorge retomará organização do “Dia do Jovem Investigador”.

Por outro lado, o Instituto Ricardo Jorge, como entidade que tem a competência de gerir as atividades de investigação em saúde a nível nacional (Despacho 3665/2011, DR 2ª Série, 24 de fevereiro), deverá valorizar a investigação em saúde realizada extramuros através da atribuição do Prémio Ricardo Jorge, mas também através da atribuição de Bolsas Ricardo Jorge em áreas previamente estabelecidas como prioritárias.

O Instituto Ricardo Jorge irá realizar periodicamente o **Fórum Nacional de Investigação em Saúde**. Centrado em temas de I&D e inovação em saúde e reunindo experiências do setor público e do setor privado, nacionais e internacionais.

O **desenvolvimento da investigação em saúde pública**, nomeadamente, na promoção da saúde e na prevenção da doença, deve estar alinhado com as prioridades do Plano Nacional de Saúde e orientar-se no sentido de gerar evidência para a tomada de decisão em políticas e estratégias de saúde.

Tal contribuirá para a obtenção de ganhos em saúde e para reforçar as funções essenciais do Instituto Ricardo Jorge, consolidando a sua posição-chave no desenvolvimento e implementação das políticas de saúde em Portugal.

A tomada de decisão racional só é possível se houver evidência sobre o que se realiza, o que se pode melhorar e o que deve ser corrigido. Para lá dos aspetos já citados, o Instituto Ricardo Jorge dirigirá a sua I&D no sentido de criar conhecimento sobre biopreparação, novas epidemias e organização de sistemas para difundir conhecimento inovador e boas práticas para minimização dos riscos com impacto em saúde pública otimização das potencialidades existentes no sistema de saúde e nas comunidades.

A **investigação clínica** é destacada no Plano Nacional de Saúde devendo ser contemplado, no percurso formativo dos profissionais de saúde, um período formal, de formação em investigação clínica. Decorre também das prioridades estabelecidas a necessidade de desenvolver a investigação clínica no âmbito das doenças cardiovasculares, oncológicas,

infeciosas, do foro mental, e nos problemas de saúde associados aos grupos mais vulneráveis da população portuguesa.

A investigação em serviços de saúde a promover ou a realizar pelo Instituto Ricardo Jorge, deve abranger todos os tipos de cuidados e envolver os vários estratos profissionais. A avaliação das políticas de saúde e do impacto das intervenções delas decorrentes deverá centrar-se particularmente nos seguintes aspetos: grupos populacionais mais vulneráveis (incapacitados, migrantes, etc.), acessibilidade, qualidade dos cuidados prestados e uso apropriado das tecnologias médicas.

Especificamente na área da inovação, o Instituto Ricardo Jorge pode realizar ou promover investigação sobre *iHealth* – Saúde e Inovação. Esta área, que está a ser impulsionada pela EUPHA, será desenvolvida em redor de dois temas: inovação em políticas de saúde, inovação de produtos, serviços e processos.

Nestes domínios a investigação a realizar pelo Instituto Ricardo Jorge tomará em consideração as competências e especificidades dos departamentos da Instituição.

Tradicionalmente, o Instituto Ricardo Jorge tem apoiado a realização de Mestrados e Doutoramentos em diversas áreas do conhecimento. Nesse contexto, e durante o biénio 2015-2016, O Instituto Ricardo Jorge deverá retomar o apoio à realização de Mestrados e Doutoramentos, de forma generosa, em diversas áreas do conhecimento em saúde em que atua. De realçar que tal constitui um indicador do esforço e capacidade de formação em I&D de cada departamento da Instituição. Este investimento em formação será complementado com o estabelecimento de protocolos de colaboração com outras entidades do Sistema Científico e

Tecnológico Nacional (SCTN) – que realizem investigação em saúde, quer nacionais, quer internacionais – onde se destaca o interesse da ligação às Universidades, nomeadamente no âmbito dos atuais Programas Doutorais financiados pela FCT.

No que se refere à formação em Medicina, a legislação existente permite a compatibilização entre o internato médico, por um lado, e os programas de doutoramento, por outro, visando preparar uma nova geração de médicos altamente qualificados cientificamente, que possam contribuir para uma prática clínica mais racional, para uma investigação mais competitiva e para um ensino mais exigente.

A transferência de tecnologia e *know-how*, entendida como o intercâmbio de conhecimento e tecnologia entre instituições de ensino superior e/ou centros de pesquisa e empresas, materializar-se-á para o Instituto Ricardo Jorge na forma de contratos de I&D, serviços de consultoria, formação profissional, inicial e continuada, desenvolvimento e comercialização de patentes, marcas e processos industriais, publicações, apresentações em congressos etc.

A participação do Instituto em programas de Ciência e Tecnologia e a sua integração em redes de inovação é fundamental para o desenvolvimento de um tecido económico e produtivo mais moderno e competitivo que tem em linha de conta o valor da saúde.

Uma área de colaboração a privilegiar, traduzir-se-á na cooperação com os PALOP, prestando-lhes apoio técnico e científico no desenvolvimento de prioridades de investigação em saúde e sistemas de saúde.

É fulcral reforçar e estabelecer redes de I&D quando se trata de certas áreas, centradas

num tema específico. A associação, com Institutos de Investigação, Universidades, Politécnicos e Laboratórios associados, com a criação de consórcios/redes de investigação, possibilitará a coordenação e consolidação do trabalho efetuado por diferentes organizações, constituindo uma oportunidade para troca de experiências, para desenvolvimento de investigação em paralelo, seja a nível institucional ou individual.

Este posicionamento potenciará a eficiência e o desempenho de cada instituição.

3.5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O Instituto Ricardo Jorge presta serviços remunerados e assessoria técnica e científica, no âmbito das suas atribuições, a entidades pública e privadas.

Estes serviços englobam estudos, científicos e técnicos, consultoria, metodologias e instrumentos de diagnóstico e intervenção, análises clínicas (bioquímica e imunologia, diagnóstico molecular de doenças crónicas, monitorização de fármacos e farmacogenética, hematologia, genética e microbiologia) e sanitárias (segurança alimentar e nutrição, água e solos, saúde ambiental e ocupacional), cuidados mé-

Salienta-se a importância do reforço da colaboração com outros Laboratórios do Estado, promovendo a criação de uma rede de contactos e o estabelecimento de parcerias a nível nacional e internacional.

Também as instituições da União Europeia e a Organização Mundial de Saúde são parceiros privilegiados neste processo.

dicos (genética), formação (em todas as áreas) e avaliação externa da qualidade laboratorial.

Estes serviços constituem uma importante fonte de receitas próprias, que em 2014, representaram cerca de 20 % do total da receita emitida. É expectável desenvolver a prestação de serviços diferenciados no sentido consolidar o processo de autonomia financeira, mantendo ou reduzindo as necessidades de transferência de verbas do Orçamento do Estado, mas continuando com a elevada qualidade e especificidade dos serviços prestados.

3.6. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A cooperação científica e tecnológica nacional e internacional é um aspeto de importância estratégica para o reforço e a manutenção da qualidade e competitividade das ações com elevada componente científica e tecnológica.

No que respeita ao reforço da internacionalização e à garantia dos compromissos internacionais do Instituto Ricardo Jorge preveem-se para o biênio de 2015-2016 as seguintes ações:

- Incrementar os mecanismos de cooperação internacional;
- Intensificar a cooperação com a CPLP, com a UE e a América Latina e com outras áreas geográficas, através da transferência de conhecimentos, nos domínios técnico e científico;
- Fomentar a cooperação com a CPLP, a UE e a América Latina e com outras áreas geográficas, para o desenvolvimento de ações e projetos, nos domínios técnico e científico;

- Garantir o cumprimento dos protocolos internacionais estabelecidos e a estabelecer;
- Reforçar a participação em redes de informação e de investigação em saúde, com especial relevância para as europeias;
- Potenciar sinergias para o reforço das redes de investigação em saúde, com os países da CPLP;
- Fomentar a prestação de serviços remunerados, nomeadamente de assessoria científica e técnica, a entidades dos setores público, privado e social, a nível internacional.

3.7. OFERTA FORMATIVA

A oferta formativa do Instituto Ricardo Jorge concretiza-se em vários tipos de iniciativas:

- **Formação em contexto de trabalho laboratorial (FCTL):** essencialmente dirigida a profissionais, que desejam aperfeiçoar competências técnico-científicas específicas, e a estudantes dos ensinos profissional e sobretudo superior para consolidar conhecimentos e realizar estudos necessários à obtenção de grau académico. O Instituto é considerado entidade formadora idónea pela Ordem dos Médicos e pela Ordem dos Farmacêuticos que o procuram no contexto, respetivamente, de internatos médicos e da obtenção do título de especialista em análises clínicas. A FCTL é ainda procurada por profissionais da saúde de outros países lusófonos (principalmente, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe) que, no âmbito de projetos de colaboração institucional ou individualmente, realizam no Instituto uma formação desenhada à medida das suas necessidades específicas.
- **Ações de formação profissional contínua:** podem assumir formatos variados, por exemplo, cursos, seminários, simpósios, congressos, etc.; são de curta duração e de modalidade presencial, à distância ou em regime misto; centram-se em temas da especialidade do Instituto Ricardo Jorge; são promovidas por técnicos e investigadores dos

departamentos técnico-científicos do Instituto Ricardo Jorge e apoiadas por área de trabalho própria e constituem oportunidades para partilhar, com profissionais das áreas da saúde e afins, o conhecimento e a experiência acumulados nas áreas de investigação e prestação de serviços do Instituto.

Importa salientar que, além das ações previstas num plano anual de oferta formativa, o Instituto Ricardo Jorge responde a solicitações de organizações públicas e privadas.

Em 2015-2016, o Instituto Ricardo Jorge apresenta, como habitualmente, um conjunto de iniciativas de formação, divulgação e atualização científica nas várias áreas de especialidade do Instituto que contempla cursos de formação na modalidade de *e-Learning* e de *b-Learning* (regime misto, com sessões presenciais e à distância). Prevê-se durante os próximos dois anos a reedição de ações desenvolvidas com sucesso em anos anteriores e novas ações nos domínios da alimentação e nutrição, doenças infecciosas, genética humana, epidemiologia e saúde ambiental. Assim, confirmam-se em 2015 as seguintes iniciativas:

No domínio da saúde ambiental

- Amostragem de água: consumo humano, piscinas e pesquisa de *Legionella*
- Controlo da qualidade da amostragem de água

- Determinação de Trihalometanos (THMs) e cloroetenos em águas
- Determinação de Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HAPs) em águas
- Legionella species: deteção, identificação e quantificação
- Validação de métodos e controlo da qualidade em saúde ambiental
- Amianto nos edifícios: localização, aplicação, risco e avaliação da exposição (5ª ed.)
- Exposição profissional a agentes químicos: monitorização ambiental e monitorização biológica
- Exposição profissional a agentes biológicos (6ª ed.)
- Validação de métodos – determinação de agentes químicos no ar
- Qualidade do ambiente interior (2ª ed.)
- Controlo microbiológico do ar e superfícies, em contexto hospitalar
- Malária – Diagnóstico microscópico de A a Z (2ª ed.)
- Identificação de artrópodes vetores com impacto na Saúde Pública em Portugal: mosquitos e carraças
- Revive-Mosquitos (5ª ed.)
- Revive-Carraças (5ª ed.)
- Biossegurança em Laboratórios de Nível 2 e 3 (6ª e 7ª eds.)
- V workshop de Biossegurança
- Transporte de substâncias infecciosas (3ª ed.)
- Atualização em Biossegurança em laboratórios de nível 2 e 3 (em *b-learning*)

No domínio da epidemiologia

- Epidemiologia e bioestatística aplicadas à investigação em saúde (9ª, 10ª e 11ª eds.)
- Sistemas de informação geográfica aplicados à epidemiologia (2ª ed.)

No domínio da genética humana

- Investigação em doenças do lisossoma
- Next Generation Sequencing and clinical diagnosis (NGS)
- Um dia com o diagnóstico precoce (11ª e 12ª eds.)

No domínio das doenças infecciosas

- Diagnóstico laboratorial e manuseamento de fungos de grupo de risco 3
- Inativação e deteção de microrganismos patogénicos na resposta a emergências
- Diagnóstico laboratorial de infeções gastrointestinais de etiologia viral, bacteriana e parasitária
- Métodos moleculares de diagnóstico de doenças infecciosas (PCR e PCR em tempo real)
- Diagnóstico laboratorial de tuberculose e micobacterioses (em *b-learning*)

→ **Visitas de estudo:** dirigidas a profissionais e estudantes dos ensinos secundário, profissional e superior. São oportunidades para contactar diretamente com os serviços e respetivos profissionais do Instituto envolvidos na prestação de serviços laboratoriais e na produção de conhecimento através de atividades de I&D.

3.8. DIFUSÃO DA CULTURA CIENTÍFICA

A difusão da cultura científica em ciências da saúde deve ser entendida como a disseminação da informação e do conhecimento científico baseado na atividade científica do Instituto Ricardo Jorge.

Esta atividade dirige-se as diferentes públicos-alvo: comunidade científica, profissionais de saúde, decisores, cidadão em geral, população escolar, grupos mais vulneráveis e eventualmente outros grupos específicos.

A divulgação cultural poderá assumir diversos formatos, desde exposições, programas áudio-televisivos, publicações, entre outros.

O Instituto Ricardo Jorge pretende atualizar algumas iniciativas já tradicionais, onde se insere a “Semana Aberta” que reúne alunos de diversas idades e níveis escolares, movidos pela curiosidade científica e pela investigação desenvolvida no Laboratório Nacional de Referência. A abertura das portas promove a cultura científica contribuindo para uma população mais informada e estimulando o gosto pela investigação.

Outra das iniciativas que merece destaque é a “Ocupação Científica nas Férias”. Pretende proporcionar aos estudantes uma oportunidade de aproximação à realidade da investigação científica e tecnológica, contribuindo para escolhas pedagógicas e profissionais mais acertadas, garantindo uma experiência em ambiente real de investigação.

Existem também um conjunto de atividades afetas à “Semana da Ciência e Tecnologia”, que consiste numa oportunidade de aproximação à realidade da investigação científica.

No seguimento desta linha de ação, pretende-se estender estas iniciativas a outros grupos alvo, nomeadamente, Professores, Institutos (ARS, Hospitais) e Centros Técnico-científicos.

Museu da Saúde

Neste âmbito, assume particular relevo o Museu da Saúde pretendendo-se aproveitar todo o seu potencial para a divulgação científica e educação para saúde.

O Museu da Saúde tem por missão preservar a memória dos serviços de saúde, competindo-lhe o inventário, a classificação e a investigação dos bens patrimoniais e a conservação do património histórico da saúde. Especificamente, o museu inventaria, documenta, preserva e divulga o seu vasto acervo no âmbito da saúde, o qual engloba diferentes tipologias de objetos, nomeadamente, Pintura, Escultura, Fotografia, Instrumentos Científicos, Medicamentos, Mobiliário, Filatelia, Cartazes, Documentação/Bibliografia e Audiovisuais, que permitem reconstituir práticas, metodologias, saberes e experiências na área da Saúde.

De entre as coleções destacam-se as seguintes:

- Tuberculose
- Psicologia
- Medicamento
- Malária
- Oftalmologia

O Museu da Saúde está sediado no Instituto Ricardo Jorge, onde detém salas para acondicionamento do acervo em reserva e uma sala de reserva visitável. A inexistência de um espaço expositivo permanente conduz à criação de exposições temáticas temporárias as

quais são realizadas no Instituto Ricardo Jorge ou em espaços das Instituições parceiras. Simultaneamente, o conceito do Museu assenta na divulgação do inventário no espaço virtual, permitindo ultrapassar e projetar o museu para além das suas barreiras físicas. Através destas duas realidades – espaço físico / espaço virtual, o Museu da Saúde pretende estimular a comunicação com diferentes públicos, nomeadamente o público escolar, os investigadores e os profissionais da área da saúde, permitindo o usufruto estético das peças mas também divulgando conceitos e saberes aproveitando a virtualidade para alargar e multiplicar os públicos e as experiências sensoriais.

Enquanto espaço de memória pretende-se que a gestão dos objetos que constituem o acervo seja feita com base nas suas afinidades e complementaridade, criando exposições permanentes, temporárias, temáticas ou outros eventos, de modo a possibilitar a interação entre outros ramos do saber e estimulando a prática de uma cultura aberta, tanto na sua vertente técnico-científica como humanística.

Atividades

- “Peça do Mês” e “Peça do Trimestre” - Divulgação mensal de uma peça do acervo do Museu, tendo por objetivo evidenciar temas e tipologias de objetos com elevado valor histórico e científico.

Divulgação trimestral de uma peça do acervo das várias instituições parceiras do Museu da Saúde, no portal InWeb.

- Atividades educativas (visitas guiadas) - Realização de visitas guiadas a alunos do ensino secundário e profissional; Realização dos “15 minutos com o Museu da Saúde”, onde se promove a divulgação das exposições aos funcionários do Instituto Ricardo Jorge.
- Exposições - Realização de exposições tem-

porárias; associadas às comemorações do Dia Mundial da Saúde, do Dia do INSA, dos 35 anos do Serviço Nacional de Saúde, entre outras. Colaboração com outras instituições museológicas e da saúde, através do empréstimo de peças para exposições temáticas ou itinerantes.

- Divulgação audiovisual – Divulgação das coleções museológicas através da participação em filmes /documentários sobre a temática das doenças infecciosas.
- Incorporação de espólio – Foram doados ao Museu espólios privados e de serviços desativados do Ministério da Saúde.
- Organização dos espaços de reserva – foi organizada a reserva mediante o avanço do inventário, por forma a garantir a melhor preservação das peças, tendo em conta a sua tipologia, material e coleção a que pertencem.
- Investigação – Investigação desenvolvida sobre peças e coleções do Museu da Saúde para produção de conteúdos para aprofundamento do inventário e criação de exposições temáticas temporárias, bem como para a divulgação na *internet* e em publicações da especialidade.

Apoio a investigadores que solicitam ao Museu da Saúde conteúdos e/ou imagens para as suas atividades científicas.

- Publicações - Publicação de capítulos de livros e de catálogos sobre as exposições temporárias.



4. Objetivos operacionais por unidade orgânica

De seguida encontram-se descritos os planos de ação das unidades orgânicas do Instituto Ricardo Jorge apresentando-se em primeiro lugar os planos dos departamentos técnico-científicos e Museu da Saúde, seguidos dos serviços de apoio à investigação, gestão e administração. De referir que os recursos humanos considerados são os existentes a 31 de dezembro de 2014.

4.1. DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

4.1.1. Atribuições

Ao Departamento de Alimentação e Nutrição (DAN) compete:

- a) Promover, coordenar e realizar investigação e desenvolvimento em alimentação e nutrição, identificando as necessidades e estabelecendo as respetivas prioridades, nomeadamente as fixadas pelo Ministério da Saúde, acordo com as estratégias nacionais e internacionais, que reforcem os programas nacionais e a internacionalização;
- b) Promover, coordenar e implementar programas de observação em saúde associados à alimentação e avaliar o risco e benefício para fins do desenvolvimento de planos de prevenção e controlo da doença;
- c) Assegurar a recolha, compilação e transmissão à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, para efeitos de comunicação à Autoridade Europeia de Segurança Alimentar, dos dados analíticos nacionais relativos à composição, incluindo contaminantes e outras substâncias químicas, dos géneros alimentícios e alimentos para animais;
- d) Assegurar a função de laboratório de referência para a saúde, nos domínios da segurança alimentar e nutrição, através da implementação de novas metodologias, do estudo epidemiológico laboratorial de doenças de origem alimentar, da prestação de serviços diferenciados, incluindo ensaios analíticos, produção de materiais de referência, e da organização de programas de avaliação externa da qualidade laboratorial.

4.1.2. Objetivos Operacionais

O DAN tendo em conta as suas atribuições reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge definiu como objetivos operacionais para 2015-2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos	Transmissões de dados à EFSA (European Food Safety Authority) (meses)	3
Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares	Testes da metodologia em 2 escolas (meses)	11
Garantir os compromissos nacionais e internacionais	Realizar as tarefas de atualização da Tabela da Composição de Alimentos acordadas no âmbito do projeto EUMenu (%)	80
Assegurar a participação em programas, planos, redes e grupos de trabalho em resposta a solicitações nacionais e internacionais (MS, DGS, OMS, EFSA, PNAAS, DGAV, ASAE, IMEKO, EuroFIR AISBL, INSP Angola e Outras)	N.º de respostas /N.º de solicitações (%)	90
Desenvolver instrumentos de vigilância epidemiológica	Implementação de estudo de dieta total piloto (4 anos)- Fase1 (3 anos) - colheita, preparação e análise de amostras de 18 grupos de alimentos) (%)	33
Desenvolver os trabalhos do programa PortFIR	Documentos submetidos ao GOC	3
Garantir a recolha e o reporte atempado da informação e evidência, no âmbito da vigilância epidemiológica laboratorial das toxinfecções alimentares para as redes nacionais e internacionais	Resposta a solicitações (%)	100
Desenvolver e dar continuidade à parceria INSA-PHE na organização e coordenação do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade em Microbiologia de Alimentos e Águas	Esquemas disponibilizados	13
Assegurar a resposta laboratorial em caso de toxinfecções alimentares e outras emergências biológicas no âmbito alimentar, de origem natural, acidental ou deliberada	Resposta a solicitações (%)	95
Assegurar a função de laboratório de referência para a saúde, nos domínios da segurança alimentar e nutrição, através da implementação de novas metodologias	Novos ensaios implementados	1
Assegurar a prestação de serviços diferenciados nas áreas química e microbiologia dos alimentos, dos materiais em contacto e materiais de referência	Resposta a solicitações (%)	100
Consolidar e dar continuidade ao processo de melhoria contínua da qualidade	Ensaio constantes do certificado de acreditação	105
Alinhar as prioridades do INSA com as prioridades de saúde	Projetos de I&D em desenvolvimento	3
Publicação de artigos em revistas científicas internacionais	Artigos publicados	10
Desenvolver os trabalhos do programa PortFIR	Realização da Reunião anual PortFIR (Taxa de satisfação (%)/nº iniciativas)	90
Promover o desenvolvimento de competências em saúde pública	Bolseiros existentes	15
	Mestrandos a serem orientados	7
	Doutorandos a serem orientados	6
	Atividades de docência (Nº de aulas lecionadas)	24
Desenvolver investigação em saúde pública	Organização de workshops/seminários	2
Desenvolver investigação em saúde pública	Projetos de I&D em desenvolvimento	23
Desenvolver e/ou manter a cooperação com Instituições nacionais e internacionais	Instituições a colaborar	33
Promover a qualificação dos Recursos Humanos	Doutorandos a serem orientados	2
Promover formação interna	Organizar os “Encontros com Ciência no DAN” (meses)	10

4.1.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DAN contempla 47 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DAN
Técnicos Superiores	9
Assistentes Técnicos	2
Assistentes Operacionais	4
Investigação científica	5
Técnicos superiores de saúde	11
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	16
Total	47

4.2. DEPARTAMENTO DE DOENÇAS INFECIOSAS

4.2.1. Atribuições

Ao Departamento de Doenças Infecciosas (DDI) compete:

- Promover, coordenar e realizar atividades e projetos de investigação em doenças infecciosas, seus agentes e determinantes;
- Contribuir para o planeamento da agenda de investigação em Saúde;
- Colaborar na vigilância epidemiológica das doenças infecciosas, na sua componente laboratorial, em articulação com as redes nacionais e internacionais;
- Realizar prestação de serviços diferenciados e consultoria na área das doenças infecciosas e seus agentes e vetores;
- Atuar na avaliação do risco biológico de emergência em saúde pública;
- Coordenar as atividades dos biotérios.

4.2.2. Objetivos Operacionais

O DDI tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, definiu como objetivos operacionais para 2015-2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica	Implementação do Sistema de Vigilância Laboratorial das Doenças de Declaração Obrigatória (%)	40
Garantir a atividade laboratorial prevista nos Programas Nacionais nos quais o INSA participa	Programas nacionais em que o DDI participa	10
Assegurar as redes nacionais de referência/vigilância laboratorial	Bases de dados mantidas atualizadas e divulgadas	10
	Publicação de Boletins/Relatórios	
	Manter o número de redes nacionais de referência/vigilância laboratorial	10
	Redes internacionais de referência/vigilância laboratorial para as quais se contribui com dados laboratoriais	15
	Elaboração de boletins informativos	56
Agilizar a colaboração com os organismos centrais	Participação em reuniões para agilizar a colaboração	12
Assegurar a vigilância epidemiológica Laboratorial em Portugal	Realização de reuniões das Redes Nacionais de Vigilância Laboratorial	10
Promover o desenvolvimento de competências em saúde pública	Bolseiros	6
	Dissertações de mestrado	6
	Teses de doutoramento	4
	Estágios inseridos no internato médico em infeciologia	8
	Estágios inseridos em projetos	15
Realizar prestação de serviços diferenciados e consultoria	Laboratórios a efetuar serviços	26
Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras	Novos ensaios implementados no âmbito do diagnóstico	20
	Novos ensaios implementados no âmbito da tipagem	20
Dar continuidade e reforçar a implementação de programas de avaliação externa de qualidade	Programas	22
Desenvolver o serviço de biobancos	Organização do sistema de biobanco interno ao DDI (%)	50
Desenvolver investigação em saúde pública, em clínica e em serviços de saúde	Projetos de I&D	30
	Publicações de científicas em jornais com peer review	15
Difundir os resultados da investigação desenvolvida através de publicações de artigos em revistas nacionais e internacionais peer reviewed	Artigos a submeter	25
Realizar iniciativas de oferta formativa com o objetivo da divulgação do conhecimento científico	Comunicações em congressos	15
Promover a oferta de cursos de formação nas áreas de diagnóstico	Ações de formação	5
Promover a oferta formativa na área da biossegurança e transporte de substâncias infecciosas	Ações de formação	4

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Captação e/ou manutenção de formandos pós-graduados	Formandos	2
Assegurar o controlo financeiro do departamento através da utilização de metodologias de avaliação	Relatório anual de execução	1
Desenvolver contactos e estabelecer potenciais parcerias com outras organizações, em concreto instituições de saúde e de ensino superior da área da saúde	Parcerias	4
Melhorar a articulação em matéria de relações internacionais	Colaboração e assessoria a INSA dos PALOP e apresentação de relatório de evolução da cooperação (em meses)	11
Difundir a cultura científica (estágios)	Estágios/ações de formação realizadas no âmbito de programas de colaboração com países da CPLP	4
Manter o apoio ao LNR para tuberculose da Guiné-Bissau	Manter a colaboração	1
Frequentar ações de formação internas e/ou externas para reforço da qualificação dos elementos	Ações frequentadas	30
Apostar na acreditação de metodologias desenvolvidas no departamento	Metodologias acreditadas	10
Manutenção da acreditação de metodologias	Metodologias acreditadas	30
Coordenar as atividades dos biotérios	Biotérios sob coordenação	3
Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos	Relatório de notificação laboratorial de micro-organismos multirresistentes	2
Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA	Relatórios mensais dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para o Programa Nacional por Infeção VIH/SIDA	12
	Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente ao ano em curso) dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para divulgação geral	2

4.2.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DDI contempla 114 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DDI
Técnicos Superiores	11
Assistentes Técnicos	10
Assistentes Operacionais	21
Investigação científica	21
Técnicos superiores de saúde	23
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	28
Total	114

4.3. DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA

4.3.1. Atribuições

Ao Departamento de Epidemiologia (DEP) compete:

- Promover a identificação de necessidades de conhecimento nos domínios da observação em saúde, da vigilância epidemiológica, de investigação epidemiológica, incluindo epidemiologia clínica e investigação em serviços de saúde;
- Desenvolver, gerir e manter instrumentos de observação em saúde e sistemas de vigilância epidemiológica, quer por iniciativa própria quer em colaboração com outros departamentos do Instituto Ricardo Jorge, ou entidades externas;
- Produzir indicadores referentes aos estados de saúde e de doença da população e os respetivos determinantes, bem como para a vigilância epidemiológica;
- Realizar investigação epidemiológica, incluindo de epidemiologia clínica e investigação em serviços de saúde;
- Realizar previsões e delinear cenários sobre a ocorrência de situações ou eventos de saúde ou de doença.

4.3.2. Objetivos Operacionais

O DEP tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge definiu como objetivos operacionais para 2015-2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico	Comunicações e Posters em Encontros Científicos	3
	Relatório Científico	3
	Artigos científicos (submissão)	3
Desenvolver o projeto "Evolução e tendências da doença crónica e suas consequências na população portuguesa.	Artigos científicos (submissão)	2
	Cursos	5
Iniciativa de oferta formativa no âmbito da investigação epidemiológica e saúde pública	Relatório	1
	Artigos científicos (submissão)	1
Desenvolver o Projecto "Policy Instruments and Tools"	Artigos científicos (submissão)	2
	Atualização da base de dados (em meses)	11
Desenvolver o Projeto "Impactes da crise económica na saúde"	Boletins de vigilância epidemiológica	153
	Destaque	1
Assegurar a gestão e reforçar o sistema de vigilância EVITA (Epidemiologia e Vigilância dos Traumatismos e Acidentais)	Relatório de observação em saúde	
	Organização de reunião anual	1
Gerir o sistema de vigilância ÍCARO (Importância do Calor, Repercussões sobre os Óbitos), assegurando a vigilância diária do impacto do calor sobre a mortalidade	Boletins de vigilância epidemiológica	39
	Envio de dados para o sistema TESSy	52
Observação da saúde da população através dos dados do 5º Inquérito Nacional de Saúde.		
Gerir a rede "Médicos-Sentinela": assegurar a manutenção e reforço do sistema		
Assegurar a vigilância epidemiológica da gripe em Portugal (componente clínica)		

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Assegurar a gestão do Sistema de Vigilância Diária da Mortalidade (VDM)	Boletins de vigilância epidemiológica	250
	Envio de dados para o EUROMOMO	52
Obter evidência para a decisão em saúde pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas “Em Casa Observamos Saúde” (ECOS).	Relatório científico e de gestão «Vacinação antigripal da população portuguesa, em 2013-2014: cobertura e algumas características do ato vacinal» (em meses)	7
Utilizar o painel de famílias ECOS.	Vagas realizadas	2
Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC).	Atualização da base de dados (em meses)	11
	Relatório de Vigilância	1
Participar no Registo Europeu de Anomalias Congénitas (EUROCAT)	Atualização e envio da base de dados.	1
Desenvolver o projeto I-MOVE+ Integrated Monitoring of Vaccines Effects in Europe: a platform to measure and compare effectiveness and impact of influenza and pneumococcal vaccines and vaccination strategies in the elderly	Elaboração de protocolo científico	1
	Elaboração de relatório científico	1
Adesão à terapêutica anticoagulante oral em doentes com fibrilhação auricular	Elaboração de protocolo científico	1
	Recolha de dados	1
Desigualdades sociais sem saúde	Artigos científicos (submissão)	1
Coordenação do Programa Nacional de avaliação externa da qualidade, acompanhamento das necessidades, expectativas e desempenho dos laboratórios participantes e sempre que possível recolher informação com entidades internacionais.	Coordenação dos programas de AEQ	29
	Promoção de programas de AEQ (envio de informação)	1
	Dar continuidade às parcerias com entidades congêneres, Labquality, ECAT, PHE, SBAC/PNCQ	133 labquality + 37 ECAT+ 14 HPE
	Colaborar com entidades reguladoras no âmbito de AEQ (Infarmed e OM)	2
Continuar a implementar um sistema de gestão da qualidade, tendo como referência a norma ISO 17043	Elaboração, aprovação e implementação do plano	1
Implementar e consolidar a cooperação com os Países de Língua portuguesa, no âmbito do controlo de qualidade	Colaboração na organização do congresso bienal	1
	Elaboração de um projeto de AEQ para CPLP	1
	Desenvolver contactos e estabelecer parcerias internacionais com organizadores de Programas de AEQ dos CPLP (Moçambique e Lacen)	2
Colaborar com as instituições de ensino para no apoio à formação pós graduada no âmbito do controlo de qualidade	Apoio na elaboração de teses de mestrado e relatórios de estágios	4

4.2.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DEP contempla 17 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram ao lado elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DEP
Técnicos Superiores	4
Assistentes Técnicos	4
Investigação científica	1
Médicos	4
Técnicos superiores de saúde	1
Enfermeiros	2
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	1
Total	17

4.4. DEPARTAMENTO DE GENÉTICA HUMANA

4.4.1. Atribuições

Ao Departamento de Genética Humana (DGH) compete:

- Executar investigação e desenvolvimento nas modalidades relevantes, em linha com as prioridades estratégicas do Ministério da Saúde;
- Assegurar, no domínio da genética, as funções de laboratório nacional de referência;
- Realizar rastreios e testes genéticos de base laboratorial e, em colaboração com o departamento de epidemiologia, a organização e gestão dos respetivos registos e coleções de produtos biológicos.

4.4.2. Objetivos Operacionais

O DGH tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge definiu como objetivos operacionais para 2015-2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Garantir a atividade prevista nos Programas Nacionais nos quais o INSA participa	Amostras analisadas no âmbito do Programa Nacional de Diagnóstico Precoce	160.000
	Relatórios do Programa Nacional de Diagnóstico Precoce	2
Assegurar a realização de serviços diferenciados de tipo laboratorial e clínico	Ensaio de sequenciação de DNA e genotipagem	70.000
Contribuir para a manutenção das receitas próprias na prestação de serviços diferenciados	Testes genéticos na área da genética molecular no âmbito das patologias para as quais presta serviços	2.500
	Testes genéticos realizados na área da Citogenética (Pré-Natal, pós-natal, oncológica e de citogenética molecular)	2.500
	Implementação de novos testes genéticos	22
	Reuniões com profissionais de saúde de diferentes Unidades de Saúde	13
	Testes de diagnóstico/monitorização pré e pós-natal de doenças hereditárias do metabolismo	16.000
	Visitas de estudo para alunos do ensino secundário	14
Difundir a cultura científica na área da genética humana	Materiais de divulgação (folhetos, etc.)	10
	Exposição didática do DGH	2
	Ações de comunicação científica pública	30

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Estabelecer ou aprofundar colaborações C&T bilaterais ou multilaterais	Colaborações nacionais bilaterais	42
	Colaborações internacionais bilaterais	52
	Colaborações internacionais em rede	12
	Colaborações nacionais em rede	4
Promover o desenvolvimento de metodologias altamente especializadas em áreas inovadoras (saúde ambiental e nutrição) e pouco utilizadas a nível europeu	Implementação da metodologia de next-generation sequencing	4
Desenvolver I&D em doenças genéticas, genotoxicologia ambiental e genómica funcional	Artigos em revistas internacionais com arbitragem científica	55
Contribuir para as atividades previstas nos Programas de Saúde Prioritários	Estabelecer colaboração (doenças oncológicas, respiratórias, etc.)	4
Divulgar em públicos-alvo selecionados resultados científicos inovadores e aplicações nos cuidados de saúde e prevenção da doença	Participação em reuniões científicas	100
	Organização de reuniões científicas	10
Melhorar os indicadores (outputs) de I&D	Projetos em curso (aumento %)	7
	Teses de mestrado e doutoramento	16
	Participação em programas pós-graduados	7
Realizar ações de formação destinadas a profissionais de saúde ou a estudantes pré- e pós-graduados	Ações de formação	13
Assegurar, no domínio da genética, as funções de laboratório nacional de referência	Avaliação do desempenho dos laboratórios que participam na avaliação externa da qualidade organizada pelo EMQN	1
Reforçar as estratégias de acreditação de qualidade dos diferentes exames laboratoriais	Testes genéticos acreditados pelo IPAC	3
Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadores	Amostras realizadas	500
Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias aplicadas às áreas de diagnóstico, terapêutica, saúde ambiental, registo de doenças raras ou de aplicação geral em investigação biomédica	Metodologias implementadas	8

4.4.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DDI contempla 114 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DGH
Técnicos Superiores	4
Assistentes Técnicos	8
Assistentes Operacionais	1
Investigação científica	12
Técnicos superiores de saúde	31
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	17
Total	73

4.5. DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

4.5.1. Atribuições

Ao Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis (DPS) compete:

- A investigação dos determinantes biológicos, comportamentais e ambientais que contribuem para a promoção da saúde ou para o desencadeamento de doenças não transmissíveis, assim como para um melhor tratamento e prognóstico dos doentes, incluindo a organização e gestão das respetivas bases de dados e coleções de produtos biológicos;
- A avaliação diagnóstica do estado de saúde da população e da efetividade de intervenções no âmbito da promoção da saúde, produzindo evidência científica para a elaboração de linhas orientadoras

com impacto em políticas públicas saudáveis;

- A promoção e divulgação da cultura científica, contribuindo para melhorar a literacia em saúde do cidadão, e a capacitação de investigadores e profissionais de saúde;
- A aplicação de resultados de investigação e a implementação de novas metodologias em áreas de referência, com vista ao diagnóstico e prevenção de doenças não transmissíveis.

4.5.2. Objetivos Operacionais

O DPS tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge definiu como objetivos operacionais para 2015-2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Desenvolver projetos de investigação em consórcio internacional	Projetos	2
Determinar valores de referência para a população portuguesa de parâmetros biológicos com relevância clínica	Nº de parâmetros avaliados	12
Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos	Projetos	3
Elaborar suportes de informação para a promoção da literacia em saúde e divulgação do conhecimento científico junto da população (ex: brochuras, factsheets...)	Suportes de informação produzidos	3
Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica	Desenvolvimento de dois instrumentos de vigilância epidemiológica de doenças não transmissíveis incluindo registo clínico e biobanco (meses)	11
Garantir a atividade laboratorial prevista nos Programas Nacionais nos quais o INSA participa	Testes de rastreio e confirmação laboratorial no âmbito das hemoglobinopatias	1.000
Obter a acreditação de ensaios na área das hemoglobinopatias, segundo a NP EN ISO 15189:2014	Nº de ensaios acreditados	10
Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras	Novos ensaios implementados	7

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Potenciar o aumento das receitas próprias através da promoção dos serviços existentes	Novas brochuras e folhetos elaborados para promoção de serviços	7
Desenvolver projetos de observação e vigilância na população portuguesa com componente laboratorial	Estudos epidemiológicos em curso	2
Desenvolver investigação nas áreas de trabalho do departamento	Projetos em promoção da saúde	1
	Projetos na área das doenças cerebro e cardiovasculares	5
	Projetos na área da saúde mental	5
Desenvolver projetos de investigação com ligação à indústria e/ou PME's.	Projetos	3
Colaborações em redes internacionais na área da prevenção das doenças não transmissíveis e educação para a saúde	Redes de investigação	3
Promover o desenvolvimento de competências em saúde pública e biomedicina	Alunos de pós-graduação e pós-doutorandos	16
Elaborar relatórios de progressão e relatórios finais de projetos científicos e/ou relatórios de bolsas de doutoramento	Relatórios realizados	12
Divulgar o conhecimento científico	Artigos em revistas da especialidade indexadas no PUBMED	35
	Artigos em revistas não indexadas no PUBMED	7
	Dissertações (mestrado e doutoramento)	10
Promover a oferta formativa interna	Iniciativas de oferta formativa organizadas internamente	18
Promover a divulgação da cultura científica	Atividades do Experimentarium da Saúde e Visitas de Estudo	15
Promover a formação profissional	Estágios na área de atividade do departamento	12
Participar em programas de formação e reuniões científicas em áreas de especialização do departamento	Palestras proferidas por convite	10
Promover a participação activa dos investigadores e formandos em conferências da especialidade, com apresentação de trabalhos.	Trabalhos apresentados	30
Preparar candidaturas para financiamento	Candidaturas submetidas para financiamento externo nacional	10
	Candidaturas submetidas para financiamento externo internacional	7

4.5.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal para o DPS contempla 30 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram ao lado elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DPSPDNT
Técnicos Superiores	1
Assistentes Técnicos	1
Assistentes Operacionais	2
Investigação científica	3
Médicos	2
Técnicos superiores de saúde	10
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	11
Total	30

4.6. DEPARTAMENTO DE SAÚDE AMBIENTAL

4.6.1. Atribuições

Ao Departamento de Saúde Ambiental (DSA) compete:

- Estudar os fatores de risco de natureza ambiental e ocupacional com impacto na saúde humana, numa perspectiva preventiva e de proteção relativamente à exposição;
- Promover a elaboração de planos de contingência para situações de emergência na área da saúde ambiental e ocupacional, incluindo a comunicação do risco;
- Promover redes temáticas e parcerias, incrementando a colaboração interinstitucional, quer a nível nacional, quer internacional;
- Propor medidas corretivas ou preventivas de apoio à decisão técnica e de política de saúde na área da saúde ambiental e ocupacional;
- Identificar as necessidades de investigação e desenvolvimento em saúde ambiental e ocupacional, estabelecendo as respetivas prioridades, de acordo com as prioridades e estratégias nacionais e internacionais, nomeadamente as fixadas pelo Ministério da Saúde.

4.6.2. Objetivos Operacionais

O DSA tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge definiu como objetivos operacionais para 2015-2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Assegurar a função de laboratório de referência para a saúde no domínio da Doença dos Legionários	Novas estirpes de Legionella de origem humana e ambiental conservadas	160
Potenciar o aumento das receitas próprias através da promoção dos serviços existentes	Iniciativas de oferta formativa organizadas	22
Desenvolver investigação em saúde pública, em clínica e em serviços de saúde	Publicações efetuadas	36

4.6.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DSA contempla 50 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram ao lado elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DSA
Técnicos Superiores	9
Assistentes Técnicos	5
Assistentes Operacionais	5
Investigação científica	2
Técnicos superiores de saúde	12
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	17
Total	50



4.7. MUSEU DA SAÚDE

4.7.1. Atribuições

Ao Museu da Saúde (MuS) compete:

- Proceder ao registo, inventariação e classificação do acervo que lhe está afeto, mantendo atualizados todos os registos documentais referentes às novas incorporações do espólio museológico;
- Conservar preventivamente o acervo museológico que lhe está afeto e zelar pela sua segurança, bem como propor ações ou medidas de restauro;
- Expor o acervo museológico que lhe está afeto, no âmbito do programa museológico superiormente definido;

- Divulgar o acervo museológico e promover a divulgação das suas atividades;
- Propor superiormente ações de incorporação de novos testemunhos patrimoniais que contribuam para o enriquecimento do acervo museológico.

4.7.2. Objetivos Operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, o MuS definiu como objetivos operacionais para 2015-2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde	Novos registos de inventário e estudo das peças	600
Estruturar e normalizar a base de dados	Validação e normalização de registos	100
Promover e divulgar o acervo museológico do Museu da Saúde através de ações de divulgação dirigidas à comunidade científica e à população em geral	Exposições realizadas	4
Apresentar mensalmente uma peça museológica	Peças divulgadas	12
Ampliar os conteúdos da plataforma InWeb	Registos	300
Organização das reservas e conservação preventiva das peças	Relatório de orientação técnica	2
Registo fotográfico das peças inventariadas	Registos	400

4.7.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do MuS contempla 1 posto de trabalho, inserido no grupo profissional apresentado com o quadro abaixo:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores Museu
Assistentes Técnicos	1
Total	1

4.8. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

4.8.1. Atribuições

À Direção de Gestão de Recursos Humanos (DRH) compete:

- a) Proceder à gestão e administração dos recursos humanos, desenvolvendo as metodologias e os instrumentos de planeamento que permitam a gestão previsional daqueles recursos;
- b) Sistematizar as políticas de recursos humanos tendo em vista a manutenção atualizada do manual de recursos humanos;
- c) Promover a identificação de competências críticas, para as diferentes áreas de atividade do Instituto Ricardo Jorge, tendo em vista a progressiva gestão por competências;
- d) Elaborar, coordenar e acompanhar os programas de formação interna;
- e) Assegurar a atualização das bases de dados de recursos humanos do Instituto Ricardo Jorge;
- f) Elaborar o balanço social;
- g) Implementar e gerir o sistema de avaliação e gestão de desempenho;
- h) Desenvolver e manter os conteúdos do portal de recursos humanos;
- i) Promover e assegurar a comunicação interna das políticas e processos de recursos humanos;
- j) Prestar apoio aos bolsheiros de investigação, desenvolvimento tecnológico ou de formação conexa com essas áreas;
- k) Organizar os processos de candidatura a bolsas Ricardo Jorge;
- l) Executar as atividades de expediente geral e distribuição de correspondência;
- m) Organizar e manter o arquivo geral do Instituto Ricardo Jorge;
- n) Coordenar e assegurar as atividades de estafeta, internas e externas;
- o) Assegurar o atendimento telefónico;
- p) Gerir a frota automóvel e garantir o seu funcionamento.

4.8.2. Objetivos Operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, a DRH definiu como objetivos operacionais para 2015-2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Avaliar os serviços de suporte	Aplicação de questionário aos colaboradores do INSA (meses)	10
	Tratamento dos dados (meses)	11
	Elaboração de relatório	2
Desenvolver o projeto de construção do Mapa do Talento do INSA, IP	Taxa de concretização (%)	20
Proceder à gestão do arquivo intermédio	Taxa de documentação em depósito avaliada (%)	10
Desenvolver ferramentas de gestão para reprografia	Relatório de controlo de trabalhos da reprografia	2
Elaborar do Plano de Formação	Aprovação (meses)	3
Promover a formação	Taxa de participação dos colaboradores do INSA em ações de formação (%)	80
Elaborar matrizes de avaliação do risco laboratorial	Nº de matrizes elaboradas	20
Elaborar ações inspetivas no âmbito da Higiene e Segurança	Nº de ações realizadas expressas em check list	20
Realizar ações de informação/formação sobre riscos laborais	Nº de ações de informação/formação realizadas	24
Elaborar e manter atualizados os mapas de registos de acidentes e incidentes	% de registos efetuados	100
Elaborar relatório de auditoria de gestão de resíduos	nº de relatórios efetuados	2

4.8.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal da DRH contempla 35 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DRH
Dirigentes - Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefes de Equipa	1
Técnicos Superiores	8
Coordenadores Técnicos	1
Assistentes Técnicos	11
Assistentes Operacionais	12
Técnicos superiores de saúde	1
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	1
Total	35

4.9. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

4.9.1. Atribuições

À Direção de Gestão de Recursos Financeiros (DRF) compete:

- a) Elaborar o projeto de orçamento anual, analisar e controlar periodicamente a sua execução geral e por unidades funcionais e propor alterações;
- b) Controlar a execução orçamental da despesa;
- c) Controlar o sistema contabilístico que identifica analiticamente os custos e proveitos associados às unidades funcionais;
- d) Assegurar o registo de todos os factos relevantes em termos orçamentais e contabilísticos, nomeadamente os procedimentos contabilísticos inerentes ao sistema de contabilidade geral e analítica;
- e) Organizar, elaborar e manter atualizados os registos patrimoniais e contabilísticos;
- f) Garantir o cumprimento das obrigações fiscais;
- g) Efetuar a gestão de fundos, proceder à cobrança das receitas e taxas provenientes da sua atividade e ao pagamento das despesas;
- h) Promover a constituição, reconstituição e liquidação de fundos permanentes;
- i) Efetuar a gestão das receitas;
- j) Emitir autorizações de pagamento;
- k) Elaborar a conta de gerência e o relatório de gestão anual;
- l) Elaborar análises económico-financeiras;
- m) Promover a cobrança atempada de receitas e efetuar o seu depósito regular;
- n) Elaborar os processos de aquisição;
- o) Assegurar a gestão administrativa dos procedimentos em conformidade com a lei;
- p) Assegurar a gestão financeira dos projetos de investigação do Instituto Ricardo Jorge;
- q) Colaborar na execução dos contratos de empreitada, de fornecimento de bens e serviços, locação e assistência técnica;
- r) Manter atualizado o inventário de bens móveis e imóveis afetos à instituição;
- s) Efetuar a gestão previsional de bens consumíveis necessários às atividades do Instituto Ricardo Jorge, em articulação com os respetivos serviços;
- t) Assegurar a gestão de stocks dos bens necessários à atividade do Instituto Ricardo Jorge;
- u) Proceder à armazenagem dos bens e à sua distribuição pelos serviços;
- v) Coordenar a atividade de prestação de serviços a pessoas singulares e coletivas públicas ou privadas, assegurando a entrega de resultados, relatórios e pareceres às mesmas;
- w) Assegurar colheitas, receção e triagem de produtos para análise nas áreas de intervenção do Instituto Ricardo Jorge;
- x) Assegurar a execução de contratos, acordos e figuras afins relacionados com a prestação de serviços;
- y) Assegurar a divulgação interna da informação geral que respeite a matéria da sua competência.

4.9.2. Objetivos Operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, a DRF definiu como objetivos operacionais para 2015-2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Implementar um sistema de custeio ajustado às necessidades do Instituto	Implementação de Contabilidade Analítica - apuramento correto dos custos diretos (%)	100
Assegurar a realização da orçamentação com os Departamentos Técnico-Científicos baseado em metas de desempenho	Construção, em, articulação com os DTC(s), de uma previsão orçamental anual em função do volume de serviço a assegurar por estes	6
	Elaboração de reporte trimestral da execução orçamental ao Conselho Diretivo	4
Assegurar a gestão eficiente do orçamento do INSA e respetiva prestação de contas	Elaboração de relatórios de controlo orçamental, com a listagem das variáveis monitorizadas, até dia 20 do mês n+1	12
Melhorar o desempenho económico-financeiro	Manter o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (em dias)	30
	Elaboração trimestral de relatório de avaliação económico financeira até ao dia 25 do mês n+1	2
Melhorar a gestão do património	Atualização do cadastro dos bens imobilizados (%)	50
Melhoria dos procedimentos para a realização de contratos relativos à aquisição/manutenção de equipamentos e instalações	Apresentação da conclusão dos processos de aquisição para o ano subsequente (meses)	10
Simplificar o processo de gestão de projetos	Elaboração do Procedimento relativos às aquisições por projetos de I&D	1
Abertura de concurso de Bolsas Ricardo Jorge	Bolsas	35
Elaborar pedidos de pagamento de projetos	Pedidos de Pagamento	90
Desenvolver a investigação estratégica	Projetos de I&D a iniciar no ano	40
	Realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (meses)	11
Assegurar a monitorização do Plano de Gestão de Risco e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	Elaboração de relatórios periódicos de monitorização do Plano	6
	Revisão do Plano (%)	100
Reorganizar a prestação de serviços focando a atividade em áreas que permitam a autossustentabilidade	Estudo global sobre a atual prestação de serviços e atividades do INSA (%)	100
	Proposta para as reformas necessárias para a reorganização da atividade (%)	100
Assegurar a compilação e tratamento da informação solicitada pelo CD dentro dos prazos estipulados por este	Relatórios/planos elaborados a pedido do CD entregues dentro do prazo estipulado (%)	75
Melhorar o processo de recolha, tratamento, atualização e disponibilização de informação sobre as áreas de atuação e desenvolvimento do Instituto	Estabelecer um procedimento para o reporte ao Planeamento, da informação relativa aos indicadores da atividade das diversas UO, em articulação com estas	1
	Criação/revisão dos ficheiros de suporte à recolha de informação (%)	100

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Assegurar a execução do processo de planeamento estratégico e operacional, monitorizando o desempenho das diversas UO	Nº de monitorizações dos indicadores do QUAR, em articulação com as diversas UO	4
	Nº de monitorizações dos indicadores do PA e PE em articulação com as diversas UO	4
	Nº de monitorizações dos indicadores das Funções Essenciais e das Atividades de Suporte, relativos ao ano em curso, em articulação com as diversas UO	4
Elaborar os documentos de gestão	Plano Estratégico (PE) 2015-2016	1
	Plano de Atividades (PA)	2
	Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)	2
	Relatório de Atividades (RA)	2
Acompanhar o Plano de Investimento do Imobilizado monitorizando as atividades desenvolvidas	Criação/revisão dos ficheiros de suporte à recolha de informação relativa às necessidades investimento em imobilizado por parte das diversas UO, em articulação com estas (%)	100
	Monitorização da execução do Plano de Investimento definido	4
Acompanhar o Plano de Gestão Previsional de Recursos Humanos (RH)	Criação/revisão dos ficheiros de suporte à recolha de informação relativa às necessidades de RH por parte das diversas UO (%)	100
	Monitorização da execução do plano definido	4

4.9.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal da DRF contempla 61 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DRF
Dirigentes - Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefes de Equipa	1
Técnicos Superiores	7
Coordenadores Técnicos	1
Assistentes Técnicos	39
Assistentes Operacionais	7
Técnicos superiores de saúde	1
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	5
Total	61

4.10. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

4.10.1. Atribuições

À Direção de Gestão de Recursos Técnicos (DRT) compete:

- a) Assegurar a receção, registo, classificação e catalogação de toda a documentação técnico -científica do Instituto Ricardo Jorge;
- b) Organizar e manter o arquivo técnico -científico do Instituto Ricardo Jorge;
- c) Organizar e manter um sistema de documentação e informação técnico-científica;
- d) Velar pelo espólio bibliográfico do Instituto Ricardo Jorge, propondo, para o efeito, as medidas necessárias à sua conservação e recuperação;
- e) Promover a divulgação do espólio bibliográfico do Instituto Ricardo Jorge, apoiando, na área da pesquisa, todos os utilizadores;
- f) Promover a cooperação com outras instituições de documentação e informação técnico -científica, em especial na área da saúde;
- g) Zelar pelo arquivo documental histórico do Instituto Ricardo Jorge;
- h) Gerir a atividade editorial do Instituto Ricardo Jorge;
- i) Garantir o funcionamento e gerir a reprografia;
- j) Gerir a rede informática do Instituto Ricardo Jorge, e as aplicações e equipamentos necessários ao seu funcionamento;
- k) Implementar e assegurar a articulação e integração em rede das aplicações informáticas;
- l) Assegurar as infraestruturas tecnológicas adequadas aos serviços do Instituto Ricardo Jorge, e fazer a respetiva gestão;
- m) Participar no desenvolvimento de aplicações informáticas necessárias ao desempenho das atribuições do Instituto Ricardo Jorge;
- n) Prestar apoio técnico e formativo aos utilizadores das tecnologias de informação e comunicação;
- o) Gerir e garantir a manutenção da rede de telecomunicações de dados e de voz;
- p) Assegurar tecnicamente o funcionamento do site do Instituto Ricardo Jorge;
- q) Assegurar e avaliar as infraestruturas necessárias à instalação de equipamentos em todos os edifícios do Instituto Ricardo Jorge, bem como o seu adequado funcionamento;
- r) Coordenar os procedimentos relativos à manutenção das instalações técnicas especiais, equipamentos, edifícios, parques e jardins do Instituto Ricardo Jorge;
- s) Acompanhar a fiscalização de obras realizadas no Instituto Ricardo Jorge, por entidades externas;
- t) Apoiar os restantes serviços no lançamento de concursos e apreciação de propostas que tenham por objetivo a realização de obras ou contratos de aquisição, manutenção ou conservação de instalações e equipamentos;
- u) Assegurar a exploração otimizada das instalações técnicas especiais, bem como promover a eficiência energética;
- v) Prestar assessoria técnica em matérias atinentes às instalações e equipamentos tendo presente a promoção do ambiente;
- w) Incentivar e propor a celebração de contratos, acordos e figuras afins com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, acompanhando a respetiva execução;
- x) Apoiar os processos de contratualização interna;
- y) Produzir informação mensal sobre o acompanhamento dos contratos e dos processos de contratualização interna;
- z) Assegurar a coordenação dos projetos do Instituto Ricardo Jorge, com apoios comunitários.

4.10.2. Objetivos Operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, a DRT definiu como objetivos operacionais para 2015-2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Melhorar as condições de utilização do Sistema de Gestão Documental (EMC Documentum)	Ações de formação	6
Melhoria da qualidade das instalações do INSA Sede	Reabilitação de laboratórios	4
Aquisição de equipamentos	Aquisição de autoclaves	2
	Aquisição de unidades de climatização	3
Analisar a atividade e evolução da área da contratualização	Relatório	4
Atualizar e enriquecer o acervo documental, de acordo com as necessidades de informação do INSA	Proposta de assinaturas de revistas e de base de dados, aquisição de manuais e normas técnicas; incorporação de fundos históricos (%)	100
Aumentar a disponibilidade e acessibilidade à informação bem como a capacidade de resposta do serviço e o conhecimento do acervo, mantendo atualizado as bases de dados partilhadas em rede e consolidando o tratamento documental de fundos patrimoniais	Processamento bibliográfico	1.600
Dar resposta a pedidos de informação internos e externos, reforçando as parcerias com serviços congéneres com o objetivo da partilha de informação	Pedidos de informação respondidos (%)	100
Incrementar a qualidade dos serviços através da produção e acesso a recursos e serviços eletrónicos, promovendo a Biblioteca Digital e a gestão do Repositório Científico de Acesso Aberto do INSA, reforçando a qualidade do sistema e a colaboração com o repositório nacional	Estatística de utilização do repositório (pesquisas, downloads e consultas)	2,000.000
	Implementação de requisitos da Norma de Referência ISO 16363 para Certificação do repositório (%)	60
Promover a biblioteca como centro de informação e referência nacional em saúde pública, através de iniciativas de divulgação do acervo e de desenvolvimento de competências de informação	Atividades de extensão cultural/ divulgação do acervo e ações de capacitação/ formação de utilizadores	40
Fomentar a produção literária e o apoio à edição através da execução e desenvolvimento da política de publicações institucional, reforçando a qualidade e a divulgação das edições	Publicações editadas e apoiadas solicitadas (%)	100
	Publicação do “Boletim Epidemiológico Observações”	8
	Receita da comercialização de edições (euros)	4.000
Zelar pelo fundo arquivístico histórico	Colaboração/participação em trabalhos em articulação com a DGLAB (%)	100
Colaborar com institutos congéneres europeus e OMS	Novas colaborações com Institutos Nacionais de Saúde Europeus e CPLP	6
Elaboração de conteúdos informativos	Novos destaques informativos para a página do Instituto na Internet	280
	Edições da newsletter eletrónica do Instituto	80
Disponibilização de informação	Disponibilização diária de um resumo de imprensa aos dirigentes e responsáveis de serviço/unidade do Instituto	510
Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da Oferta Formativa	Ações de oferta formativa (aumento %)	5

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Promover a oferta formativa	Gerar receita com oferta formativa (em milhares de euros)	120.000
Divulgar a Oferta Formativa do INSA em eventos de formação e atualização científica promovidos por entidades externas	Eventos com divulgação direta e indireta da oferta formativa	8
Investir na oferta formativa junto de outros países, em particular da CPLP	Inscrições com pagamento de estudantes e profissionais de saúde de outros países	40
Proporcionar cursos de formação à distância na plataforma de e-learning do INSA	Cursos à distância	6

4.10.3. Recursos Humanos

A proposta de quadro de pessoal para a DRT contempla 24 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados.

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DRT
Dirigentes - Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefes de Equipa	1
Técnicos Superiores	8
Informáticos	2
Assistentes Técnicos	8
Assistentes Operacionais	4
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	1
Total	24

4.11. ÁREA DA QUALIDADE

Embora a Área da Qualidade, de acordo com o regulamento interno do Instituto Ricardo Jorge integre o Setor de Apoio Técnico Especializado, pertencente à Direção de Gestão de Recursos Técnicos, dado o seu âmbito transversal, considerou-se pertinente tratá-la num ponto à parte, apresentando um ponto de situação relativo à atividade desenvolvida nesta área, bem como dos objetivos a alcançar nos próximos dois anos.

Para alcançar a excelência a que nos propomos é fundamental para o Instituto investir na melhoria contínua do seu desempenho, tornando-se imperativo definir uma política de qualidade que apoie a o Conselho Diretivo nos processos de decisão quanto ao caminho a percorrer.

4.11.1. Atribuições

À Área da Qualidade compete:

- Desenvolver os procedimentos necessários à implementação de uma cultura da qualidade no Instituto Ricardo Jorge;
- Coordenar a implementação do sistema de gestão da qualidade do Instituto Ricardo Jorge, nos vários referenciais normati-

vos e promover a definição de diretrizes com vista à melhoria contínua da qualidade, potenciando a melhoria do desempenho dos serviços;

- Organizar e manter o sistema documental da qualidade, incluindo a promoção da elaboração e atualização do Manual de Colheitas e a organização e manutenção do arquivo das normas usadas nos laboratórios do Instituto Ricardo Jorge;
- Promover, orientar e acompanhar os contratos referentes ao controlo do equipamento laboratorial, de acordo com o plano elaborado no âmbito do sistema de gestão da qualidade;
- Planear, executar e acompanhar auditorias internas da qualidade, bem como acompanhar as auditorias externas da qualidade;
- Promover e organizar a instrução dos processos de Certificação e Acreditação do Instituto Ricardo Jorge.

4.11.2. Atividade

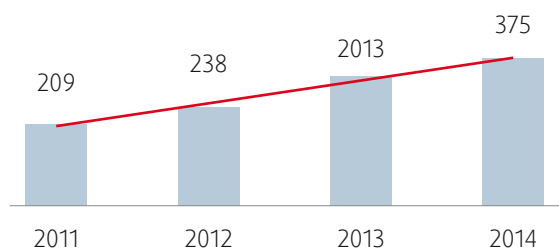
A área da Qualidade, coordena e implementa sistemas de gestão da Qualidade do INSA I.P., nomeadamente, a acreditação de ensaios.

Tabela 4 – Evolução da acreditação de ensaios no Instituto

	DAN L	DAN P	DSA L	DSA P	DDI L	DDI P	DDI CEVDI	DGH L	DGH P	DPS L	DPS P	Total INSA
2011	39	12	70	82	6	0	0	0	0			209
2012	43	15	70	97	13							238
2013	79	24	90	100	25	0	0	11	0	0	0	329
2014	81	24	90	104	49	14	0	11	2	0	0	375
2015*	86	24	90	106	61	18	2	15	2	4		408
2016*	86	24	90	106	71	23	7	18	4	4	4	437

* Previsão (com os recursos de 2014)

Evolução do nº de ensaios acreditados de 2011 a 2014



Em 2014 o Instituto Ricardo Jorge tem acreditados 375 ensaios (inclui análises clínicas e testes genéticos), pelas normas NP EN ISO/IEC 17025 e NP EN ISO 1589, o que representa um aumento de 76 % do nº de ensaios acreditados em relação ao ano de 2011.

A acreditação de ensaios, permite ganhar e transmitir confiança na execução de determinadas atividades técnicas, ao confirmar a existência de um nível de competência técnica mínimo, reconhecido internacionalmente, ou seja, é o reconhecimento da competência técnica do Instituto Ricardo Jorge perante terceiros para efetuar a atividade específica de avaliação da conformidade (realização de ensaios).

O facto do processo de acreditação ser regido por normas internacionais, permite a existência de Acordos de Reconhecimento Internacionais (EA & IAF & ILAC)² entre os organismos de acreditação, facilitando a livre circulação de bens e serviços abrangidos pelas acreditações.

Na realização de determinados ensaios nas áreas alimentares e de saúde ambiental, a acreditação é, mesmo, legalmente exigida.

As ações que se preconizam para anos seguintes visam:

- Incrementar do número de ensaios acreditados e a substituição da acreditação por DTC, pela acreditação em geral do Instituto: Acreditação pela Norma NP EN ISO/IEC 17025, para os ensaios das áreas de Alimentação e Nutrição e Saúde Ambiental e a Acreditação pela Norma NP EN ISO 15189, para as análises clínicas e testes genéticos;
- Implementar um sistema de gestão da Qualidade, certificação pela norma ISSO 9001, de alguns serviços tais como Oferta Formativa e Estudos epidemiológicos;
- A implementação de um sistema integrado qualidade, ambiente e segurança;
- Fomentar o apoio da qualidade a par da cooperação dentro da comunidade lusófona no apoio na acreditação de ensaios pelas normas NP EN ISO/IEC 17025 e NP EN ISO 1589, a par da cooperação técnica existente.

4.11.3. Objetivos Operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, a Área da Qualidade definiu como objetivos operacionais para 2015-2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Certificar o INSA	Cumprimento de requisito da norma de referência numa Unidade orgânica/área (%)	40
Aumentar o nº de ensaios acreditados	Ensaios acreditados	50
Promover a satisfação dos profissionais e clientes	Relatórios referentes à avaliação da satisfação dos clientes e reclamações	2

² EA: European cooperation for Accreditation (www.european-accreditation.org), no espaço europeu;
 ILAC: International Laboratory Accreditation Cooperation (www.ilac.org), no espaço mundial de laboratórios e inspeção;
 IAF: International Accreditation Forum (www.iaf.nu), no espaço mundial de certificação

4.11.4. Recursos Humanos

O quadro de pessoal para a Área da Qualidade contempla 2 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores Área da Qualidade
Técnicos Superiores	1
Assistentes Técnicos	1
Total	2



5. Conclusão

De acordo com as orientações para a elaboração do Plano Estratégico para o biénio 2015-2016, aqui apresentado, os objetivos estratégicos e operacionais de todos os Departamentos Técnico-científicos e Direções de Serviços do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. encontram-se alinhados com os objetivos estratégicos do Ministério da Saúde, como forma a dar resposta adequada às necessidades em saúde pública, promovendo ganhos mensuráveis; definindo uma agenda de investigação e desenvolvimento tecnológico; fomentando a investigação em saúde com o reforço da capacidade humana e infraestrutural instalada; apostando na requalificação e oferta de novos serviços, bem como adequando e desenvolvendo um novo modelo de gestão que, em conjunto e de forma coerente, assistam no fortalecimento do papel do Instituto Ricardo Jorge a nível nacional e como *player* reconhecido na saúde global.

O estatuto de laboratório do Estado confere ao Instituto Ricardo Jorge um papel predominante na investigação científica e desenvolvimento experimental em ciências da saúde, destacando-se em particular as ciências biomédicas e as ciências da saúde pública, incluindo a investigação epidemiológica, os determinantes da saúde e a avaliação da qualidade dos serviços de saúde pública. Simultaneamente, o Instituto Ricardo Jorge possui atribuições, como Laboratório Nacional de Referência, Observatório Nacional de Saúde e prestador de serviços diferenciados à comunidade. A missão e as atribuições são cumpridas de acordo com o Programa do Governo, as Grandes Opções do Plano, o Plano Nacional de Saúde e neste, com os Programas de Saúde Prioritários.

As novas orientações definidas para os próximos dois anos procuram manter um rumo estratégico, operacional e transversal a todo o Instituto Ricardo Jorge, contemplando a conclusão de algumas atividades, da maior rele-

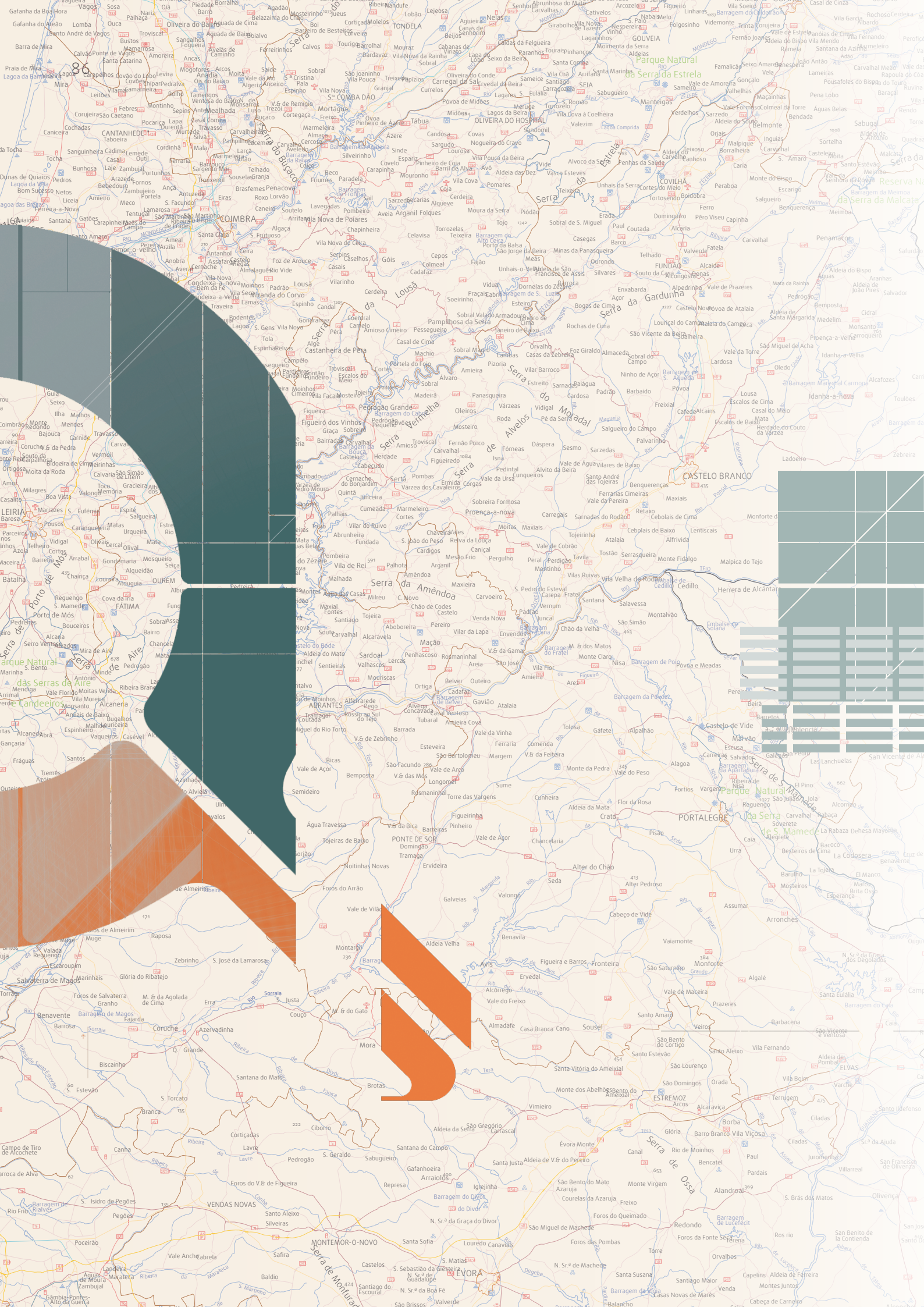
vância, previstas no plano anterior, que, por diversos motivos, não se finalizaram.

O conhecimento gerado no Instituto Ricardo Jorge e os saberes adquiridos e salvaguardados ao longo da sua existência constituem um valioso legado técnico-científico com repercussões na esfera social e da governação. Como Laboratório de Estado, a sua vasta experiência estende-se por vários domínios, como a proteção e promoção da saúde em sentido lato, a vigilância epidemiológica, a referência, a oferta formativa e a divulgação do conhecimento científico, entre outros. O Instituto Ricardo Jorge dispõe de capacidades que lhe permitem, em articulação com outros serviços do Ministério da Saúde e outras instituições congéneres contribuir para a produção de evidência científica.

Igualmente, o Instituto Ricardo Jorge desempenha e deve reforçar a sua participação na definição de políticas europeias e globais através da sua presença em organizações internacionais e na CPLP, e da troca de conhecimento com institutos internacionais congéneres.

No quadro da promoção da inovação e competitividade, transversal aos objetivos operacionais aqui explanados, tem-se em conta a natureza e densidade da sua ligação a estas organizações, estimulando a capacidade de iniciativa individual, por forma a valorizar, o seu potencial humano e as infraestruturas físicas e patrimoniais (como na divulgação do acervo do Museu da Saúde), reforçando a sua atividade quanto aos referidos processos de criação científica e difusão do conhecimento em saúde.

O presente Plano Estratégico, aliado às oportunidades decorrentes dos programas previstos no Quadro Estratégico Comum (QEC) 2014-2020 e à participação líder no novo Quadro de Financiamento Europeu de I&D Horizonte 2020, possibilita ao Instituto Ricardo Jorge cumprir a sua insubstituível Missão e exigentes atribuições, na consagração dos seus valores já seculares.



6. QUAR



ANO: 2015

Ministério da Saúde

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P.

MISSÃO: Contribuir para ganhos em saúde pública através de actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, actividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e ainda assegurar a prestação de serviços diferenciados, nos referidos domínios. DL N.º27/2012.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

DESIGNAÇÃO

- OE 1: Responder às necessidades em saúde
 OE 2: Desenvolver a investigação em Saúde
 OE 3: Afirmar o papel do INSA na saúde global
 OE 4: Implementar um novo modelo de gestão
 OE 5: Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

EFICÁCIA

40%

OOp1: Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias aplicadas às áreas de diagnóstico, terapêutica, saúde ambiental, registo de doenças raras ou de aplicação geral em investigação biomédica (OEs) (R) Peso: 15%

INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
1.1. Número de Metodologias implementadas	17	8	4	30	100%				

OOp2: Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC) (OE1) (R) Peso: 15%

INDICADORES	2014 (E)	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
2.1. Atualização da base de dados de 2013/2014 (em meses)	11	11	1	9	100%				

OOp3: Obter evidência para a decisão em saúde pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas "Em casa Observamos Saúde", ECOS (OE1) (R) Peso: 15%

INDICADORES	2014 (E)	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
3.1. Relatório científico e de gestão "vacinação antigripal da população portuguesa, em 2014-2015: cobertura e algumas características do ato vacinal" (em meses)	11	7	1	5	100%				

OOp4: Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares (OE1) (R) Peso: 15%

INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
4.1. Testes da metodologia em 2 escolas (em meses)	n.a	11	1	9	100%				

OOp5: Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica (OE1) (R) Peso: 15%

INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
5.1. Desenvolvimento de um instrumento de vigilância epidemiológica de doenças não transmissíveis (na área da Hipercolesterolemia Familiar) incluindo registo clínico e biobanco (meses)	11	11	1	9	100%				

OOp6: Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (OEs) (R) Peso: 10%

INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
6.1. Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de Ensaios)	194	195	12	208	100%				

OOp7: Desenvolver a investigação estratégica (OE2) Peso: 5%

INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
7.1. Projetos de I&D a iniciar no ano	76	20	5	30	50%				
7.2. Realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (em meses)	0	11	1	9	50%				

OOp8: Fomentar a produção de documentação técnico-científica e o apoio à edição através de desenvolvimento da política de publicações institucional, reforçando a qualidade e a divulgação das edições (OE1) Peso: 4%

INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
8.1. Publicação do "Boletim Epidemiológico Observações" (Número)	6	4	2	7	100%				

OOp9: Promover a formação (OE4) Peso: 2%

INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
9.1. Taxa de participação dos colaboradores do INSA, IP em ações de formação (em %)	76	80	10	95	100%				

OOp10: Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde (OE1) Peso: 2%

INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
10.1. Novos registos de inventário e estudo das peças	435	300	50	600	100%				

OOp11: Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da Oferta Formativa (OEs) Peso: 2%

INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
11.1. Ações de oferta formativa (aumento %)	4	5	2	8	100%				

EFICIÊNCIA										40%
OOp12: Assegurar as redes nacionais de referência/vigilância laboratorial (OE1) (R)										Peso: 50%
INDICADORES	2014 (E)	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
12.1. Manter o número de redes nacionais de referência/vigilância laboratorial	10	10	2	14	100%					
OOp13: Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos (OE1) (INSA/DGS) (R)										Peso: 15%
INDICADORES	2014 (E)	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
13.1. Número de Relatórios de Notificação laboratorial de micro-organismos multiresistentes	3	2	1	5	100%					
OOp14: Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA (OE1) (R)										Peso: 15%
INDICADORES	2014 (E)	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
14.1. Relatórios mensais dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para o Programa Nacional por Infeção VIH/SIDA (nº)	12	12	0	12	50%					
14.2. Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente ao ano em curso) dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para divulgação geral	2	2	1	4	50%					
OOp15: Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos (OE1) (R)										Peso: 10%
INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
15.1. Número de Reportes da Transmissão de dados à EFSA (European Food Safety Authority)	3	3	1	5	100%					
OOp16 Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos (OE3) (R)										Peso: 10%
INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
16.1. Número de Projetos	n.a	3	1	5	100%					
QUALIDADE										20%
										Peso: 40%
INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
17.1. Número de Exposições e outros eventos realizados	3	2	1	4	100%					
OOp18: Melhorar o desempenho económico e financeiro (OE4)										Peso: 15%
INDICADORES	2014 (E)	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
18.1. Manter o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (em dias)	30	30	15	14	50%					
18.2. Número de relatórios trimestrais de avaliação económico financeira	4	2	1	4	50%					
OOp19: Promover a satisfação dos profissionais e clientes (OE5)										Peso: 15%
INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
19.1. Número de Relatórios referentes a avaliação da satisfação dos clientes e reclamações	1	1	0	1	100%					
OOp20 Melhoria da qualidade das instalações do INSA - Sede										Peso: 15%
INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
20.1. Reabilitação de laboratórios	n.a	2	1	4	100%					
OOp21: Desenvolver projetos de investigação em consórcio internacional (OE3)										Peso: 15%
INDICADORES	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
21.1. Novos projetos	n.a	2	1	4	100%					

NOTA EXPLICATIVA

OE = Objetivo Estratégico; OOp = Objetivo Operacional; R = Relevante; E = Estimativa; NA = Não Aplicável; ND = Não Disponível; F = Apuramento Final.

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

A preencher nas fases de monitorização e avaliação anual final.

TAXA DE REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS

EFICÁCIA	PLANEADO %	EXECUTADO %
OOp1: Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias aplicadas às áreas de diagnóstico, terapêutica, saúde ambiental, registo de doenças raras ou de aplicação geral em investigação biomédica (OE5) (R)		15%
OOp2: Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC) (OE1) (R)		15%
OOp3: Obter evidência para a decisão em saúde pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas "Em casa Observamos Saúde", ECOS (OE1) (R)		15%
OOp4: Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares (OE1) (R)		15%
OOp5: Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica (OE1) (R)		15%
OOp6: Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (OE5) (R)		10%
OOp7: Desenvolver a investigação estratégica (OE2)		5%
OOp8: Fomentar a produção de documentação técnico-científica e o apoio à edição através e desenvolvimento da política de publicações institucional, reforçando a qualidade e a divulgação das edições (OE1)		4%
OOp9: Promover a formação (OE4)		2%
OOp 10: Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde (OE1)		2%
OOp 11: Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da Oferta Formativa (OE5)		2%

	PLANEADO %	EXECUTADO %
EFICIÊNCIA		40%
OOp12: Assegurar as redes nacionais de referência/vigilância laboratorial (OE1) (R)		50%
OOp13: Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos (OE1) (INSA/DGS) (R)		15%
OOp14: Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA (OE1) (R)		15%
OOp15: Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos (OE1) (R)		10%
OOp16: Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos (OE3) (R)		10%
QUALIDADE		20%
OOp17: Promover e divulgar o acervo museológico do Museu da Saúde através de ações de divulgação dirigidas à comunidade científica e à população em geral (OE1) (R)		40%
OOp18: Melhorar o desempenho económico e Financeiro (OE4)		15%
OOp19: Promover a satisfação dos profissionais e clientes (OE5)		15%
OOp20: Melhoria da qualidade das instalações do INSA - Sede		15%
OOp21: Desenvolver projetos de investigação em consórcio internacional (OE 3)		15%
Taxa de Realização Global		100%

RECURSOS HUMANOS - 2015								
DESIGNAÇÃO	EFETIVOS (E) 31-12-2015	EFETIVOS (F) 31-12-2015	PONTUAÇÃO	RH PLANEADOS	RH REALIZADOS	DESVIO	DESVIO EM %	
Dirigentes - Direção Superior	2		20	40				
Dirigentes - Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefes de Equipa	4		16	64				
Técnicos Superiores (inclui Especialistas de Informática)	79		12	948				
Coordenadores Técnicos (inclui Chefes de Secção)	2		9	18				
Técnicos de Informática	2		8	16				
Assistentes Técnicos	95		8	760				
Assistentes Operacionais	64		5	320				
Outros, especifique			-					
Investigadores	50		12	600				
Médicos	7		12	84				
Enfermeiros	2		12	24				
Técnicos Superiores de Saúde	93		12	1116				
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	106		12	1272				
Totais	506			5.262				
Efetivos no Organismo	31-12-2014	31-12-2015 (E)						
Nº de efetivos a exercer funções	465	506						

RECURSOS FINANCEIROS - 2015 (Euros)					
DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO CORRIGIDO	ORÇAMENTO EXECUTADO	DESVIO	DESVIO EM %
Orçamento de Funcionamento	23.823.424,00 €				
Despesas com Pessoal	13.316.114,00 €				
Aquisições de Bens e Serviços Correntes	9.559.452,00 €				
Outras Despesas Correntes e de Capital	947.858,00 €				
PIDDAC	-				
Outros Valores	500,00 €				
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	23.823.924,00 €				

INDICADORES	FONTES DE VERIFICAÇÃO
1.1. Número de Metodologias implementadas	Relatório de atividades de 2015
2.1. Atualização da base de dados de 2013/2014 (em meses)	Base de Dados RENAC
3.1. Relatório científico e de gestão "vacinação antigripal da população portuguesa, em 2014-2015: cobertura e algumas características do ato vacinal" (em meses)	Relatório "Vacinação antigripal da população portuguesa, em 2014-
4.1. Testes da metodologia em 2 escolas (em meses)	Relatório de atividades de 2015
5.1. Desenvolvimento de um instrumento de vigilância epidemiológica de doenças não transmissíveis (na área da Hipercolesterolemia Familiar) incluindo registo clínico e biobanco (meses)	Relatório de atividades de 2015
6.1. Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de Ensaios)	Relatório de atividades de 2015
7.1. Projetos de I&D a iniciar no ano	Relatório de atividades de 2015
7.2. Realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (em meses)	Relatório de atividades de 2015
8.1. Publicação do "Boletim Epidemiológico Observações" (Número)	Boletins Epidemiológicos "Observações"
9.1. Taxa de participação dos colaboradores do INSA, IP em ações de formação (em %)	Relatório Anual de Formação
10.1. Novos registos de inventário e estudo das peças	Relatório de atividades de 2015
11.1. Ações de oferta formativa (aumento %)	Relatório de atividades de 2015
12.1. Manter o número de redes nacionais de referência/vigilância laboratorial	Relatório de atividades de 2015
13.1. Número de Relatórios de Notificação laboratorial de micro-organismos multiresistentes	Relatório de notificação laboratorial de microorganismos
14.1. Relatórios mensais dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para o Programa Nacional por infeção VIH/SIDA	Relatório de Notificação de casos VIH e SIDA para o Programa
14.2. Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente ao ano em curso) dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para divulgação geral	Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente
15.1. Número de Reportes da Transmissão de dados à EFSA (European Food Safety Authority)	EFESA (European Food Safety Authority)
16.1. Número de Projetos	Relatório de atividades de 2015
17.1. Número de Exposições e outros eventos realizados	Relatório de atividades de 2015
18.1. Manter o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (em dias)	Relatório de atividades de 2015
18.2. Número de relatórios trimestrais de avaliação económico financeira	Relatório de atividades de 2015
19.1. Número de Relatórios referentes a avaliação da satisfação dos clientes reclamações	Relatório anual do grau de satisfação dos utentes/clientes
20.1. Reabilitação de laboratórios	Relatório de atividades de 2015
21.1. Novos projetos	Relatório de atividades de 2015

7. ANEXOS

7.1. Lista de siglas e acrónimos

ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
AEQ	Avaliação Externa da Qualidade
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APORMED	Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos
APPSP	Associação Portuguesa para a Promoção da Saúde Pública
ARS	Administração Regional de Saúde
ASPOMM	Associação Portuguesa de Micologia Médica
C&T	Ciência e Tecnologia
CECA	Centro de Estudos de Ciência Animal, Universidade do Porto
CESAM	Centro de Estudos do Ambiente e do Mar, Universidade de Aveiro
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAN	Departamento de Alimentação e Nutrição
DDI	Departamento de Doenças Infeciosas
DEP	Departamento de Epidemiologia
DGAV	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
DGH	Departamento de Genética Humana
DGS	Direção-Geral da Saúde
DGV	Direção-Geral de Veterinária
DPS	Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças não transmissíveis
DSA	Departamento de Saúde Ambiental
DTC	Departamento Técnico Científico
EA	European cooperation for Accreditation
ECA	European Cytogenetics Association
ECDC	European Centre for Disease Prevention and Control
ECMM	Confederação Europeia de Micologia Médica
EFLM	European Federation of Clinical Chemistry and Laboratory Medicine
EFSA	Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar
EISN	European Influenza Surveillance Network
EMQN	European Molecular Genetics Quality Network
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
EQALM	European Organization for External Quality Assurance Providers in Laboratory Medicine

EUPHA	European Public Health Association
EUROCAT	European Surveillance of Congenital Anomalies
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FCUL	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
FIPA	Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares
GPPQ	Gabinete de Promoção do Programa Quadro de I&DT
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IAF	International Accreditation Forum
IANPHI	International Association of National Public Health Institutes
IBILI	Instituto de Imagem Biomédica e Ciências da Vida
IMM	Instituto de Medicina Molecular
ILAC	International Laboratory Accreditation Cooperation
INE	Instituto Nacional de Estatística
INRA	Institut National de la Recherche Agronomique
IPQ	Instituto Português da Qualidade
IPST	Instituto Português do Sangue e da Transplantação
ISQ	Instituto de Soldadura e Qualidade
ITN-IST	Instituto Tecnológico e Nuclear – Instituto Superior Técnico
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia
MGM/OGM	Microrganismos geneticamente modificados/Organismos geneticamente modificados
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PHE	Public Health England
PNAEQ	Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial
PREMAC	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SNS	Sistema Nacional de Saúde
SPGH	Sociedade Portuguesa de Genética Humana
SPMS	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
SSI	Statens Serum Institut
THL	National Institute for Health and Welfare
UE	União Europeia

7.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS

7.2.1. Departamento de Alimentação e Nutrição



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DAN c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos (QUAR 2015)	Eficácia	Transmissões de dados à EFSA (European Food Safety Authority)	Resultado	3	2	4	3	3	1	5	DAN	AO		DGAV, ASAE, INIAV, IPMA	1.8
INSA j)	1 Responder às necessidades em Saúde	Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares (QUAR 2015)	Eficácia	Testes da metodologia em 2 escolas (em meses)	Realização					11	1	9	DAN	AO		JSI (Eslovénia)	2.7
INSA j)	1 Responder às necessidades em Saúde	Garantir os compromissos nacionais e internacionais	Eficácia	Realizar as tarefas de atualização da Tabela da Composição de Alimentos acordadas no âmbito do projeto EUMenu (%)	Realização				80	80	20	100	DAN	AO		UMUP	2.7
INSA m)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Assegurar a participação em programas, planos, redes e grupos de trabalho em resposta a solicitações nacionais e internacionais (MS, DGS, OMS, EFSA, PNAAS, DGAV, ASAE, IMEKO, EuroFIR AISBL, INSP Angola e Outras)	Eficácia	N.º de respostas /N.º de solicitações (%)	Realização		80	90	90	90	10	-	DAN	AO			3.14
DAN c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver instrumentos de vigilância epidemiológica	Eficácia	Implementação de estudo de dieta total piloto (4 anos)- Fase1 (3 anos) - colheita, preparação e análise de amostras de 18 grupos de alimentos) (%)	Realização				33	33	10	50	DAN	AO			2.7

7.2.1. Departamento de Alimentação e Nutrição – *Continuação*

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DAN c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Garantir a recolha e o reporte atempado da informação e evidência, no âmbito da vigilância epidemiológica	Eficiência	Resposta a solicitações (%)	Realização		100	100	100	100	5	-	DAN	AO		DGAV e EFSA	1.8
INSA m)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver os trabalhos do programa PortFIR	Eficácia	Documentos submetidos ao GOC	Realização		6	6	4	3	1	6	DAN	AO		GS1 Portugal	2.7
DAN c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Garantir a recolha e o reporte atempado da informação e evidência, no âmbito da vigilância epidemiológica laboratorial das toxinfecções alimentares para as redes nacionais e internacionais	Eficiência	Resposta a solicitações (%)	Realização		100	100	100	100	5	-	DAN	AO		DGAV e EFSA	1.8
DAN d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Desenvolver e dar continuidade à parceria INSA-PHE na organização e coordenação do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade em Microbiologia de Alimentos e Águas	Qualidade	Esquemas disponibilizados	Realização		7	11	12	13	1	15	DAN	AO	PHE	IPMA	3.7
DAN d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar a resposta laboratorial em caso de toxinfecções alimentares e outras emergências biológicas no âmbito alimentar, de origem natural, acidental ou deliberada	Eficácia	Resposta a solicitações (%)	Realização		100	95	95	95	5	-	DAN	AO			2.7

7.2.1. Departamento de Alimentação e Nutrição – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DAN d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Assegurar a função de laboratório de referência para a saúde, nos domínios da segurança alimentar e nutrição, através da implementação de novas metodologias	Eficácia	Novos ensaios implementados	Realização		18	3	3	1	2	7	DAN	A0			2.7
DAN d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Assegurar a prestação de serviços diferenciados nas áreas química e microbiologia dos alimentos, dos materiais em contacto e materiais de	Eficácia	Resposta a solicitações (%)	Realização		100	100	100	100	10	-	DAN	A0			2.7
DAN d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Consolidar e dar continuidade ao processo de melhoria contínua da qualidade	Qualidade	Ensaio constantes do certificado de acreditação	Resultado	19	58	94	96	105	1	98	DAN	A0			3.7
DAN a)	1 Responder às necessidades em Saúde	Alinhar as prioridades do INSA com as prioridades de saúde	Eficácia	Projetos de I&D em desenvolvimento	Realização			3	2	3	1	5	DAN	A0			2.7
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Publicação de artigos em revistas científicas internacionais	Eficácia	Artigos publicados	Realização				8	10	2	15	DAN	A0			3.11
INSA m)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver os trabalhos do programa PortFIR	Eficácia	Realização da Reunião anual PortFIR (Taxa de satisfação (%)/nº iniciativas)	Resultado				90	90	10	-	DAN	A0		GS1 Portugal	2,7



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover o desenvolvimento de competências em saúde pública	Eficácia	Bolsseiros existentes	Realização		3	10	10	15	2	15	DAN	ASPFP			2.7
				Mestrandos a serem orientados	Realização		4	5	9	7	2	15	DAN	ASPFP			2.7
				Doutorandos a serem orientados	Realização		3	3	5	6	1	9	DAN	ASPFP			2.7
				Atividades de docência (Nº de aulas lecionadas)	Realização			16	10	24	6	30	DAN	ASPFP			2.7
				Organização de workshops/seminários	Realização			2	3	2	1	5	DAN	AO			2.7
DAN a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver investigação em saúde pública	Eficácia	Projetos de I&D em desenvolvimento	Realização		19	20	21	23	3	25	DAN	ASPFP			2.7
INSA m)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver e/ou manter a cooperação com Instituições nacionais e internacionais	Eficácia	Instituições a colaborar	Realização			18	24	33	5	30	DAN	AO			3.14
INSA m)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover a qualificação dos Recursos Humanos	Eficácia	Doutorandos a serem orientados	Realização			1	1	2	0	3	DAN	AO			2.7
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover formação interna	Eficácia	Organizar os "Encontros com Ciência no DAN"	Realização	10	11	10	10	10	1	12	DAN	AO			3.10



7.2.2. Departamento de Doenças Infecciosas

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA h)	1 Responder às necessidades em Saúde	Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica	Eficácia	Implementação do Sistema de Vigilância Laboratorial das Doenças de Declaração Obrigatória (%)	Realização				30	40	10	70					1.5; 3.9
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Garantir a atividade laboratorial prevista nos Programas Nacionais nos quais o INSA participa	Eficiência	Programas nacionais em que o DDI participa	Realização			10	10	10	2	15	DDI	A0			2.3; 2.5; 2.9
				Bases de dados mantidas atualizadas e divulgadas	Realização			10	10	10	2	15	DDI	A0			2.3; 2.5; 2.9
				Publicação de Boletins/Relatórios	Realização			7	9		2	14	DDI	A0			2.3; 2.5; 2.9
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar as redes nacionais de referência/vigilância laboratorial (QUAR 2015)	Eficiência	Manter o número de redes nacionais de referência/vigilância laboratorial (QUAR 2015)	Realização		7	10	10	10	2	14	DDI	A0			3.9
				Redes internacionais de referência/vigilância laboratorial para as quais se contribui com dados laboratoriais	Realização			15	15	15	2	18	DDI	A0			3.9
				Elaboração de boletins informativos	Realização			52	56	56	10	70	DDI	A0			3.9
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Agilizar a colaboração com os organismos centrais	Eficiência	Participação em reuniões para agilizar a colaboração	Realização			12	12	12	4	20	Jorge Machado	A0			1.3
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar a vigilância epidemiológica Laboratorial em Portugal	Eficiência	Realização da reuniões das Redes Nacionais de Vigilância Laboratorial	Realização	1	1	10	10	10	2	15	DDI	A0			3.9

7.2.2. Departamento de Doenças Infecciosas – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Promover o desenvolvimento de competências em saúde pública	Eficácia	Bolseiros	Realização			6	8	6	2	12	DDI	AO			3.10
				Dissertações de mestrado	Realização			6	6	6	2	10	DDI	AO			3.10
				Teses de doutoramento	Realização			4	4	4	2	10	DDI	AO			3.10
				Estágios inseridos no internato médico em infecciologia	Realização			4	6	8	3	12	DDI	AO			3.10
				Estágios inseridos em projectos	Realização			10	15	15	3	20	DDI	AO			3.10
DDI d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Realizar prestação de serviços diferenciados e consultoria	Eficiência	Laboratórios a efectuar serviços	Realização			26	26	26	2	30	DDI	AO			1.3
DDI d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras	Eficácia	Novos ensaios implementados no âmbito do diagnóstico	Realização			15	20	20	5	30	DDI	AO			1.3
				Novos ensaios implementados no âmbito da tipagem	Realização			20	20	20	3	25	DDI	AO			1.3
INSA d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Dar continuidade e reforçar a implementação de programas de avaliação externa de qualidade	Eficácia	Programas	Realização		10	16	22	22	4	30	DDI	AO			1.3
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver o serviço de biobancos	Eficácia	Organização do sistema de biobanco interno ao DDI (%)	Realização			30	40	50	10	100	Fátima Martins	AO			1.5

7.2.2. Departamento de Doenças Infecciosas – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DDI a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver investigação em saúde pública, em clínica e em serviços de saúde	Eficácia	Projectos de I&D	Realização			25	30	30	5	40	DDI	AO			1.5
				Publicações de científicas em jornais com peer review	Realização			12	15	15	3	20	DDI	AO			1.5
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Difundir os resultados da investigação desenvolvida através de publicações de artigos em revistas nacionais e internacionais peer reviewed	Eficácia	Artigos a submeter	Realização			20	20	25	10	30	DDI	AO			1.5
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Realizar iniciativas de oferta formativa com o objetivo da divulgação do conhecimento científico	Eficácia	Comunicações em congressos	Realização	1	2	6	10	15	10	20	DDI	AO			1.5
INSA b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Promover a oferta de cursos de formação nas áreas de diagnóstico	Eficácia	Ações de formação	Realização			2	4	5	2	10	Maria João Simões	ASPFP			1.5
DDI e)	1 Responder às necessidades em Saúde	Promover a oferta formativa na área da biossegurança e transporte de substâncias infecciosas	Eficácia	Ações de formação	Resultado		2	3	3	4	1	5	Sofia Núncio	AO			1.10
DDI a)	1 Responder às necessidades em Saúde	Captação e/ou manutenção de formandos pós-graduados	Eficiência	Formandos	Realização			2	2	2	1	4	Maria Luísa Jordão	AO			1.10
DDI c)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Assegurar o controlo financeiro do departamento através da utilização de metodologias de avaliação	Eficiência	Relatório anual de execução	Realização			1	1	1	0	2	Fátima Martins	AO			3.13

7.2.2. Departamento de Doenças Infecciosas – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Promover o desenvolvimento de competências em saúde pública	Eficácia	Bolseiros	Realização			6	8	6	2	12	DDI	AO			3.10
				Dissertações de mestrado	Realização			6	6	6	2	10	DDI	AO			3.10
				Teses de doutoramento	Realização			4	4	4	2	10	DDI	AO			3.10
				Estágios inseridos no internato médico em infecciologia	Realização			4	6	8	3	12	DDI	AO			3.10
				Estágios inseridos em projectos	Realização			10	15	15	3	20	DDI	AO			3.10
DDI d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Realizar prestação de serviços diferenciados e consultoria	Eficiência	Laboratórios a efectuar serviços	Realização			26	26	26	2	30	DDI	AO			1.3
DDI d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras	Eficácia	Novos ensaios implementados no âmbito do diagnóstico	Realização			15	20	20	5	30	DDI	AO			1.3
				Novos ensaios implementados no âmbito da tipagem	Realização			20	20	20	3	25	DDI	AO			1.3
INSA d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Dar continuidade e reforçar a implementação de programas de avaliação externa de qualidade	Eficácia	Programas	Realização		10	16	22	22	4	30	DDI	AO			1.3
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver o serviço de biobancos	Eficácia	Organização do sistema de biobanco interno ao DDI (%)	Realização			30	40	50	10	100	Fátima Martins	AO			1.5

7.2.2. Departamento de Doenças Infecciosas – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do IMS (O)
DDI a)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver contactos e estabelecer potenciais parcerias com outras organizações, em concreto instituições de saúde e de ensino superior da área da saúde	Eficiência	Parcerias	Realização			4	4	4	1	6	DDI	AO			1.8
INSA m)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Melhorar a articulação em matéria de relações internacionais	Eficácia	Colaboração e assessoria a INSA dos PALOP e apresentação de relatório de evolução da cooperação (em meses)	Realização		11	11	11	11	1	6	DDI	AO			3.14
INSA m)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Difundir a cultura científica (estágios)	Eficácia	Estágios/ações de formação realizadas no âmbito de programas de colaboração com países da CPLP	Realização			4	4	4	2	10	Maria João Simões	AO			3.14
INSA m)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Manter o apoio ao LNR para tuberculose da Guiné-Bissau	Eficiência	Manter a colaboração	Resultado			1	1	1	0	2	Anabela Santos Silva	AO			3.14
INSA b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Frequentar a ções de formação internas e/ou externas para reforço da qualificação dos elementos	Eficácia	Ações frequentadas	Realização			25	30	30	10	50	DDI	AO			3.10
DDI d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Apostar na acreditação de metodologias desenvolvidas no departamento	Qualidade	Metodologias acreditadas	Realização			10	10	10	5	20	DDI	AO			1.3
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Manutenção da acreditação de metodologias	Qualidade	Metodologias acreditadas	Realização		5	10	20	30	5	35	DDI	AO			1.3

7.2.2. Departamento de Doenças Infecciosas – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DDI f)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Coordenar as atividades dos biotérios	Eficácia	Biotérios sob coordenação	Realização			3	3	3	1	5	Maria João Alves	AO			3.13
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos (QUAR 2015)	Eficiência	Relatório de notificação laboratorial de micro - organismos multirresistentes (QUAR 2015)	Realização			3	3	2	1	5	Manuela Caniça	AO			3.9
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA (QUAR 2015)	Eficiência	Relatórios mensais dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para o Programa Nacional por Infeção VIH/SIDA (QUAR 2015)	Realização			12	12	12	0	12	Helena Cortes Martins	AO			2.3; 3.9
				Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente ao ano em curso) dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para divulgação geral (QUAR 2015)	Realização			2	2	2	1	4	Helena Cortes Martins	AO			2.3; 3.9



7.2.3. Departamento de Epidemiologia

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver o Projeto "EUROEVA - Componente Portuguesa do projeto I-MOVE 2013/2014" (Monitoring influenza vaccine effectiveness during influenza seasons and pandemics in the European Union)	Eficácia	Relatórios científicos	Realização	1	1	1	1	1	0	-	UIE	ASPFP		APMGF	7
				Artigos científicos (submissão)	Realização	1	1	1	1	1	0	2	UIE				
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver um Estudo sobre Sinistralidade laboral no INS: acidentes de trabalho, acidentes in itinere e doenças profissionais	Eficácia	Artigos científicos (submissão)	Resultado				1	1	0	2	UIE	AO			1.6
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver um estudo sobre Mesoteliomas como causa de internamento hospitalar.	Eficácia	Artigos científicos (submissão)	Resultado				1	1	0	2	UIE	AO			1.6
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver uma matriz de exposição ocupacional ao amianto	Eficácia	Artigos científicos (submissão)	Resultado				1	1	0	2	UIE	AO			1.6
				Instrumento informático desenvolvido	Realização				1	1	0	-	UIE				1.6
INSA d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver o projeto de investigação FRIESA: sistema de vigilância das ondas de frio com impacte na saúde das populações	Eficácia	Artigos científicos (submissão)	Resultado				1	1	1	3	UIE	ASPFP	FCT	IPMA	2.11

7.2.3. Departamento de Epidemiologia – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Tese de mestrado	Resultado				1	1	0	-	UIE				
DEP b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico	Eficácia	Seleção da amostra (%)	Realização				100	50%	20	-	UIE				3.11
			Eficácia	Ações de formação	Realização				7	3	2	6	UIE				
			Eficácia	Dados recolhidos	Realização					4200	600		UIE				
			Eficácia	Organização de reuniões do grupo Coordenador	Realização					2	1		UIE				
			Eficácia	Comunicações e Posters em Encontros Científicos	Realização					3	2	6	UIE				
DEP c)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver o projeto “Evolução e tendências da doença crónica e suas consequências na população portuguesa” ECOS, Médicos-Sentinela	Eficácia	Artigos científicos (submissão)	Resultado			1	2	2	1	4	UIE	AO			1.9
				Tese doutoramento	Resultado					1							
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Escolhas terapêuticas iniciais no tratamento farmacológico da hipertensão arterial - Rede Médicos Sentinela	Eficiência	Dados recolhidos	Realização				100	100	0	-	UIE	AO		Faculdade Ciências Médicas de Lisboa	2.6
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Escolhas terapêuticas iniciais no tratamento farmacológico da diabetes mellitus tipo 2 - Rede Médicos sentinela	Eficiência	Dados recolhidos	Realização				100	100	0	-	UIE	AO		Faculdade Ciências Médicas de Lisboa	2.1
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Iniciativa de oferta formativa no âmbito da investigação epidemiológica e saúde pública	Eficiência	Cursos	Realização	2	2	4	4	5	2	8	UIE	AO			3.10

7.2.3. Departamento de Epidemiologia – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	FIFO - Reuniões científicas do Departamento de Epidemiologia	Eficácia	Reuniões	Realização			13		12	2	15	UIE	AO			3.10
DEP a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Organização da área de investigação do DEP	Eficácia	Apresentação de proposta de plano estratégico 2015-2020	Realização					1	0	-	UAG	AO			3.13
				Atualização do Procedimento para realização de projeto de investigação	Realização				1	1	0	-	UAG				
INSA b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Garantir a Coordenação Editorial do Boletim Epidemiológico Observações.	Eficácia	Nº de Boletins publicados	Realização				6	6	1	7	UAG	AO	Biblioteca do INSA	Biblioteca do INSA	3.9
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Participar nos corpos diretivos da Associação Portuguesa para a Promoção da Saúde Pública.	Eficácia	Reuniões	Realização				100%	100%	20%	-	UAG	ANC	ENSP		
DEP a)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver o Projeto "Public Health Capacity: piloting Self Assessment Tool OMS/Europe"	Eficácia	Relatório	Resultado				1	1	0	-	UISPS	AO		Dep S. Publica Regiões	1.8
DEP d)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver o Projeto "Policy Instruments and Tools"	Eficácia	Relatório	Resultado		1	1	1	1	0	-	UISPS	ASPFP	OMS	OMS	1.8
DEP d)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver o Projeto "Public Health Governance"	Eficácia	Relatório	Resultado			1	1	1	0	-	UISPS	AO	OMS	OMS	1.8

7.2.3. Departamento de Epidemiologia – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Artigos científicos (submissão)	Resultado				1	1	0	2	UISPS				
				Comunicações e Posters em Encontros Científicos	Resultado				1	1	0	2	UISPS				
DEP d)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver o Projeto "Impactes da crise económica na saúde"	Eficácia	Artigos científicos (submissão)	Resultado				1	2	1	4	UISPS	AO			1.10
				Comunicações e Posters em Encontros Científicos	Resultado			1	1	1	2	3	UISPS				
DEP b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar a gestão e reforçar o sistema de vigilância EVITA (Epidemiologia e Vigilância dos Traumatismos e Acidentais)	Eficácia	Atualização da base de dados (em meses)	Realização	11	11	11	11	11	1	-	ONSA	AO	MS	Departamentos de Saúde Pública das Regiões	1.9
DEP b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Gerir o sistema de vigilância ICARO (Importância do Calor, Repercussões sobre os Óbitos), assegurando a vigilância diária do impacto do calor sobre a mortalidade	Eficácia	Boletins de vigilância epidemiológica	Resultado	126	126	126	125	153	10	163	ONSA	AO		Instituto Português do Mar e da Atmosfera	2.11
	1 Responder às necessidades em Saúde	Realização o 5º Inquérito Nacional de Saúde em colaboração com o INE	Eficácia	Destaque	Realização					1	0						
DEP b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Manutenção da plataforma RIOS_ Rede de Informação e Observação em Saúde	Eficiência	Acesso ativo (em meses)	Realização	12	12	11	11	11	1	-	ONSA	AO	MS	MS, RENAC, HELICS.	3.9
DEP b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Gerir a rede "Médicos-Sentinela": assegurar a manutenção e reforço do sistema	Eficiência	Organização de reunião anual	Resultado	1	1	1	1	1	0	-	ONSA	AO			3.11

7.2.3. Departamento de Epidemiologia – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Parecer da Comissão de ética e CNPD sobre o protocolo da rede MS	Resultado					1	2	9	ONSA	AO			
DEP c)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Assegurar a vigilância epidemiológica da gripe em Portugal (componente clínica)	Eficácia	Boletins de vigilância epidemiológica	Resultado	52	52	52	52	39	2	52	ONSA	AO			2.5
				Envio de dados para o sistema TESSy	Resultado	52	52	52	52	52	52	-	ONSA				
DEP c)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Assegurar a gestão do Sistema de Vigilância Diária da Mortalidade (VDM)	Eficácia	Boletins de vigilância epidemiológica	Resultado	240	249	240	240	250	20	300	ONSA	AO			3.9
				Envio de dados para o EUROMOMO	Resultado	52	52	52	52	52	0	-	ONSA				
DEP b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Obter evidência para a decisão em saúde pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas "Em Casa Observamos Saúde". ECOS (QUAR2015)	Eficácia	Relatório científico e de gestão «Vacinação antigripal da população portuguesa, em 2014-2015: cobertura e algumas características do ato vacinal» (em meses)	Resultado	9	9	9	11	7	1	5	ONSA	AO			1.5
DEP b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Utilizar o painel de famílias ECOS em 2014.	Eficácia	Vagas realizadas	Realização		3	3	3	2	1	-	ONSA	AO	Financiamento pelo INSA		2.11
DEP a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver a Base de Conhecimento para suporte à função de observação e vigilância	Eficácia	Protótipo da base de conhecimento concluído.	Resultado				1	1	0	-	ONSA	ASPFP		Informática	3.13

7.2.3. Departamento de Epidemiologia – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DEP a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver a Base de Conhecimento para suporte à função de observação e vigilância - Fase 1: Mapeamento dos instrumentos do DEP	Eficácia	Protótipo da lista de metainformação associada à base de conhecimento concluída.	Resultado				1	1	0	-	ONSA	ASPFP		Informática	3.13
	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Criação e edição da newsletter "Profissionais em Risco"	Eficácia	Edição de Newsletter	Resultado				2	2	1	-	ONSA	AO		ACT	
DEP b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC) (QUAR 2015)	Eficiência	Atualização da base de dados de 2013/2014 (em meses) (QUAR 2015)	Realização	11	11	11	11	11	1	9	ONSA	AO			1.9
				Reuniões locais com centros colaboradores	Realização				1	2	1		ONSA				
				Relatório de 2011 - 2013	Resultado					1	1		ONSA				
DEP b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Participar no Grupo de Trabalho das Estatísticas em saúde no âmbito do Conselho Superior de Estatística	Eficácia	Reuniões	Realização				100%	100%	20%	-	ONSA	ANC		Conselho Superior de Estatística	3.9
DEP b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Participar no Grupo de Trabalho dos conceitos de saúde no âmbito do Conselho Superior de Estatística	Eficácia	Reuniões	Realização				100%	100%	20%	-	ONSA	ANC		Conselho Superior de Estatística	3.9
DEP b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Participar no Grupo de Trabalho das Estatísticas em Saúde no âmbito do Ministério da Saúde	Eficácia	Reuniões	Realização				100%	100%	20%	-	ONSA	ANC		Direcção-Geral da Saúde	3.9
DEP b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Planear e implementar o Registo Nacional de Doenças Lisosomais.	Eficácia	Reuniões	Realização				100%	100%	20%	-	ONSA	ANC			3.9

7.2.3. Departamento de Epidemiologia – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA c)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Coordenar o grupo de trabalho para a reorganização dos Laboratórios de Saúde Pública	Qualidade	Relatório 2015	Realização				-	100%	0%	-	UAG	ANC	Administrações Regionais de Saúde; Direcção-geral da Saúde.		3.13
DEP b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver o sistema de deteção precoce da Gripe através da análise dos dados fornecidos pela Linha S24	Eficácia	Artigos científicos (submissão)	Realização					1	0	-	UIE	ANC		Linha S24	3.11
DEP b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Manter o sistema de auto declaração online de sintomas Gripe.Net	Eficácia	Notícias Gripe.net	Realização				59	60	10	-	UIE	ANC	Influenza.net / ISI Foundation	IGC	3.11
				Participantes na plataforma Gripe.net	Realização				1650	1800	200	2060					3.3
DEP b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Participar no Registo Europeu de Anomalias Congénitas (EUROCAT)	Eficácia	Atualização e envio da base de dados de 2013 em Outubro 2015	Realização				1	1	0		ONSA				3.11
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver o projeto I-MOVE+ Integrated Monitoring of Vaccines Effects in Europe: a platform to measure and compare effectiveness and impact of influenza and pneumococcal vaccines and vaccination strategies in the elderly	Eficácia	Elaboração de protocolo científico	Realização					1	1	3	UIE	AO	Epiconcept	Consórcio IMOVE+	3.11

7.2.3. Departamento de Epidemiologia – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA q)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Estudo de prevalência de doença mental na população com défice cognitivo	Eficácia	Elaboração de protocolo científico	Realização					1	1	-	UIE	AO	DGS	DGS, FENACERCI	2.2
				Relatório científico	Realização					1	1	2					
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Adesão à terapêutica anticoagulante oral em doentes com fibrilhação auricular	Eficácia	Elaboração de protocolo científico	Realização					1			UIE	ANC			3.11
				Recolha de dados	Realização					50%	10%						
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desigualdades sociais sem saúde	Eficácia	Artigos científicos (submissão)	Realização					1	-		UISP	ANC			3.11
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Análise económica de intervenções no âmbito da toma do ácido fólico e seu efeito na prevenção das doenças do tundo neural	Eficácia	Elaboração de protocolo científico	Realização					1	-		UISP	ANC			3.11
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver um atlas de mortalidade por cancro na Península Ibérica.	Eficácia	Protocolo científico	Resultado					1	0	-	UIE	ANC	Instituto de Saúde Carlos III, Madrid		3.11
DEP d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolvimento do painel DOCELIA - Instrumento de Observação de Portadores de Doenças relacionadas com o glúten	Eficácia	Parecer da CNPD sobre o projeto	Resultado					1	0	-	UIE	ANC	DAN		1.4
DEP d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Análise e publicação do relatório final conjunto com a RAA dos resultados do Inquérito Regional de Saúde dos Açores 2014	Eficácia	Relatório	Resultado					1	0	2	UIE	ANC	Secretaria de estado da Saúde da RAA		3.9

7.2.3. Departamento de Epidemiologia – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Manutenção de Grupos de Trabalho e implementação de ensaios piloto para desenvolvimento de áreas de interesse para investigação e posterior divulgação aos participantes dos dados e temas abordados	Eficácia	Grupos de trabalho/ ensaios piloto	Realização		2	5	8	14	4	11	PNAEQ	ASPFP		EQALM, IPO, PNCQ, Biotecnico, H.S.M, CHLO, Public Health England (PHE); IPMA/DMRM; DAN, DSA, DDI.	3.10
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Colaborar com entidades congéneres em estudos que o PNAEQ considere de interesse	Eficácia	Participações em estudos	Realização				4	6	2	4	PNAEQ	ASPFP		SKML, EQALM, Public Health England (PHE)	1.8
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Colaborar com entidades reguladoras no âmbito de AEQ	Eficácia	Centros de colaboração	Realização				3	3	1	2	PNAEQ	ASPFP		IPAC, ACSS, Infarmed	1.3
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver projetos com entidades do ensino superior	Eficácia	Teses	Resultado				2	3	1	1	PNAEQ	ASPFP		Faculdade de Farmacia de Lisboa, Faculdade de Eng Gestão Industrial	3.11
INSA c)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Dar continuidade ao consortium estabelecido entre o INSA-DEP/PNAEQ e a Labquality na Organização dos Programas Nacionais de Avaliação Externa da Qualidade	Eficácia	Programas/serviços disponibilizados	Resultado				114	133	14	147	PNAEQ	ASPFP	Labquality, Alfaloc	Labquality	1.8
				Trabalhos realizados em conjunto com outros laboratórios	Resultado				2	2	2	6	PNAEQ		Labquality	Labquality	

7.2.3. Departamento de Epidemiologia – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Ações de formação	Resultado				1	2	1	4	PNAEQ		Labquality	Labquality	
INSA c)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Dar continuidade ao consórcio entre o INSA-DEP/PNAEQ e a ECAT na Organização dos Programas Nacionais de Avaliação Externa da Qualidade na área da coagulação	Eficácia	Programas/serviços disponibilizados	Resultado				1	37	3	45	PNAEQ		ECAT, Alfaloc	ECAT	1.3
				Trabalhos realizados em conjunto com outros laboratórios	Resultado				1	1	0	2	PNAEQ		ECAT	ECAT	
				Ações de formação	Resultado				1	1	0	2	PNAEQ		ECAT	ECAT	
INSA c)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver e dar continuidade à parceria INSA-PHE na Organização dos Programas Nacionais de Avaliação Externa da Qualidade em Microbiologia de Alimentos e Microbiologia de Águas	Eficácia	Esquemas	Realização		9	11	12	13	2	15	PNAEQ	ASFPF	Public Health England (PHE), Empresa transportadora	Public Health England (PHE); IPMA/DMRM - Shellfish Scheme; DAN e DSA.	1.8
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Colaboração e participação com Sociedades Científicas e Comissões técnicas, Nacionais e/ou Internacionais, implementação de inquéritos, sempre que solicitado e enquadrado no âmbito dos trabalhos desenvolvidos ou a desenvolver no âmbito do PNAEQ	Qualidade	Centros de colaboração	Realização		3	5	4	6	2	7	PNAEQ	ASFPF		IPAC, ACSS, SPQC	3.11

7.2.3. Departamento de Epidemiologia – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover reuniões/ações de formação dirigidas aos laboratórios participantes nos Programas das diferentes áreas do PNAEQ	Eficácia	Reuniões e ações de formação	Realização		3	4	6	6	2	4	PNAEQ	ASFPF		INSA-DAN, INSA-DSA, OM, Informed, INSA-DDI, Labquality	3.10 - A Reunião "INSA PHE Food and Water" passará a realizar-se com intervalo de 1,5 anos. Planeada para o 1º semestre de 2015.
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Tratamento e divulgação de dados no âmbito do PNAEQ	Eficácia	Artigos / posters / comunicações orais	Resultado		3	3	9	6	4	6	PNAEQ	ASFPF		PNCQ, IPO, Ibioteco, ECAT, Labquality, INSA-DDI, EFLM-EQALM, Faculdade de Eng Gestão Industrial, Faculdade Atlântica	1.3
INSA c)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Dar continuidade à implementação dos procedimentos inerentes à norma de acreditação dos programas AEQ (norma ISO IEC 17043)	Eficácia	Relatório de monitorização	Resultado			1	1	1	0	2	PNAEQ	AO			1.3
INSA c)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver contactos e estabelecer parcerias internacionais com organizadores de Programas de AEQ dos CPLP	Eficácia	Parcerias estabelecidas	Realização				2	3	2	6	PNAEQ	ASFPF			3.14

7.2.3. Departamento de Epidemiologia – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA c)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Manter a satisfação dos participantes do PNAEQ em 70% de Muito Bom, Bom e Satisfatório.	Eficácia	Relatório de avaliação da satisfação dos participantes	Resultado			1	1	1	0	2	PNAEQ	AO	Alfaloc, Quidgest, Labquality, ECAT, SKLM		8
INSA c)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Divulgação no site do INSA dos documentos no âmbito do PNAEQ	Eficácia	Documentos	Realização			6	50	60	20	90	PNAEQ	AO	Empresa de manutenção do site do INSA, INSA-Comunicação		1.3
INSA c)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Dar continuidade à coordenação dos programas INSA-PNAEQ	Eficácia	Programas	Resultado				30	28	5	45	PNAEQ	AO	IPOIx, CHLO, CHLN, Alfaloc, Quidgest	IPOIx, CHLO, CHLN	1.3
INSA c)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Colaboração na Organização do 1º Congresso CQ - CPLP	Eficácia	Relatório de atividades do congresso	Realização					1	0	2	PNAEQ			SBAC	1.8



7.2.4. Departamento de Genética Humana

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DGH c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Garantir a atividade prevista nos Programas Nacionais nos quais o INSA participa	Eficácia	Amostras analisadas no âmbito do Programa Nacional de Diagnóstico Precoce	Resultado	97.116	88.000	85.000	80.000	80.000	5.000	90.000	URN	A0			2.4, 2.5, 2.6, 2.11
				Relatórios do Programa Nacional de Diagnóstico Precoce	Resultado	1	1	1	1	1	0	2	Laura Vilarinho	A0			1.5, 2.11
DGH c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar a realização de serviços diferenciados de tipo laboratorial e clínico	Eficácia	Ensaio de sequenciação de DNA e genotipagem	Resultado	39.245	29.626	38.000	30.000	35.000	5.000	40.000	UTI	A0			1.5
INSA f)	1 Responder às necessidades em Saúde	Contribuir para a manutenção das receitas próprias na prestação de serviços diferenciados	Eficiência	Testes genéticos na área da genética molecular no âmbito das patologias para as quais presta serviços	Resultado			1.250	1.250	1.250	250	2.000	UMO	A0			
				Testes genéticos realizados na área da Citogenética (Pré-Natal, pós-natal, oncológica e de citogenética molecular)	Resultado			1.150	1.150	1.250	100	2.000	UCI	A0			
				Implementação de novos testes genéticos	Resultado				6	12	2	10	DGH	A0			1.3, 1.5
				Reuniões com profissionais de saúde de diferentes Unidades de Saúde	Realização			2	4	7	1	10	DGH	A0			1.3, 1.5
				Testes de diagnóstico/monitorização pré e pós-natal de doenças hereditárias do metabolismo	Resultado			8.000	7.000	8.000	1.000	10.000	URN	A0			1.3, 1.5
DGH b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Difundir a cultura científica na área da genética humana	Eficácia	Visitas de estudo para alunos do ensino secundário	Realização				3	8	2	12	DGH	A0			3.11
				Materiais de divulgação (folhetos, etc.)	Realização			2	3	6	1	5	DGH	A0			3.11

7.2.4. Departamento de Genética Humana – *Continuação*

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Exposição didática do DGH	Realização				1	1	0	2	DGH	AO			3.11
				Ações de comunicação científica pública	Realização				2	15	5	30	UID	AO			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Estabelecer ou aprofundar colaborações C&T bilaterais ou multilaterais	Eficácia	Colaborações nacionais bilaterais	Realização				21	21	4	30	UID	AO			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14
				Colaborações internacionais bilaterais	Realização				26	26	5	40	UID	AO			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14
				Colaborações internacionais em rede	Realização				6	6	1	10	UID	AO			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14
				Colaborações nacionais em rede	Realização				2	2	1	5	UID	AO			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver o projeto EJA Rare Diseases (European Joint Action for Rare Diseases)	Eficácia	Relatórios de avaliação	Resultado			1	1	1	0	2	UAG	AO			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14
DGH a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Promover o desenvolvimento de metodologias altamente especializadas em áreas inovadoras (saúde ambiental e nutrição) e pouco utilizadas a nível europeu	Eficácia	Implementação da metodologia de next-generation sequencing	Realização			1	2	2	0	3	UTI	ASPFP			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14
DGH a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver I&D em doenças genéticas, genotoxicologia ambiental e genómica funcional	Eficácia	Artigos em revistas internacionais com arbitragem científica	Realização				25	27	5	40	UID	AO			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14

7.2.4. Departamento de Genética Humana – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Contribuir para as atividades previstas nos Programas de Saúde Prioritários	Eficácia	Estabelecer colaboração (doenças oncológicas, respiratórias, etc.)	Realização				2	2	1	4	UID	AO			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14
DGH a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Divulgar em públicos-alvo selecionados resultados científicos inovadores e aplicações nos cuidados de saúde e prevenção da doença	Eficácia	Participação em reuniões científicas	Realização				40	50	8	60	DGH	AO			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14
				Organização de reuniões científicas	Realização				6	6	1	10	DGH	AO			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Melhorar os indicadores (outputs) de I&D	Eficácia	Projetos em curso (aumento %)	Realização		32		5	5	1	10	DGH	ASPPF			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14
				Teses de mestrado e doutoramento	Realização				10	8	2	15	UID	AO			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14
DGH b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Realizar ações de formação destinadas a profissionais de saúde ou a estudantes pré- e pós-graduados	Eficácia	Participação em programas pós-graduados	Realização				7	7	1	10	UID	AO			1.5, 3.6, 3.10, 3.11, 3.14
				Ações de formação	Realização				31	13	6	45	DGH	AO			
DGH b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Assegurar, no domínio da genética, as funções de laboratório nacional de referência	Qualidade	Avaliação do desempenho dos laboratórios que participam na avaliação externa da qualidade organizada pelo EMQN	Realização			1	1	1	0	2	UMO	AO			3.11, 3.14

7.2.4. Departamento de Genética Humana – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DGH b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Reforçar as estratégias de acreditação de qualidade dos diferentes exames laboratoriais	Eficiência	Testes genéticos acreditados pelo IPAC	Realização			0	6	3	3	15	DGH	AO			1,3, 1,5
DGH c)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadores	Eficácia	Amostras realizadas	Resultado		800	400	1.000	500	300	-	UTI	ASPFP			1,3, 1,5
INSA f)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias aplicadas às áreas de diagnóstico, terapêutica, saúde ambiental, registo de doenças raras ou de aplicação geral em investigação biomédica (QUAR 2015)	Eficácia	Metodologias implementadas	Realização				15	8	4	30	UID	AO			1,3, 1,5



7.2.5. Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças não Transmissíveis

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA I)	1 Responder às necessidades em Saúde	Promover a avaliação do Impacte de planos e políticas em Saúde	Eficácia	Atividades no âmbito do Bial Collaborative Agreement 2014/2015	Realização				1	2	1	-	UPS	ASPFP		DGS, instituições do SNS e Administração em saúde, e outros departamentos do instituto	1
DPS c)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Elaborar suportes de informação para a promoção da literacia em saúde e divulgação do conhecimento científico junto da população (ex: brochuras, factsheets...)	Qualidade	Suportes de informação produzidos	Impacte			4	5	2	1	8	UPS/UID/UPSPDNT	ASPFP			1.1
INSA h)	1 Responder às necessidades em Saúde	Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica (QUAR 2015)	Eficácia	Desenvolvimento de um instrumento de vigilância epidemiológica de doenças não transmissíveis (na área da Hipercolesterolemia Familiar) incluindo registo clínico e biobanco (meses)	Realização				11	11	1	9	UDR/UID	AO			1.8
DPS b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Determinar valores de referência para a população portuguesa de parâmetros biológicos com relevância clínica	Qualidade	Nº de parâmetros avaliados	Realização					6	3		UDR/UID	AO		Faculdade de Ciências da UL	1.3
DPS d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Garantir a atividade laboratorial prevista nos Programas Nacionais nos quais o INSA participa	Eficácia	Testes de rastreio e confirmação laboratorial no âmbito das hemoglobinopatias	Resultado		600	600	505	500	200	800	UDR	AO		Laboratórios de Saúde Pública e Laboratórios de Análises Clínicas Públicos e Privados	2.11

7.2.5. Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças não Transmissíveis – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DPS d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Obter a acreditação de ensaios na área das hemoglobinopatias, segundo a NP EN ISO 15189:2014	Qualidade	Nº de ensaios acreditados	Resultado					4	1		UDR	AO			1.3
DPS d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras	Eficácia	Novos ensaios implementados	Resultado		4	4	2	5	2	5	UDR/UID	AO			3.13
DPS d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Potenciar o aumento das receitas próprias através da promoção dos serviços existentes	Eficácia	Novas brochuras e folhetos elaborados para promoção de serviços	Impacte		2	2	2	4	1	8	UDR/UID/UPSPDNT	AO			3.13
INSA h)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver projetos de observação e vigilância na população portuguesa com componente laboratorial	Qualidade	Estudos epidemiológicos em curso	Realização	2	2	4	2	2	1	4	DPS	ASFPF		FC/UL, ENSP/UNL e Programa Nacional Saúde Mental	1.5
DPS a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver investigação nas áreas de trabalho do departamento	Eficiência	Projetos em promoção da saúde	Realização			2	2	1	0	2	UPS/UID	AO		DGS, colaboradores europeus	1.4
				Projetos na área das doenças cérebro e cardiovasculares	Realização	3	3	3	4	5	1	4	UID	ASFPF		Centro Hospitalar de Setúbal; Hospital de S João, Porto; Hospital Sta Maria, Lisboa; Hospital de Sto António, Porto; Hospital da Univ. Coimbra; Universidade de Bilbao	2.6

7.2.5. Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças não Transmissíveis – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Projetos na área da saúde mental	Realização	3	3	3	4	5	2	4	UID	ASPFP		Autism Genome Project, ESSEA, Hospital Pediátrico de Coimbra, FCUL	2.2
DPS d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos (QUAR 2015)	Eficiência	Projetos	Realização	0	1	1	1	3	1	5	UPS/UID/UPSPDNT	AO		HDES, IGC, IPO, HSJoão, CHVNG, Centros de Saúde, DGSP, OM, Hospital Beatriz Angelo	1.5
DPS b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Apoiar os Programas Nacionais Prioritários através de investigação laboratorial diferenciada	Eficiência	Novos projetos	Resultado			1	1	2	1	2	UID	ASPFP		Escola Superior Saúde Pública (UNL), Programa nacional de doenças cerebro-cardiovasculares,	2.6
DPS a)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver projetos de investigação em consórcio internacional (QUAR2015)	Qualidade	Novos projetos	Resultado					2	1	4	UID	ASPFP			2.2
DPS a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver projetos de investigação com ligação à indústria e/ou PME's.	Qualidade	Novos projetos	Realização					3	1		UID	ASPFP			3.11
INSA m)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Colaborações em redes internacionais na área da prevenção das doenças não transmissíveis e educação para a saúde	Eficiência	Redes de investigação	Realização	3	3	3	4	3	1	8	UID/UPSPDNT	ASPFP		Autism Genome Project, ESSEA (COST BM1004), Rede Iberoamericana de FH, Metastroke, CPLP	1.8

7.2.5. Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças não Transmissíveis – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Promover o desenvolvimento de competências em saúde pública e biomedicina	Eficiência	Alunos de pós-graduação e pós-doutorandos	Resultado	8	13	10	10	10	2	14	UID/UPSPDNT	ASPFP		Escola Superior Saude Publica (UNL), Faculdade Ciências Universidade de Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, Universidade Lusíada e Universidade de Macau	3.10
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Elaborar relatórios de progressão e relatórios finais de projetos científicos e/ou relatórios de bolsas de doutoramento	Eficácia	Relatórios realizados	Resultado				6	6	2	6	UID	AO			3.11
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Divulgar o conhecimento científico	Eficácia	Artigos em revistas da especialidade indexadas no PUBMED	Resultado					20	5		UID/UPSPDNT	AO			3.11
				Artigos em revistas não indexadas no PUBMED	Resultado					4	1		DPS	AO			3.11
				Dissertações (mestrado e doutoramento)	Resultado					5	1	7	UID	AO			3.11
DPS c)	1 Responder às necessidades	Produzir conhecimento visando a elaboração de documentos nos domínios de competência do INSA que possibilitem as melhores decisões em saúde pública	Qualidade	Relatórios	Resultado		1	2	3	6	3	4	UID	AO			2.6
DPS c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Promover a oferta formativa interna	Eficiência	Iniciativas de oferta formativa organizadas internamente	Estrutura		8	9	7	9	3	15	DPS	AO			3.10

7.2.5. Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças não Transmissíveis – *Continuação*

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DPS c)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Promover a divulgação da cultura científica	Qualidade	Atividades do Experimentarium da Saúde e Visitas de Estudo	Impacte	2	7	5	3	6	2	7	UID/UDR/UPSPDNT	AO			3.10
INSA b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Promover a formação profissional	Eficiência	Estágios na área de atividade do departamento	Resultado	10	5	5	9	8	3	10	UDR/UID	AO			3.10
INSA b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Participar em programas de formação e reuniões científicas em áreas de especialização do departamento	Qualidade	Palestras proferidas por convite	Realização	8	10	6	24	5	2	24	UID/UDR/UPSPDNT	AO			3.11
INSA b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Promover a participação ativa dos investigadores e formandos em conferências da especialidade, com apresentação de trabalhos.	Eficiência	Trabalhos apresentados	Resultado	38	16	20	36	21	5	38	UID/UDR/UPSPDNT	ASPFP			3.11
				Candidaturas submetidas para financiamento externo nacional	Realização				-	6	2		UID	ASPFP			3.11
				Candidaturas submetidas para financiamento externo internacional	Realização				-	4	2		UID	ASPFP			3.11



7.2.6. Departamento de Saúde Ambiental

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica - sistema de monitorização ambiental de substâncias potencialmente tóxicas e/ou microrganismos (potencialmente) patogénicos	Eficácia	Apresentação de proposta	Realização				1	1	0	2	DSA	AO			1.8
DSA c)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR 2015)	Eficácia	Novos ensaios analíticos implementados	Resultado			8	6	1	1	10	DSA	AO			3.11
				Parcerias com entidades públicas ou privadas para a prestação de serviços em domínios prioritários da saúde pública	Resultado			2	1	2	1	2	DSA	AO			1.8
				Manutenção de acreditação dos ensaios analíticos (QUAR2015)	Resultado			158	194	195	12	208	DSA	AO			1.8
DSA a)		Desenvolver investigação em saúde pública, em clínica e em serviços de saúde	Eficiência	Projetos de I&D em desenvolvimento	Resultado			15	9	9	3	15	DSA	AO			2.4. - 2.5. - 2.8
				Publicações efetuadas	Resultado			8	10	21	6	15	DSA	AO			2.4. - 2.5. - 2.8
				Orientação de teses de mestrado ou doutoramento	Resultado			4	6	10	2	10	DSA	AO			3.10

7.2.6. Departamento de Saúde Ambiental – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	FIFO - Reuniões científicas do Departamento de Epidemiologia	Eficácia	Reuniões	Realização			13		12	2	15	UIE	AO			3.10
DEP a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Organização da área de investigação do DEP	Eficácia	Apresentação de proposta de plano estratégico 2015-2020	Realização					1	0	-	UAG	AO			3.13
				Atualização do Procedimento para realização de projeto de investigação	Realização				1	1	0	-	UAG				
INSA b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Garantir a Coordenação Editorial do Boletim Epidemiológico Observações.	Eficácia	Nº de Boletins publicados	Realização				6	6	1	7	UAG	AO	Biblioteca do INSA	Biblioteca do INSA	3.9
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Participar nos corpos diretivos da Associação Portuguesa para a Promoção da Saúde Pública.	Eficácia	Reuniões	Realização				100%	100%	20%	-	UAG	ANC	ENSP		
DEP a)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver o Projeto "Public Health Capacity: piloting Self Assessment Tool OMS/Europe"	Eficácia	Relatório	Resultado				1	1	0	-	UISPS	AO		Dep S. Publica Regiões	1.8
DEP d)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver o Projeto "Policy Instruments and Tools"	Eficácia	Relatório	Resultado		1	1	1	1	0	-	UISPS	ASFPF	OMS	OMS	1.8
DEP d)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver o Projeto "Public Health Governance"	Eficácia	Relatório	Resultado			1	1	1	0	-	UISPS	AO	OMS	OMS	1.8



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DSA d)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver medidas com interesse para a saúde pública	Eficiência	Participação em comissões técnicas / grupos de trabalho	Resultado			4	8	10	2	12	DSA	AO			1.8
				Iniciativas de divulgação do conhecimento científico dirigidas à comunidade em geral	Resultado			5	5	3	2	7	DSA	AO			5.3
INSA n)	1 Responder às necessidades em Saúde		Eficiência		Resultado			100	100	100	10	-	UAS	AO			1.8
				Novas estirpes de Legionela de origem humana e ambiental conservadas (em %)	Resultado			80	90	90	10	-	UAS	AO			1.8
INSA n)	1 Responder às necessidades em Saúde	Potenciar o aumento das receitas próprias através da promoção dos serviços existentes	Eficiência	Iniciativas de oferta formativa organizadas	Resultado			10	11	14	6	18	DSA	AO			3.10
				Elaboração de folhetos informativos de forma a promover a satisfação de clientes	Resultado				1	1	1	2	DSA	AO			8.0
INSA n)	1 Responder às necessidades em Saúde	Prestar serviços remunerados, nomeadamente de assessoria científica e técnica	Eficácia	Análises realizadas (em Euros)	Resultado			515	300	420	70	400	DSA	AO			2.4. - 2.5. - 2.8
				Pareceres técnicos/Relatórios realizados	Realização					130	20	80	DSA	AO			1.8
DSA a)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Melhorar a qualificação dos recursos humanos	Eficácia	Formação de recursos humanos (% de colaboradores com formação)	Resultado			70	72	75	10	90	DSA	AO			3.10

7.2.6. Departamento de Saúde Ambiental – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Realizar iniciativas de divulgação do conhecimento científico dirigidas a comunidade científica	Eficácia	Congressos /conferencias Internacionais	Resultado			2	1	5	2	2	DSA	ASPFP		INSA-DEP/ PNAEQ SBAC (Brasil)	1.8
				Participação em Comissões Técnicas no domínio da referência	Realização				3	1	1	3	DSA	AO			1.8
INSA c)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Participar na organização de programas de avaliação externa da qualidade em colaboração com o PNAEQ	Qualidade	Programas de avaliação externa da qualidade	Resultado			2	10	14	3	15	DSA	AO		DEP/ PNAEQ	3.11
INSA c)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Estabelecer/ incrementar parcerias interinstitucionais	Eficácia	Ações em colaboração com outras instituições	Resultado				3	5	1	6	DSA	AO			1.8



7.2.7. Museu da Saúde

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
Mus a)	1 Responder às necessidades em Saúde	Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde	Eficácia	Novos registos de inventário e estudo das peças	Resultado		450	300	400	300	50	600	MUS	AO			1.1.
Mus a)	1 Responder às necessidades em Saúde	Estruturar e normalizar a base de dados	Eficácia	Validação e normalização de registos	Resultado				300	50	10	100	MUS	AO			3.11
Mus c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Promover e divulgar o acervo museológico do Museu da Saúde através de ações de divulgação dirigidas à comunidade científica e à população em geral (QUAR 2015)	Qualidade	Exposições realizadas	Realização		1	2	2	2	1	4	MUS	AO			1.1
Mus d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Apresentar mensalmente uma peça museológica	Eficácia	Peças divulgadas	Resultado		9	12	12	6	4	12	MUS	AO			1.1
Mus d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Ampliar os conteúdos da plataforma InWeb	Eficácia	Registos	Resultado		259	250	250	150	50	250	MUS	AO		Cruz Vermelha Portuguesa e/ou Instituto de Higiene e Medicina Tropical	3.11
Mus b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Organização das reservas e conservação preventiva das peças	Eficácia	Relatório de orientação técnica	Realização				1	1	0	1	MUS	AO			3.11
Mus e)	1 Responder às necessidades em Saúde	Registo fotográfico das peças inventariadas	Eficácia	Registos	Resultado				800	200	50	300	MUS	AO			3.11



7.2.8. Direção de Gestão de Recursos Humanos

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DGRH g)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Avaliar os serviços de suporte	Qualidade	Aplicação de questionário aos colaboradores do INSA (meses)					10	1		DGRH	AO			
					Tratamento dos dados (meses)				11	11	1		DGRH	AO			
					Elaboração de relatório				1	1			DGRH	AO			
DGRH c)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Desenvolver o projeto de construção do Mapa do Talento do INSA, IP	Eficácia	Taxa de concretização (Caracterização dos Postos de Trabalho da DGRH) %				10	10	5	15	DGRH	AO			
DGRH m)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Normalizar os procedimentos da área de arquivo geral	Eficácia	Elaborar proposta de regulamento de conservação arquivística para aprovação					1			DGRH	AO			
					Atualizar os formulários (Auto de entrega, Guia de remessa e Auto de eliminação de documentos)					3	1		DGRH	AO			
DGRH m)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Proceder à gestão do arquivo intermédio	Eficácia	Taxa de documentação em depósito avaliada %					5	2	7	DGRH	AO			
DGRH m)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Desenvolver ferramentas de gestão para reprografia	Eficácia	Relatório de controlo de trabalhos da reprografia					1			DGRH	AO			
					Criação de Base de Dados para a Gestão de Stocks (meses)					10	1		DGRH	AO			

7.2.8. Direção de Gestão de Recursos Humanos – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DGRH i)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Elaborar um manual de acolhimento de novos colaboradores	Eficácia	Apresentação do Modelo do Manual para aprovação					6	1		DGRH	AO			
DGRH i)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Elaborar o regulamento das ajudas de custo	Eficácia	Apresentação da proposta de regulamento para aprovação					8	1	7	DGRH	AO			
DGRH d)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Elaborar do Plano de Formação	Eficácia	Aprovação (meses)				3	3			DGRH	AO			
DGRH d)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Promover a formação (QUAR 2015)	Eficácia	Taxa de participação dos colaboradores do INSA em ações de formação (%)		77	76	80	10	95		DGRH	AO			
DGRH j)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Desenvolver instrumentos de divulgação/informação aos bolsseiros	Eficácia	Criação de um folheto informativo de acordo com o Regulamento de Bolsas de Formação Avançada de Recursos Humanos, da Fundação para Ciência e Tecnologia					1			DGRH	AO			
DGRH i)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Melhorar o processo de acolhimento e integração dos novos trabalhadores do INSA	Eficácia	Apresentação de um novo modelo de acolhimento e integração dos novos trabalhadores					1			DGRH	AO			
DGRH l)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Normalizar os procedimentos da área do expediente	Eficácia	Apresentação de regulamento de funcionamento da área do expediente					1			DGRH	AO			
					Criação de um procedimento específico para o registo de correspondência do expediente					1			DGRH	AO			

7.2.8. Direção de Gestão de Recursos Humanos – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	1 Responder às necessidades em Saúde	Elaborar matrizes de avaliação do risco laboratorial	Eficácia	Nº de matrizes elaboradas	Realização					10	1	11	GHS	AO			
b), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	1 Responder às necessidades em Saúde	Elaborar ações inspetivas no âmbito da Higiene e Segurança	Eficácia	Nº de ações realizadas expressas em check list	Realização					10	1	11	GHS	AO			
a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	1 Responder às necessidades em Saúde	Realizar ações de informação/formação sobre riscos laborais	Eficácia	Nº de ações de informação/formação realizadas	Realização					12	2	14	GHS	AO			
a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	1 Responder às necessidades em Saúde	Elaborar e manter atualizados os mapas de registos de acidentes e incidentes	Eficácia	% de registos efetuados	Realização					100	0		GHS	AO			
a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	1 Responder às necessidades em Saúde	Elaborar relatório de auditoria de gestão de resíduos	Eficácia	Nº de relatórios efetuados	Realização					1	1	2	GHS	AO			
a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	1 Responder às necessidades em Saúde	Elaborar matrizes de avaliação do risco laboratorial	Eficácia	Nº de matrizes elaboradas	Realização					10	1	11	GHS	AO			



7.2.9. Direção de Gestão de Recursos Financeiros

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DRF c)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Implementar um sistema de custeio ajustado às necessidades do Instituto	Eficiência	Implementação de Contabilidade Analítica – apuramento correto dos custos diretos (%)	Realização				100	50	0	50	GFC	AO			3.13
DRF a)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Assegurar a realização da orçamentação com os Departamentos Técnico-científicos baseado em metas de desempenho	Eficiência	Construção, em articulação com os DTC(s) de uma previsão orçamental anual em função do volume de serviço a assegurar por estes	Resultado			6	6	6	1		GFC	AO			3.13
				Elaboração de reporte trimestral da execução orçamental ao Conselho Diretivo	Realização			4		4	0	4	GFC	AO			3.13
DRF a)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Assegurar a gestão eficiente do orçamento do INSA e respetiva prestação de contas	Eficiência	Elaboração de relatórios de controlo orçamental, com a listagem das variáveis monitorizadas, até dia 20 do mês n+1	Realização			12	12	12	3	12	GFC	AO			3.13
DRF b)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Melhorar o desempenho económico-financeiro (QUAR 2015)	Qualidade	Manter o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (em dias) (QUAR 2015)	Impacte			24	30	30	15	14	GFC	AO			3.13
				Elaboração trimestral de relatório de avaliação económica financeira até ao dia 25 do mês n+1 (QUAR 2015)	Realização			4	4	2	1	4	GFC	AO			3.13
DRF r)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Melhorar a gestão do património	Qualidade	Atualização do cadastro dos bens imobilizados (%)	Estrutura			100	100	25	10	100	APL	AO			3.13

7.2.9. Direção de Gestão de Recursos Financeiros – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DRF p)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Melhoria dos procedimentos para a realização de contratos relativos à aquisição/manutenção de equipamentos e instalações	Eficácia	Apresentação da conclusão dos processos de aquisição para 2016 (meses)					10	1	11	DRF/DRT	AO			
DRF p)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Simplificar o processo de gestão de projetos	Qualidade	Elaboração do Procedimento relativos às aquisições por projetos de I&D					1			Apoio à Investigação	AO			3.13
INSA a)	2	Desenvolver a investigação em Saúde	Abertura de concurso de Bolsas Ricardo Jorge	Eficácia	Bolsas	0	1	0	0	15	5	20	Apoio à Investigação	AO			3.13
DRF p)	2	Desenvolver a investigação em Saúde	Elaborar pedidos de pagamento de projetos	Eficácia	Pedidos de Pagamento	27	55	51	43	45	15	70	Apoio à Investigação	AO			3.13
DRF p)	2	Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver a investigação estratégica (QUAR 2015)	Eficácia	Projetos de I&D a iniciar no ano	14	20	19	22	20	5	30	Apoio à Investigação	AO			3.11
					Realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (meses)	0	1	0	0	11	1	9	Apoio à Investigação	AO			3.11
DRF p)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Simplificar o processo de gestão de projetos	Qualidade	Elaboração do Procedimento relativos às aquisições por projetos de I&D					1			Apoio à Investigação	AO			3.13
Jurídico b)	4	Implementar um novo modelo de gestão	Assegurar a monitorização do Plano de Gestão de Risco e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	Eficácia	Elaboração de relatórios periódicos de monitorização do Plano			2	3	3	1	3	Jurídico	AO			

7.2.9. Direção de Gestão de Recursos Financeiros – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Revisão do Plano (%)	Realização			100	100	100	0	100	Jurídico	AO			
Planeamento c)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Reorganizar a prestação de serviços focando a atividade em áreas que permitam a autossustentabilidade	Eficácia	Estudo global sobre a atual prestação de serviços e atividades do INSA (%)	Realização				100	100	0	-	Planeamento	AO			
				Proposta para as reformas necessárias para a reorganização da atividade (%)	Realização				100	100	0	-	Planeamento	AO			
Planeamento c)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Assegurar a compilação e tratamento da informação solicitada pelo CD dentro dos prazos estipulados por este	Eficácia	Relatórios/planos elaborados a pedido do CD entregues dentro do prazo estipulado (%)	Realização					75	25	100	Planeamento				
Planeamento c)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Melhorar o processo de recolha, tratamento, atualização e disponibilização de informação sobre as áreas de atuação e desenvolvimento do Instituto	Eficiência	Estabelecer um procedimento para o reporte ao Planeamento, da informação relativa aos indicadores da atividade das diversas UO, em articulação com estas	Resultado					1	0	-	Planeamento				
				Criação/revisão dos ficheiros de suporte à recolha de informação (%)	Resultado					100%	20%	-	Planeamento				
Planeamento d)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Assegurar a execução do processo de planeamento estratégico e operacional, monitorizando o desempenho das diversas UO	Eficiência	Nº de monitorizações dos indicadores do QUAR 2015, em articulação com as diversas UO	Realização					2	1	3	Planeamento				

7.2.9. Direção de Gestão de Recursos Financeiros – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Nº de monitorizações dos indicadores do PA 2015 e PE 2015-2016, em articulação com as diversas UO	Realização					2	1	3	Planeamento				
				Nº de monitorizações dos indicadores das Funções Essenciais e das Atividades de Suporte, relativos ao ano de 2015, em articulação com as diversas UO	Realização					2	1	3	Planeamento				
Planeamento a)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Elaborar os documentos de gestão	Eficiência	Plano Estratégico (PE) 2015-2016	Resultado					1	0	–	Planeamento				
				Plano de Atividades (PA) 2015	Resultado					1	0	–	Planeamento				
				Quadro de Avaliação e Responsabilização 2015 (QUAR)	Resultado					1	0	–	Planeamento				
				Relatório de Atividades 2014 (RA)	Resultado					1	0	–	Planeamento				
Planeamento d)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Acompanhar o Plano de Investimento do Imobilizado monitorizando as atividades desenvolvidas	Eficiência	Criação/revisão dos ficheiros de suporte à recolha de informação relativa às necessidades investimento em imobilizado por parte das diversas UO, em articulação com estas (%)	Resultado					100%	20%	–	Planeamento				
				Elaboração de documento com a definição dos critérios de prioridade em articulação com as diversas UO	Resultado					1	0	–	Planeamento				
				Monitorização da execução do plano definido	Resultado					2	1	3	Planeamento				



7.2.10. Direção de Gestão de Recursos Técnicos

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA n)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Melhorar os sistemas de informação de suporte à decisão	Eficácia	Apresentação do documento de requisitos técnicos e funcionais do sistema de informação e gestão de análises e serviços	Realização				1	1	0	2	TSI	AO			3.13
DRT n)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Melhorar as condições de utilização do Sistema de Gestão Documental (EMC Documentum)	Eficácia	Ações de formação	Realização			10	5	3	1	4	TSI	AO			
DRT l)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Solução de Antivirus para Servidores, Desktops e Dispositivos móveis	Eficiência	Implementação da Solução (%)	Resultado				100	100	0	-	TSI	AO			
DRT l)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Solução de Virtualização de Desktops e Aplicações	Eficiência	Implementação da Solução (%)	Resultado				100	100	0	-	TSI	AO			
DRT r)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Melhoria da qualidade das instalações do INSA Sede (QUAR 2015)	Eficácia	Reabilitação de laboratórios	Estrutura					2	1	4	SIE	AO			

7.2.10. Direção de Gestão de Recursos Técnicos – *Continuação*

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DRT r)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Aquisição de equipamentos	Eficácia	Aquisição de 2 autoclaves (sala de alto risco do 5º piso do edifício principal do INSA Sede e Meios de Cultura no 4º Piso)	Estrutura				1	2	0	2	SIE	AO			3.7
				Aquisição de 3 unidades de climatização (2 unidades de climatização para as duas salas de alto risco do edifício principal do INSA Sede; 1 unidade de climatização para o anfiteatro do INSA Sede)	Estrutura				3	3	2	6	SIE	AO			3.7
DRT r)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Melhoria da segurança das instalações do INSA Sede	Eficácia	Elaboração de uma proposta para implementação de medidas de auto proteção	Estrutura				1	1	0	-	SIE	AO			3.7
INSA n)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Analisar a atividade e evolução da área da contratualização	Eficiência	Relatório	Realização				1	2	1	2	Contratualização	AO			
DRT a)	1 Responder às necessidades em Saúde	Atualizar e enriquecer o acervo documental, de acordo com as necessidades de informação do INSA	Eficácia	Proposta de assinaturas de revistas e de base de dados, aquisição de manuais e normas técnicas; incorporação de fundos históricos (%)	Realização		100	100	100	100	10	-	Biblioteca da Saúde	AO			

7.2.10. Direção de Gestão de Recursos Técnicos – *Continuação*

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DRT b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Aumentar a disponibilidade e acessibilidade à informação bem como a capacidade de resposta do serviço e o conhecimento do acervo, mantendo atualizado as bases de dados partilhadas em rede e consolidando o tratamento documental de fundos patrimoniais	Eficácia	Processamento bibliográfico	Resultado		300	727	750	800	100	900	Biblioteca da Saúde	AO			
DRT e)	1 Responder às necessidades em Saúde	Dar resposta a pedidos de informação internos e externos, reforçando as parcerias com serviços congéneres com o objetivo da partilha de informação	Eficácia	Pedidos de informação respondidos (%)	Resultado					100	10	-	Biblioteca da Saúde	AO			
DRT d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Incrementar a qualidade dos serviços através da produção e acesso a recursos e serviços eletrónicos, promovendo a Biblioteca Digital e a gestão do Repositório Científico de Acesso Aberto do INSA, reforçando a qualidade do sistema e a colaboração com o repositório nacional	Qualidade	Estatística de utilização do repositório (pesquisas, downloads e consultas)	Realização					1,000.000	100.000	-	Biblioteca da Saúde	AO			
				Implementação de requisitos da Norma de Referência ISO 16363 para Certificação do repositório (%)	Realização		n.a.	n.a.	15	30	10	30	Biblioteca da Saúde				

7.2.10. Direção de Gestão de Recursos Técnicos – *Continuação*

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DRT e)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover a biblioteca como centro de informação e referência nacional em saúde pública, através de iniciativas de divulgação do acervo e de desenvolvimento de competências de informação	Eficácia	Atividades de extensão cultural/divulgação do acervo e ações de capacitação/ formação de utilizadores	Realização		6	16	16	20	2	20	Biblioteca da Saúde	AO			
DRT h)	1 Responder às necessidades em Saúde	Fomentar a produção literária e o apoio à edição através da execução e desenvolvimento da política de publicações institucional, reforçando a qualidade e a divulgação das edições (QUAR 2015)	Eficácia	Publicações editadas e apoiadas solicitadas (%)	Resultado		15	21	25	100	10	-	Biblioteca da Saúde	AO			
				Publicação do "Boletim Epidemiológico Observações"	Resultado		2	6	4	4	2	7	Biblioteca da Saúde	AO			
				Receita da comercialização de edições (euros)	Resultado		5,26	3.355	2251,68	2.000	200	3.500	Biblioteca da Saúde	AO			
DRT g)	1 Responder às necessidades em Saúde	Zelar pelo fundo arquivístico histórico	Eficácia	Colaboração/participação em trabalhos em articulação com a DGLAB (%)	Realização		100	100	100	100	10	-	Biblioteca da Saúde	AO			
INSA n)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Colaborar com institutos congéneres europeus e OMS	Eficácia	Novas colaborações com Institutos Nacionais de Saúde Europeus e CPLP	Resultado				2	3	1	4	Comunicação, Marketing e Relações Externas	AO			1.8
Área CM e RE d)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Elaboração de conteúdos informativos	Eficiência	Novos destaques informativos para a página do Instituto na Internet	Resultado					140	5	146	Comunicação, Marketing e Relações Externas	AO			

7.2.10. Direção de Gestão de Recursos Técnicos – *Continuação*

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Edições da newsletter eletrónica do Instituto	Resultado					40	2	43	Comunicação, Marketing e Relações Externas	AO			
Área CM e RE c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Disponibilização de informação	Eficiência	Disponibilização diária de um resumo de imprensa aos dirigentes e responsáveis de serviço/unidade do Instituto	Resultado					255	0	255	Comunicação, Marketing e Relações Externas	AO			
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da Oferta Formativa (QUAR 2015)	Eficácia	Ações de oferta formativa (aumento %)	Realização				5	5	2	8	Oferta Formativa	AO			
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover a oferta formativa	Eficácia	Gerar receita com oferta formativa (em milhares de euros)	Resultado	89.330	85.971	82.874	60.000	60.000	10.000	100.000	Oferta Formativa	AO			
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Divulgar a Oferta Formativa do INSA em eventos de formação e atualização científica promovidos por entidades externas	Eficácia	Eventos com divulgação direta e indireta da oferta formativa	Realização				6	4	2	10	Oferta Formativa	AO			
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Investir na oferta formativa junto de outros países, em particular dos CPLP	Eficiência	Inscrições com pagamento de estudantes e profissionais de saúde de outros países	Resultado			11	20	20	10	40	Oferta Formativa	AO			

7.2.10. Direção de Gestão de Recursos Técnicos – *Continuação*



Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Proporcionar cursos de formação à distância na plataforma de e-learning do INSA	Eficácia	Cursos à distância	Realização				3	3	1	5	Oferta Formativa	AO			
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Renovar a imagem gráfica dos suportes de divulgação da Oferta Formativa e do INSA forma +	Qualidade	Templates novos	Realização				6	6	2	10	Oferta Formativa	AO			



7.2.11. Área da Qualidade

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2011) (QA)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Meta (2015) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
Área da Qualidade f)	1 Responder às necessidades em Saúde	Certificar o INSA	Qualidade	Cumprimento de requisito da norma de referência numa Unidade orgânica/área (%)	Realização				15	20	10	30	Qualidade	AO			
Área da Qualidade f)	1 Responder às necessidades em Saúde	Aumentar o nº de ensaios acreditados	Qualidade	Ensaios acreditados	Realização				46	25	5	30	Qualidade	AO			
Área da Qualidade a)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover a satisfação dos profissionais e clientes (QUAR 2015)	Qualidade	Relatórios referentes a avaliação da satisfação dos clientes e reclamações	Realização	1	1	2	2	1	1	1	Qualidade	AO			
Área da Qualidade b)	6 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Adotar uma política clara e racional para a acreditação dos ensaios laboratoriais	Qualidade	Levantamento dos ensaios, análises clínicas e testes genéticos oferecida pelo INSA (%)	Realização					90	10	100	Qualidade	AO			



7.3. Mapa de Pessoal do INSA, IP – 2015

Atribuições / Competências/Atividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho aprovados	Número de postos de trabalho vagos em 9/1/2015	OBS (a); (b); (c);
-	Presidente do Conselho Diretivo (1)	-	1	0	
-	Vogal do Conselho Diretivo (1)	-	1	0	
-	Diretor de serviços (1)	-	4	0	

● SEDE

ATIVIDADES DE MISSÃO

O INSA, I. P., é o laboratório do Estado que tem por missão contribuir para ganhos em saúde pública através de actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, actividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e ainda assegurar a prestação de serviços diferenciados, nos referidos domínios.

Investigação Científica	doutoramento	41	5	(a) 5
Médica	hospitalar, saúde pública	6	1	
Enfermagem	enfermagem	2	1	(b) 2
Técnica superior de saúde	laboratório, genética, nutrição, engenharia sanitária	70	1	
Técnica superior	ciências da vida, ciências físicas, engenharia alimentar, nutrição, gestão, contabilidade, estatística, matemática, ciências sociais, relações internacionais, genética, anatomia patológica, análises clínicas e saúde pública, biologia, bioquímica, saúde ambiental	41	7	
Técnica de diagnóstico e terapêutica	análises clínicas e saúde pública, saúde ambiental, anatomia patológica, citológica e tanatológica	61	5	
Informática	informática	0	0	
Assistente técnico	apoio administrativo laboratorial	16	0	(a) 1
Assistente operacional	manutenção e higiene nos laboratórios	24	0	(a) 1

ÁREAS DE SUPORTE

o INSA, I. P., organiza -se em serviços de apoio à investigação, gestão e administração para prestar o apoio indispensável à prossecução dos seus objetivos. Inclui as áreas de recursos humanos, financeiros, técnicos e Museu da Saúde.

Técnico superior de saúde	laboratório, genética, nutrição, engenharia sanitária	2	0	(c)
Técnico superior	administração pública, ciências sociais, comunicação, direito, humanidades, contabilidade, gestão de recursos humanos, gestão financeira, gestão e organização de empresas, gestão e administração pública, economia, ciências políticas, relações internacionais, ciências da educação, história, história da arte, engenharias, informática, psicologia, ciências documentais	30	6	
Informática	informática	0	0	(c)
Técnica de diagnóstico e terapêutica	análises clínicas e saúde pública, saúde ambiental	3	0	
Coordenador técnico	gestão de recursos humanos, gestão de recursos financeiros	1	0	
Assistente técnico	secretariado, recursos humanos, contabilidade, aprovisionamento, armazém, faturação, contratualização, expediente	52	2	
Assistente operacional	secretariado, motorista, telefonista, estafeta, armazenamento e distribuição de stocks, eletricitista, carpinteiro, serralheiro, canalizador, operador de reprografia	23	4	

TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO – SEDE

372 **30**



• CENTRO DE SAÚDE PÚBLICA DOUTOR GONÇALVES FERREIRA

Atribuições / Competências/Atividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho aprovados	Número de postos de trabalho vagos em 9/1/2015	OBS (a); (b); (c);
ATIVIDADES DE MISSÃO					
<p>prossegue a missão e atribuições do INSA, I. P., quer no âmbito laboratorial quer em assistência diferenciada, para a obtenção de ganhos de saúde pública, competindo-lhe:</p> <p>a) Realizar atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico em ciências da saúde;</p> <p>b) Realizar atividades laboratoriais de referência e de avaliação externa da qualidade;</p> <p>c) Observar o estado de saúde e vigilância epidemiológica;</p> <p>d) Realizar ações de divulgação da cultura científica;</p> <p>e) Contribuir para a capacitação e formação de recursos humanos;</p> <p>f) Prestar serviços diferenciados, no âmbito das competências estabelecidas para os departamentos técnico-científicos.</p>	Investigação Científica	doutoramento	9	1	
	Médica	hospitalar, saúde pública	1	0	
	Técnica superior de saúde	laboratório, genética, nutrição, engenharia sanitária	21	2	
	Técnica superior	administração pública, ciências sociais, genética, ciências da vida, saúde ambiental, biologia, química	4	2	
	Técnica de diagnóstico e terapêutica	análises clínicas e saúde pública, saúde ambiental, anatomia patológica, citológica e tanatológica	38	3	
	Assistente técnico	apoio administrativo laboratorial	15	1	
	Assistente operacional	manutenção e higiene nos laboratórios	11	3	
ÁREAS DE SUPORTE					
Prossecução das atribuições do Centro:	Técnico superior	administração pública, ciências sociais, comunicação, direito, humanidades, contabilidade, gestão de recursos humanos, gestão financeira, gestão e organização de empresas, gestão e administração pública, economia, ciências políticas, relações internacionais, ciências da educação, história, história da arte, engenharias, informática, psicologia, ciências documentais	4	0	
	Técnica de diagnóstico e terapêutica	análises clínicas e saúde pública, saúde ambiental	4	0	
	Informática	informática	2	0	
	Coordenador técnico	gestão de recursos humanos, gestão de recursos financeiros	1	0	
	Assistente técnico	secretariado, recursos humanos, contabilidade, aprovisionamento, armazém, faturação, contratualização, expediente	12	0	
	Assistente operacional	telefonista, motorista, estafeta	6	2	
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO – CENTRO DE SAÚDE PÚBLICA DOUTOR GONÇALVES FERREIRA			128	14	
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO – INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DOUTOR RICARDO JORGE			506	44	

7.3. Mapa de Pessoal do INSA, IP – *Continuação*



Mapa Resumo dos postos de trabalho

Cargo/carreira/categoria	Número de postos de trabalho aprovados	Número de postos de trabalho vagos em 9/1/2015	OBS (a); (b); (c);
Presidente do Conselho Diretivo	1	0	
Vogal do Conselho Diretivo	1	0	
Diretor de serviços	4	0	
Pessoal de Investigação Científica	50	6	(b) 5
Pessoal Médico	7	1	
Enfermagem	2	1	(b) 2
Técnica superior de saúde	93	1	(c)
Técnica superior	79	15	
Técnica de diagnóstico e terapêutica	106	8	(c)
Informática	2	0	
Assistente técnico (inclui coordenador técnico)	97	3	(a) 1
Assistente operacional	64	9	(a) 1
TOTAL DE TRABALHADORES DO INSA, IP	506	44	

(1) Conforme Decreto-Lei nº 27/2012, de 8 de fevereiro

(a) postos de trabalho ocupados com contratos de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo ou incerto

(b) postos de trabalho a tempo parcial

(c) 1 TDT ou 1 TSS com formação adequada em ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho

Contratos de Trabalho em Funções Públicas celebrados ao abrigo do protocolo celebrado com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP, no âmbito do Concurso Investigador FCT

Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho aprovados	Número de postos de trabalho vagos em 9/1/2015	OBS (a); (b); (c);
ATIVIDADES DE MISSÃO					
O INSA, I. P., é o laboratório do Estado que tem por missão contribuir para ganhos em saúde pública através de actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, actividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e ainda assegurar a prestação de serviços diferenciados, nos referidos domínios.	Investigação Científica	doutoramento	3	2	(a)
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO – INSA, IP			3		

(a) postos de trabalho ocupados com contratos de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo (5 anos)

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge

Av. Padre Cruz, 1649-016 Lisboa, Portugal

Tel.: (+351) 217 519 200

Fax: (+351) 217 526 400

E-mail: info@insa.min-saude.pt

Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira

Rua Alexandre Herculano, n. 321 4000-055 Porto, Portugal

Tel.: (+351) 223 401 190

Fax: (+351) 223 401 109

E-mail: inforporto@insa.min-saude.pt

**Centro de Estudos de Vetores de Doenças Infeciosas
Doutor Francisco Cambournac**

Av. da Liberdade, n. 5 2965-575 Águas de Moura, Portugal

Tel.: (+351) 265 938 290

Fax: (+351) 265 912 155

E-mail: cevdi@insa.min-saude.pt

www.insa.pt